

RELATÓRIO FINAL

A ESTRATÉGIA DE
INTERIORIZAÇÃO
PARA REFUGIADAS,
REFUGIADOS E
MIGRANTES DA
VENEZUELA NO BRASIL:
CONSTRUINDO
EVIDÊNCIAS PARA
INFORMAR A
FORMULAÇÃO DE
POLÍTICAS RESPONSIVAS
AO GÊNERO



MOVEERSE

Participação social e empoderamento de
mulheres refugiadas e migrantes no Brasil

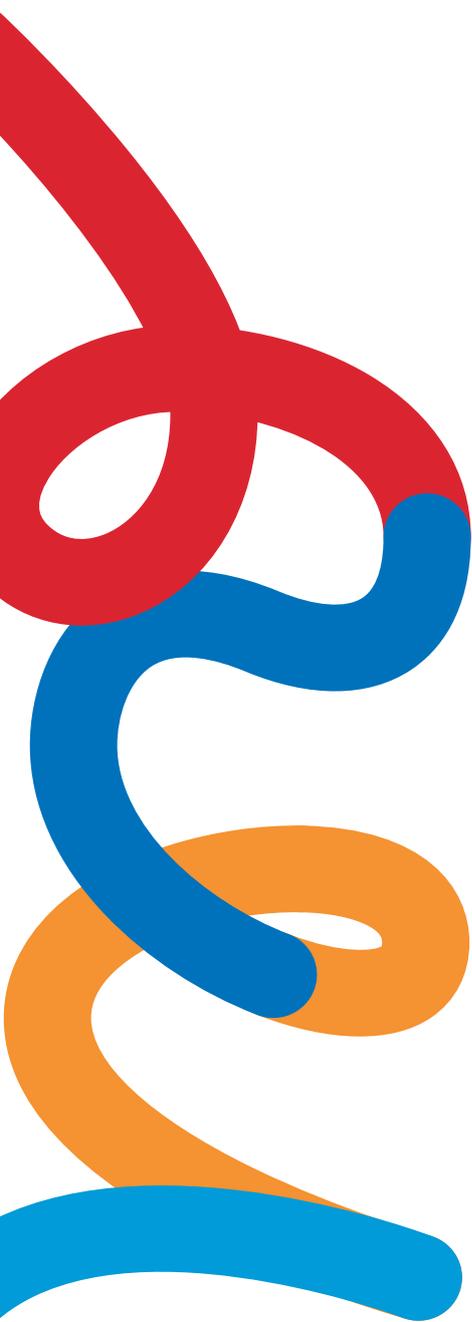


LUXEMBOURG
AID & DEVELOPMENT



Agradecimento

A todos(as) os refugiados(as) e migrantes que nos doaram um pouco do seu tempo e da sua história de vida de superação com a finalidade de, agrupados de maneira representativa, se tornarem em evidências visando à melhoria da política pública brasileira



Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEAD) Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR) Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Realização

Davide Torzilli
Representante do ACNUR no Brasil

Ana Carolina Querino
Representante interina da ONU Mulheres no Brasil

Florbela Fernandes
Representante do UNFPA no Brasil

Supervisão

Paulo Sergio de Almeida
Oficial de Meios de Vida e Inclusão Econômica – ACNUR

Flávia de Moura Muniz
Especialista em Empoderamento Econômico de Mulheres Refugiadas e Migrantes – ONU Mulheres

Junia Quiroga
Representante Auxiliar – UNFPA

Coordenação Institucional

Nikolas de Camargo Pirani
Oficial Associado de Economia – ACNUR

Flavia de Moura Muniz
Especialista em Empoderamento Econômico de Mulheres Refugiadas e Migrantes – ONU Mulheres

Pedro Pinheiro
Analista de Programa em População e Desenvolvimento e Cooperação Sul-Sul – UNFPA

Equipe Técnica

Gisela P. Zapata (Coordenação)

CEDEPLAR / UFMG

Carolina Moulin
Gilvan R. Guedes
Karys E. H. F. Alves

PUC-MG

Duval Fernandes

UFRR

João C. Jarochinski

UFOP

Walmir dos Reis M. Filho

Assessoria de Comunicação

Miguel Pachioni
Oficial de Comunicação – ACNUR

Pedro Nogueira
Oficial de Comunicação – ONU Mulheres

Mariana Tavares
Oficial de Comunicação – UNFPA

Apoio

Mayra Figuera – Humanidade Mais Que Fonteiras
Miguel Pachioni – Instituto Olhar

Projeto Gráfico

Allan Patrick da Rosa – Traço Leal Comunicação
Diego Gomes – Traço Leal Comunicação

ÍNDICE

Introdução	10
Descrição metodológica e plano amostral	15
Perfil sociodemográfico.....	19
Documentação.....	30
Aspectos da inserção laboral e de renda da população venezuelana interiorizada.....	35
Evolução da inserção laboral da população Venezuelana interiorizada, 2021-2023.....	48
Aspectos da inserção laboral e de renda da população venezuelana abrigada	52
Dificuldades no processo de interiorização.....	60
Dificuldades no abrigo e interesse na interiorização.....	64
Segurança alimentar, discriminação e saúde sexual e reprodutiva	66
Perspectivas e considerações finais.....	74
REFERÊNCIAS	80

Tabelas

Tabela 1. Amostra coletada por estrato para população venezuelana interiorizada (PA1)	17
Tabela 2. Amostra coletada por estrato para população venezuelana abrigada (PA2)	18
Tabela 3. Distribuição da população venezuelana interiorizada por sexo - Brasil, 2023	19
Tabela 4. Distribuição da população venezuelana interiorizada por sexo e modalidade de interiorização - Brasil, 2023	19
Tabela 5. Distribuição da população venezuelana interiorizada por cor/raça autodeclarada por sexo - Brasil, 2023.....	20
Tabela 6. Distribuição da população venezuelana abrigada em Roraima por cor/raça autodeclarada por sexo - Brasil, 2023.....	20
Tabela 7. Nível de compreensão da língua portuguesa pela pop. venezuelana interiorizada por sexo - Brasil, 2023.....	21
Tabela 8. Nível de compreensão da língua portuguesa pela pop. venezuelana interiorizada entre março de 2020 e agosto de 2021, por sexo - Brasil, 2021 e 2023.....	21
Tabela 9. Nível de compreensão da língua portuguesa pela pop. venezuelana abrigada em Roraima por sexo - Brasil, 2023	22
Tabela 10. Nível de escolaridade da população venezuelana interiorizada e da população brasileira (Exceto Roraima) por sexo - Brasil, 2023.....	23
Tabela 11. Nível de escolaridade da pop. venezuelana interiorizada entre março de 2020 e agosto de 2021, por sexo - Brasil, 2021 e 2023.....	23
Tabela 12. Nível de escolaridade da população venezuelana abrigada em Roraima e da população residente em Roraima por sexo- Brasil, 2023.....	24
Tabela 13. Pessoas venezuelanas interiorizadas que residem com cônjuge no mesmo domicílio por sexo - Brasil, 2023.....	25
Tabela 14. Pessoas venezuelanas interiorizadas que têm filhos (nascidos vivos) por sexo - Brasil, 2023.....	26
Tabela 15. Pessoas venezuelanas abrigadas em Roraima que residem com cônjuge no mesmo domicílio por sexo - Brasil, 2023	26
Tabela 16. Pessoas venezuelanas abrigadas em Roraima que têm filhos (nascidos vivos) por sexo - Brasil, 2023.....	26

Tabela 17. Pessoas venezuelanas interiorizadas com acesso à internet - Brasil, 2023	27
Tabela 18. Pessoas venezuelanas abrigadas em Roraima com acesso à internet - Brasil, 2023.....	27
Tabela 19. Pessoas venezuelanas que realizaram atividade de capacitação nos abrigos em Roraima por sexo – Brasil, 2023.....	28
Tabela 20. Expectativa no momento em que engravidaram das pessoas venezuelanas grávidas interiorizadas durante a pesquisa - Brasil, 2023	29
Tabela 21. Expectativa no momento em que engravidaram das pessoas venezuelanas interiorizadas com filhos nascidos no Brasil - Brasil, 2023.....	29
Tabela 22. Documentos que pessoas venezuelanas interiorizadas possuem por sexo - Brasil, 2023.....	30
Tabela 23. Documentos que pessoas venezuelanas interiorizadas possuem por modalidade de interiorização - Brasil, 2023	31
Tabela 24. Documentos que pessoas venezuelanas abrigadas em Roraima possuem por sexo - Brasil, 2023.....	31
Tabela 25. Pessoas venezuelanas interiorizadas que possuem Cartão Nacional de Saúde (CNS) por sexo - Brasil, 2023	31
Tabela 26. Pessoas venezuelanas abrigadas que possuem Cartão Nacional de Saúde por sexo - Brasil, 2023.....	32
Tabela 27. Pessoas venezuelanas interiorizadas que estão registradas no CadÚnico ou CRAS por sexo - Brasil, 2023	32
Tabela 28. Pessoas venezuelanas interiorizadas que estão registradas no CadÚnico ou CRAS por modalidade de interiorização - Brasil, 2023.....	32
Tabela 29. Pessoas venezuelanas abrigadas em Roraima que estão registradas no CadÚnico ou CRAS por sexo - Brasil, 2023.....	33
Tabela 30. Pessoas venezuelanas interiorizadas cadastradas no CadÚnico que receberam parcela do Bolsa Família por sexo - Brasil, 2023	33
Tabela 31. Pessoas venezuelanas abrigadas em Roraima cadastradas no CadÚnico que receberam parcela do Bolsa Família por sexo - Brasil, 2023	34
Tabela 32. Pessoas venezuelanas interiorizadas que possuem conta bancária por sexo - Brasil, 2023.....	34

Tabela 33. Pessoas venezuelanas abrigadas em Roraima que possuem conta bancária por sexo - Brasil, 2023.....	34
Tabela 34. Características do mercado de trabalho da população venezuelana interiorizada por sexo (2023).....	39
Tabela 35. Características do mercado de trabalho da população venezuelana interiorizada por raça (2023).....	41
Tabela 36. Características do mercado de trabalho da população venezuelana interiorizada por região de destino (2023).....	42
Tabela 37. Análise descritiva de características do mercado de trabalho da população venezuelana interiorizada por modalidade (2023).....	44
Tabela 38. Características do mercado de trabalho da população residente no Brasil (exceto Roraima) com 18 anos ou mais, por sexo e região (PNADc 3º trimestre 2023).....	45
Tabela 39. Características do mercado de trabalho da população residente no Brasil (exceto Roraima) com 18 anos ou mais por raça (PNADc 3º trimestre 2023).....	46
Tabela 40. Características do mercado de trabalho da população venezuelana interiorizada no P 1 (março 2020 - agosto 2023) por sexo (2023).....	50
Tabela 41. Características do mercado de trabalho da população venezuelana abrigada por sexo.....	54
Tabela 42. Características do mercado de trabalho da população venezuelana abrigada por raça.....	56
Tabela 43. Características do mercado de trabalho da população residente em Roraima com 18 anos ou mais por sexo (PNADc 3º trimestre, 2023).....	57
Tabela 44. Características do mercado de trabalho da população residente em Roraima com 18 anos ou mais por raça (PNADc 3º trimestre, 2023).....	58
Tabela 45. Pessoas venezuelanas interiorizadas que tiveram alguma dificuldade no destino em termos de acolhimento/moradia por sexo - Brasil, 2023.....	60
Tabela 46. Pessoas venezuelanas interiorizadas que tiveram alguma dificuldade no destino em termos de acolhimento/moradia, segundo região - Brasil, 2023.....	60
Tabela 47. Primeira dificuldade encontrada por pessoas venezuelanas interiorizadas no destino em termos de acolhimento/moradia por sexo - Brasil, 2023.....	61
Tabela 48. Pessoas venezuelanas interiorizadas que tiveram alguma dificuldade no destino em termos de trabalho por sexo - Brasil, 2023.....	61

Tabela 49. Pessoas venezuelanas interiorizadas que tiveram alguma dificuldade no destino em termos de trabalho, segundo região - Brasil, 2023.....	62
Tabela 50. Primeira dificuldade encontrada por pessoas venezuelanas interiorizadas no destino em termos de trabalho por sexo - Brasil, 2023.....	62
Tabela 51. Segunda dificuldade encontrada por pessoas venezuelanas interiorizadas no destino em termos de trabalho por sexo - Brasil, 2023.....	63
Tabela 52. Pessoas venezuelanas que encontraram dificuldades vivendo em abrigos em Roraima por sexo - Brasil, 2023.....	65
Tabela 53. Pessoas venezuelanas que quiseram deixar seus abrigos em Roraima por sexo - Brasil, 2023.....	65
Tabela 54. Pessoas venezuelanas que tomaram alguma providência para deixar seus abrigos em Roraima por sexo - Brasil, 2023.....	65
Tabela 55. Pessoas venezuelanas interiorizadas que não tiveram o que comer após interiorização por sexo - Brasil, 2023.....	66
Tabela 56. Pessoas venezuelanas abrigadas em Roraima que não tiveram o que comer após a chegada ao país por sexo - Brasil, 2023.....	66
Tabela 57. Pessoas venezuelanas interiorizadas que sofreram discriminação por serem venezuelanas - Brasil, 2023.....	67
Tabela 58. Pessoas venezuelanas abrigadas em Roraima que sofreram discriminação por serem venezuelanas - Brasil, 2023.....	67
Tabela 59. Pessoas venezuelanas interiorizadas que procuraram serviços de saúde na área anticoncepcional, por sexo - Brasil, 2023.....	68
Tabela 60. Pessoas venezuelanas interiorizadas que atualmente usam métodos para adiar/evitar gravidez, por sexo - Brasil, 2023.....	68
Tabela 61. 1º método contraceptivo utilizado por pessoas venezuelanas interiorizadas, por sexo - Brasil, 2023.....	69
Tabela 62. Pessoas venezuelanas interiorizadas que procuraram serviços de saúde na área DST/AIDS, por sexo - Brasil, 2023.....	69
Tabela 63. Pessoas venezuelanas interiorizadas que precisaram de serviços de saúde na área preventiva ginecológica, por sexo - Brasil, 2023.....	69
Tabela 64. Pessoas venezuelanas interiorizadas que precisaram de outros serviços de saúde, por sexo - Brasil, 2023.....	70

Tabela 65. Pessoas venezuelanas interiorizadas que tiveram dificuldade para conseguir/ acessar serviços de saúde, por sexo - Brasil, 2023.....	70
Tabela 66. 1ª dificuldade encontrada por pessoas venezuelanas interiorizadas para conseguir/acessar serviços de saúde, por sexo - Brasil, 2023.....	71
Tabela 67. Pessoas venezuelanas abrigadas em Roraima que atualmente usam métodos para adiar/evitar gravidez por sexo - Brasil, 2023.....	72
Tabela 68. Métodos contraceptivos utilizados por pessoas venezuelanas abrigadas em Roraima, por sexo - Brasil, 2023.....	72
Tabela 69. Dificuldades encontradas por pessoas venezuelanas abrigadas em Roraima para conseguir/acessar serviços de saúde, por sexo - Brasil, 2023.....	73
Tabela 70. Comparação de dados sobre ocupação e renda entre pessoas venezuelanas interiorizadas e abrigadas com dados da PNADc - Brasil, 2023.....	79

INTRODUÇÃO

O presente documento apresenta a análise descritiva dos dados coletados pela pesquisa “*A estratégia de interiorização para refugiadas, refugiados e migrantes da Venezuela no Brasil: construindo evidências para informar a formulação de políticas responsivas ao gênero*”, financiada pela ONU Mulheres, ACNUR, e UNFPA e executado pelo IPEAD e pela equipe técnico-científica do CEDEPLAR/UFMG, UFRR e PUC Minas. A pesquisa teve como objetivo analisar a estratégia oficial de Interiorização para pessoas refugiadas e migrantes da Venezuela no Brasil a fim de construir evidências para embasar a formulação de políticas que se atentem às diferenças e desigualdades entre mulheres e homens e promovam a igualdade de gênero.¹

A pesquisa dá continuidade aos levantamentos e análises produzidas em 2021 em parceria estabelecida pelas mesmas instituições, relativas às populações interiorizadas e abrigadas em dois momentos diferentes². Com isso, pode-se comparar os dados relativos à população interiorizada e abrigada em diferentes momentos da estratégia, bem como identificar padrões e descontinuidades que poderão ajudar no ajuste e aprimoramento das políticas públicas para estas populações. Será possível, assim, comparar os dados entre populações apoiadas nas diferentes fases dos processos de recepção (abrigo) e de interiorização ao longo do tempo, e de ambas em relação às comunidades de acolhida.

A experiência de acolhimento e integração da população venezuelana no Brasil representa um marco importante na trajetória institucional

e normativa da política migratória e de refúgio no país. Historicamente, observa-se uma movimentação espontânea de interiorização de diferentes populações migrantes, refugiadas e solicitantes de refúgio, sobretudo para centros urbanos do Sul e Sudeste. Entretanto, a estratégia oficial de Interiorização constitui-se como a primeira ação de larga envergadura para a recepção e gerenciamento de fluxos no país, com foco no fluxo originado na região da fronteira Norte em Roraima, articulando diversos ministérios do Governo Federal, militares, organizações da sociedade civil e organismos internacionais. A gestão do fluxo de pessoas de origem venezuelana esteve imbricada na constituição e rearticulação da infraestrutura humanitária, normativa e material, no Brasil (Moulin e Magalhães, 2020). Dita infraestrutura foi marcada por dois processos concomitantes. O primeiro se situa no plano normativo, na junção entre o novo marco legal estabelecido pela Lei 13445/2017 para as migrações – ancorado na proteção dos direitos humanos – e a consolidação do regime de proteção a pessoas refugiadas no país, cuja baliza é dada pela Lei 9474/1997. O segundo se baseia na constituição de uma *assemblagem* governamental e não-governamental, entre diferentes níveis e escalas (internacional, regional, nacional, estadual e municipal), voltada à conformação de uma rede espacial e institucional de acolhimento e assistência emergencial e, em médio e longo prazo, de integração local. Essa rede tem como ponto central a *Operação Acolhida*, iniciada em 2018, cujas derivações hoje envolvem uma complexa gama de articulações entre

1 A pesquisa teve início em dezembro de 2022 e previu uma única fase de coleta de dados quantitativos, que aconteceu entre agosto e novembro de 2023. Foram entrevistadas 1054 (mil e cinquenta e quatro) pessoas de origem venezuelana interiorizadas entre março de 2020 e junho de 2023 e 361 (trezentas e sessenta e um) pessoas residentes em abrigos em Boa Vista, Roraima, para fins de comparação. Salvo indicado o contrário, as comparações referem-se aos dados da onda 3 com os dados da onda 2, compilados no relatório anterior (<https://www.onumulheres.org.br/pesquisa-moverse/>).

2 Nas duas primeiras ondas da pesquisa foram entrevistadas um total de 2000 (duas mil) pessoas de origem venezuelana interiorizadas entre março de 2020 e agosto de 2021 e 682 (seiscentas e oitenta e duas) pessoas residentes em abrigos em Boa Vista, Roraima: 1000 (mil) entrevistas foram realizadas entre maio e junho de 2021 e 1000 (mil) entrevistas entre outubro e novembro de 2021 com pessoas venezuelanas interiorizadas e, 295 (duzentas e noventa e cinco) entrevistas entre junho e julho de 2021 e 387 (trezentas e oitenta e sete) entre outubro e novembro de 2021 com pessoas venezuelanas abrigadas em Boa Vista.

populações refugiadas e migrantes, organismos internacionais, gestores e operadores humanitários, militares e mais de 100 organizações da sociedade civil, em mais de 1000 municípios brasileiros³.

Esse contexto é particularmente desafiador para a integração, haja vista a inexistência de políticas públicas coordenadas no campo migratório e do refúgio no país. Isso se deve, em parte, à falta de implementação da Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia contemplada na Nova Lei de Migração de 2017 (art. 120). Além disso, a natureza profundamente desigual das realidades socioeconômicas, das trajetórias históricas e das experiências locais das comunidades de recepção com populações refugiadas e migrantes, as desigualdades de gênero e raça no acesso a direitos e nas dinâmicas de inserção sociocultural e laboral, a prevalência de estereótipos e as dinâmicas discriminatórias subjacentes à realidade brasileira e, especificamente, dirigidas a populações refugiadas e migrantes em contextos de crise econômica e política também dificultam a integração das pessoas refugiadas e migrantes na sociedade brasileira.

Os desafios impostos pela inexistência de políticas públicas são agravados em razão do perfil do fluxo de deslocamento das pessoas venezuelanas que chegam ao país desde 2015, conforme descrito por pesquisas e levantamentos realizados anteriormente (ACNUR e REACH, 2019; Baeninger e Jarochinski, 2018; Fernandes et al, 2020; Zapata e Tapia Wenderoth, 2021). Este perfil se caracteriza pelo agravamento da sua situação de vulnerabilidade, pobreza, aprofundamento das demandas emergenciais de cunho socioeconômico e de regularização de documentos e desafios derivados da dispersão territorial, sobretudo no que toca à implementação e monitoramento

de políticas e acompanhamento dos indivíduos e famílias interiorizadas.

Segundo dados do Subcomitê Federal para Recepção, Identificação e Triagem dos Imigrantes (SUFAI), das mais de 1 milhão de pessoas de origem venezuelana que entraram no Brasil até março de 2024, cerca de 568 mil permaneceram no país, das quais 51% são homens e 49% mulheres (SUFAI, 2024). Cabe apontar os recordes de ingresso em 2023: só nos primeiros três meses do ano, o Brasil registrou a entrada de 51.838 solicitantes da condição de refugiado e residentes temporários, equivalente a 32% do total registrado em 2022 (só em março de 2023 chegaram ao Brasil 17.471 pessoas provenientes do vizinho país).⁴

Mais de 132 mil pessoas de origem venezuelana foram voluntariamente interiorizadas entre abril de 2018 e abril de 2024: 53% homens e 47% mulheres, crianças e adolescentes. A estratégia de interiorização atingiu seu ápice, por primeira vez, em outubro de 2019, tendo superado a marca de mais de 3.000 pessoas/mês.

A emergência de saúde pública do novo coronavírus impactou profunda e desigualmente as dinâmicas de mobilidade e os processos de acolhimento e integração das pessoas refugiadas e migrantes no mundo e, particularmente, no Brasil. A decretação de estado de calamidade pública pelo Governo Federal, as medidas como fechamento de fronteiras e restrição à circulação de pessoas, além da forte desaceleração das atividades econômicas, tiveram forte impacto no programa de interiorização e nos meios de vida de pessoas venezuelanas no país.

As ações de interiorização continuaram a ocorrer durante a pandemia, ainda que afetadas pela nova realidade sanitária. A continuidade da ação decorreu da necessidade de manutenção de medidas de diminuição da pressão social no estado de Roraima. O cenário estadual, com uma

3 A Operação Acolhida é a resposta humanitária do Governo Federal para as ações de recepção, abrigamento e interiorização de pessoas venezuelanas no Brasil. Embora o abrigamento se concentre em Roraima, as suas atividades ocorrem em todo o território brasileiro, especialmente devido à estratégia de interiorização, cujo objetivo é a realocação de pessoas venezuelanas que desejam estabelecer-se em outras cidades brasileiras fora do estado de Roraima, visando melhores oportunidades de integração social, econômica e cultural.

4 <https://www.folhabv.com.br/economia/brasil-tem-recorde-de-entrada-de-venezuelanos-pelo-3o-mes-seguido/>

economia centrada nos serviços públicos e nos serviços a estes prestados, foi bastante afetado pela pandemia, com consequências ainda mais intensas para pessoas refugiadas e migrantes, seja pelo predomínio de uma inserção laboral informal, seja pela dificuldade na realização de *home office* em condições pessoais e/ou estruturais tão precárias. Apesar da desaceleração iniciada em março de 2020, com o término oficial da pandemia na segunda metade de 2021, o programa superou a marca de 2.000 pessoas interiorizadas no mês de agosto de 2021. Este ritmo foi mantido até outubro de 2022, mês em que foram interiorizadas 3.119 pessoas. Desde então, a média mensal de pessoas interiorizadas tem sido de aproximadamente de 2,4 mil por mês, chegando a 3.377 em março de 2023.⁵

Em abril de 2024, a interiorização abarcava mais de 1.000 municípios brasileiros, dispersos em todas as regiões do país, com forte predominância dos estados de Santa Catarina (22%), Paraná (18,4%) e Rio Grande do Sul (16%), assim como São Paulo (11%), Mato Grosso do Sul (5,5%) e Minas Gerais (5,2%)⁵. O processo de interiorização vem sendo alavancado, sobretudo, pela reunião social, a categoria mais difusa em termos classificatórios, que responde por quase a metade de todos os deslocamentos assistidos (49%), e pela reunificação familiar (vínculos afetivos e de parentesco que facilitam a conexão das pessoas refugiadas e migrantes venezuelanas em redes), que responde por 18% do total de deslocamentos. Além disso, o abrigamento nos locais de destino, em parcerias que envolvem os organismos internacionais, organizações da sociedade civil e governos subnacionais na modalidade institucional, responde por 13% de todos os deslocamentos, enquanto a modalidade de Vaga de Emprego Sinalizada (VES) corresponde a 14% de todos os deslocamentos.

Homens e mulheres participam do processo de interiorização de maneira desigual. As

mulheres representam apenas 30% das pessoas beneficiárias da interiorização via modalidade VES, 45% das interiorizadas na modalidade reunificação familiar, e 48% das interiorizadas nas modalidades institucional e de reunião familiar.⁵

O acesso à documentação legal no país se mostra fundamental para a proteção de direitos, particularmente das pessoas solicitantes da condição de refugiado e de residência temporária, cujo estatuto precário normalmente gera desconfiança por parte de empregadores e prestadores de serviços básicos, públicos e privados. O aumento do número de solicitações da condição de refugiado teve impacto também nas instituições do país, impulsionando uma resposta mais célere pelo Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), e, levando a um aumento dos números de refugiados e refugiadas venezuelanos reconhecidos por “grave e generalizada violação de direitos humanos” (dispositivo da Declaração de Cartagena contemplado na Lei de Refúgio de 1997), sobretudo a partir de junho de 2019. Segundo dados da Plataforma R4V, até novembro de 2023, das 568 mil pessoas deslocadas da Venezuela para o Brasil, 103 mil pessoas foram reconhecidas como refugiadas, 430 mil obtiveram residência no país e 37 mil ainda aguardam uma resposta ao seu pedido de solicitação da condição de refugiado.⁶

Considerando as dinâmicas de deslocamento descritas acima e as fragilidades e heterogeneidade da sociedade e das comunidades de acolhimento, a pesquisa busca identificar as lacunas de gênero e proteção da estratégia oficial de Interiorização e traçar um perfil da população venezuelana atendida pela política de acolhimento e interiorização em termos de trabalho, emprego, renda e acesso a serviços de saúde de modo a informar políticas a nível nacional de e apoiar o processo de formulação de políticas públicas em nível nacional e regional. Dentre os critérios e elementos priorizados para análise encontram-se:

5 ACNUR, Painel de Interiorização: <https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/painel-interiorizacao/>

6 <https://www.r4v.info/>

- Características sociais e econômicas
- Oportunidades de colocação profissional e geração de renda
- Status de renda e vulnerabilidades
- Consumo de alimentos e mecanismos de enfrentamento
- Acesso a benefícios e serviços sociais, incluindo o Cadastro Único (CadÚnico)
- Acesso à educação para crianças e adolescentes
- Acesso a documentos de identidade e outros documentos legais
- Acesso a serviços de Saúde Sexual e Reprodutiva

Esses critérios foram transversalmente avaliados a partir de questões relativas às lacunas de gênero. Tomar gênero como categoria de análise, para fins desta pesquisa, consiste em considerar que existem assimetrias de poder baseadas em estereótipos e papéis de gênero, que se sobrepõem e entrelaçam com estruturas sociais baseadas em desigualdades étnico-raciais e de gênero, adicionando uma camada de vulnerabilidade social e econômica para essas populações.

No contexto do deslocamento forçado, o gênero tem papel fundamental tanto nos motivos de saída, como nas condições de deslocamento e assentamento, que tendem a expor às mulheres/meninas a maiores riscos e a resultados menos satisfatórios em comparação com os homens (ONU Mulheres, 2016; 2020). As mulheres enfrentam desafios tanto no país de origem e destino, como no processo de deslocamento. Por um lado, as mulheres em deslocamento enfrentam maior risco de violência física e sexual, incluindo violência doméstica, tráfico e exploração e podem sofrer traumas psicológicos devido à violência, à perda e ao estresse do deslocamento. Além disso, sofrem com acesso limitado a serviços de saúde essenciais, incluindo saúde materna e reprodutiva e serviços de saúde mental. Por outro lado, as mulheres tendem a carregar o ônus das responsabilidades

de cuidado de crianças, idosos e familiares doentes, ao mesmo tempo que normas sociais e expectativas culturais, assim como estigma e discriminação nas comunidades de acolhida, podem restringir sua liberdade e oportunidades, limitando a sua capacidade de acesso à educação e ao mercado laboral (Klugman, 2022). Assim, as mulheres tendem a ser duplamente impactadas devido ao gênero e à sua condição como refugiadas ou residentes.

Como documentado por Prieto Rosas e Zapata (2024), na América Latina existem lacunas significativas no que diz respeito ao acesso das pessoas refugiadas e migrantes aos seus direitos sociais e econômicos, que se entrelaçam com desigualdades de natureza interseccional – em termos de gênero, idade, raça/etnia, entre outros – e com desigualdades históricas de cunho social, político e econômico que resultam em uma inclusão social efetiva limitada ou inexistente para estas populações nos países da região. Estas lacunas podem ser potencializadas pela discriminação baseada no gênero, que está profundamente enraizada e ainda muito presente na região. Apesar dos avanços alcançados nos últimos anos, as mulheres na América Latina continuam sofrendo desproporcionalmente com a violência física e sexual, e estão sobrerrepresentadas em setores e empregos caracterizados por salários mais baixos e elevados níveis de informalidade, com acesso limitado aos sistemas nacionais de proteção social.⁷

Como apontado pelas duas ondas anteriores desta pesquisa, as oportunidades e desafios à integração local de pessoas de origem venezuelana no Brasil variam de acordo com o gênero: este funciona como uma dimensão estruturante das desigualdades percebidas entre a população venezuelana interiorizada e abrigada em Roraima, no que tange à inserção laboral e renda. Especificamente, as mulheres são a maioria entre as pessoas desocupadas e entre aquelas cuja força de trabalho é subutilizada, e seu rendimento médio é menor se comparado

⁷ <https://www.weforum.org/agenda/2023/09/global-gender-gap-latin-america-sdim23/>

ao dos homens. A dimensão de gênero deve, portanto, ser considerada de maneira transversal na formulação e implementação de políticas públicas para a população venezuelana, em consonância com as políticas de proteção e promoção dos direitos de mulheres e da população LGBTQIAP+ no país (Moverse, 2021).

Dado que a integração social e econômica constitui um dos pilares das soluções duradouras para as populações refugiadas e migrantes, os governos precisam adotar uma abordagem multifacetada e sensível ao gênero na formulação de leis, políticas e regulamentos e na concepção e execução de programas e serviços. Como proposto pela Organização das Nações Unidas, a transversalização de gênero em políticas públicas é uma questão de direitos humanos. Esta perspectiva implica “reconhecer que meninas e mulheres vivenciam situações específicas e violações de direitos estruturais, e que demandam medidas próprias para que exerçam seus direitos em pé de igualdade com meninos e homens. Incorporar um olhar de gênero implica considerar os direitos das meninas e mulheres como parte essencial de todas as ações do cotidiano e nos diferentes escopos e alcances das políticas públicas” (ONU Mulheres, 2022, p. 3).

A promoção da igualdade de gênero em todas as dimensões da vida também é parte integral dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 2030, adotada pelo

Brasil e todos os Estados membros das Nações Unidas. Neste sentido, a meta 5c da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável estabelece que Estados devem “Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis”⁸. No Brasil, esta meta foi adequada às especificidades do país, levando em consideração suas desigualdades estruturais. Assim, o Estado brasileiro propõe-se a “Adotar e fortalecer políticas públicas e legislação que visem à promoção da igualdade de gênero e ao empoderamento de todas as mulheres e meninas, bem como promover mecanismos para sua efetivação – em todos os níveis federativos – nas suas intersecções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas”⁹.

Neste contexto, esta pesquisa teve como objetivo analisar a Estratégia Oficial de Interiorização, desde as ações de abrigo até a integração nos locais de destino, para pessoas refugiadas e migrantes da Venezuela no Brasil, a fim de construir evidências para embasar a formulação de políticas que se atentem às diferenças e desigualdades entre homens e mulheres e promovam a igualdade de gênero.

8 <https://odsbrasil.gov.br/>

DESCRIÇÃO METODOLÓGICA E PLANO AMOSTRAL

Nesta pesquisa foram definidos dois conjuntos de população-alvo. A primeira população-alvo (PA_1) corresponde aos homens e mulheres venezuelanas interiorizadas através da Operação Acolhida entre 19 de março de 2020 e 30 de junho de 2023, distribuídos nas diversas Unidades da Federação (UF) brasileiras, exceto Roraima, por ser a porta de entrada de onde partem quase todas as pessoas venezuelanas que voluntariamente aderem à estratégia de interiorização. A segunda população-alvo (PA_2) corresponde ao estoque de pessoas venezuelanas residentes em Roraima, em 14 de agosto de 2023, excluindo-se os residentes em abrigos indígenas e os que residem fora dos abrigos, uma vez que esses não passaram pelos registros da Operação Acolhida e, assim, não poderiam ser contactados por telefone.

O plano amostral considerou como Unidade Primária de Amostragem (UPA) o núcleo familiar (equivalente ao conceito de domicílio), o qual deveria conter pelo menos um indivíduo (pessoa refugiada ou migrante) com pelo menos 18 anos de idade. A pessoa selecionada dentro do núcleo é a Unidade Secundária de Amostragem (USA). Foram feitas perguntas no questionário para a pessoa selecionada, mas ela pôde responder sobre todas as pessoas que compõem a sua família (definida pela própria pessoa entrevistada) em alguns quesitos selecionados.

No primeiro estágio, cada UPA foi selecionada segundo um esquema de Amostragem Estratificada Simples sem Reposição (AESsR), com base nos estratos correspondentes a cada população-alvo e, para cada UPA, foi feita a seleção de uma única pessoa residente e elegível segundo um esquema de Amostragem Aleatória Simples sem Reposição (AASsR). De modo a garantir a representatividade de gênero da população na amostra, cada indivíduo selecionado, mas não contactado depois de um número fixado de tentativas, foi substituído por outro do mesmo gênero, dentro do mesmo estrato, vindo da população de reposição

correspondente (dada por uma lista sorteada, segundo o mesmo plano amostral, da população-alvo menos a amostra planejada).

Para a PA_1 (pessoas venezuelanas interiorizadas), foram definidas 3 variáveis de estratificação, a saber: (i) modalidade de interiorização (institucional, ou “M1”; reunião social, ou “M2”; reunificação familiar, ou “M3”; e Vaga de Emprego Sinalizada, ou “M4”); (ii) período de interiorização (de 19 de março de 2020 a 31 de agosto de 2021, ou “P1”; de 1º de setembro de 2021 a 31 de dezembro de 2022, ou “P2”; e a partir de 1º de janeiro de 2023, ou “P3”); e, (iii) região geográfica.

Para esta última, 3 categorias foram definidas de modo a reunir Unidades da Federação (UFs) com perfil de emprego similar e pertencentes à mesma macrorregião do IBGE, até mesmo unindo macrorregiões com baixa presença de pessoas interiorizadas. Fazem parte da primeira categoria de região geográfica (“RG1”) as UFs da Região Sul: Paraná (PR), Santa Catarina (SC) e Rio Grande do Sul (RS). A segunda categoria, “RG2”, é constituída pelas UFs da Região Sudeste: São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Minas Gerais (MG) e Espírito Santo (ES). Por fim, a terceira categoria, “RG3”, é composta pelas UFs remanescentes das regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte (exceto Roraima).

Ao contrário das Ondas 1 e 2 desta pesquisa, esta nova proposta de plano amostral inclui uma variável de estratificação para período, de modo que as Ondas 1 e 2 possam ser comparadas com os dados gerados por esta nova proposta do plano amostral, ao restringi-la ao estrato “P1”. A utilização dos estratos “P2” e “P3” responderá à comparação com o estrato “P1” da nova proposta do plano amostral, de modo a identificar possíveis alterações no perfil das pessoas venezuelanas interiorizadas tanto antes (“P2”) quanto depois (“P3”) de uma troca de governo, inclusive permitindo a comparação entre estes dois últimos estratos.

A estratificação antes da coleta foi feita de forma a reduzir a imprecisão na estimação a

partir de dados amostrais, uma vez que as categorias das variáveis escolhidas são bastante heterogêneas entre si, e tais variáveis são conhecidas para toda a população-alvo. Dado que estão sendo usadas duas variáveis para estratificação na PA₁, têm-se no total $4 \times 3 \times 3 = 36$ estratos. Destes, houve 31 estratos cujos tamanhos amostrais ficaram abaixo de 30 unidades amostrais em uma alocação proporcional ingênua (*i.e.*, usando as mesmas proporções na população para a amostra em cada estrato). Para cada um deles, suas respectivas amostras foram completadas com unidades dentro do próprio estrato até se atingir um mínimo de 30 UPAs para seleção (procedimento realizado para 30 estratos) ou o próprio total populacional dentro daquele estrato se ele continha até 30 unidades populacionais⁹. Assim, a proporção amostral sobre a população destes estratos será maior do que a prevista na alocação proporcional feita de forma ingênua.

Com isso, para que o tamanho total da amostra nos 36 estratos fosse o mais próximo possível do tamanho amostral desejado (aqui, fixado em 1.042 unidades para uma margem de erro de 3% com 95% de confiança), foram removidas UPAs nos demais estratos com tamanhos amostrais iniciais acima de 30 unidades. Porém, mesmo removendo todas essas UPAs até que tais estratos também tivessem um tamanho mínimo amostral de 30 unidades, ainda assim não foi possível completar as mesmas 30 unidades nos 30 estratos cujos tamanhos amostrais iniciais eram inferiores a 30 unidades amostrais na alocação proporcional ingênua. Desta forma, o tamanho amostral total inicial de 1.042 unidades para as pessoas venezuelanas interiorizadas foi aumentado em 30 unidades, de modo a obter um tamanho amostral final de 1.072 unidades que garantisse o mínimo de 30 unidades amostrais

em todos os 35 estratos com população acima de 30 unidades (dado que em um dos estratos foi realizado um censo, com 22 unidades).

Por sua vez, para a PA₂ (pessoas venezuelanas em Roraima) foi definida uma única variável de estratificação para o período de chegada da pessoa refugiada ou migrante ao abrigo¹⁰, dividida em 3 estratos: o primeiro correspondente às pessoas abrigadas que chegaram ao Brasil até o dia 27 de setembro de 2021, ou “P1” (a data de chegada da última pessoa abrigada nas duas ondas anteriores); o segundo, às pessoas abrigadas que chegaram entre os dias 28 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2022, ou “P2”; e o terceiro, às pessoas abrigadas que chegaram a partir de 1º de janeiro de 2023, ou “P3”. Assim como feito para as pessoas interiorizadas, esta estratificação permitirá identificar possíveis alterações no perfil das pessoas venezuelanas em Roraima ao longo do tempo.

Para o estrato “P1”, o respectivo tamanho amostral ficou abaixo de 30 unidades amostrais em uma alocação proporcional ingênua. Assim, sua amostra correspondente foi completada com unidades dentro do próprio estrato até se atingir um mínimo de 30 UPAs para seleção. Para que o tamanho total da amostra dos dois estratos não ultrapasse o tamanho amostral desejado (aqui, fixado em 328 unidades para uma margem de erro de 5% com 95% de confiança), serão removidas UPAs nos estratos “P2” e “P3”, cujos tamanhos amostrais iniciais ultrapassaram 30 unidades. Esta remoção foi feita proporcionalmente à diferença entre o tamanho amostral total com acréscimo no estrato “P1” (total esse igual a 350) e o tamanho amostral total desejado (de 328 unidades).

Os dados primários da pesquisa foram coletados a partir de entrevistas realizadas entre

9 Isso ocorreu para o estrato formado por interiorizados cuja modalidade era institucional – “M1” – e que se interiorizaram a partir de 1º de janeiro de 2023 – “P3” – na primeira região geográfica – “RG1”, o qual continha apenas 22 unidades populacionais e no qual foi realizado na prática um censo.

10 Pessoas indígenas não foram contempladas nessa pesquisa sobre interiorização por vários motivos. Primeiro, o número de indígenas interiorizados é relativamente pequeno, dificultando sua inclusão na amostra. Segundo, há poucos casos de pessoas indígenas interiorizadas por vaga de emprego, dificultando sua análise em um estudo mais amplo. Além disso, o Guia de Interiorização (2021, p. 45), destaca orientações específicas para a interiorização de indígenas por reunião social, mostrando a particularidade desse grupo. Na modalidade institucional, houve dificuldades em encontrar abrigos disponíveis para essa população nos destinos. Finalmente, no âmbito da Operação Acolhida, há a concentração de ações para com essa população no estado de Roraima e pesquisas envolvendo indígenas exigem procedimentos éticos distintos, o que demandaria tempo e recursos adicionais, indisponíveis no contexto desta pesquisa.

agosto e novembro de 2023¹¹. As entrevistas foram feitas exclusivamente por telefone, gravadas e registradas em um banco de dados alfanumérico. Na população-alvo 1, foram conduzidas 1.054 (mil e cinquenta e quatro) entrevistas entre 22 de agosto e 24 de novembro de 2023 (95 dias corridos). Na população-alvo 2, foram conduzidas 361 (trezentas e sessenta e um) entrevistas entre 28 de agosto e 21 de setembro de 2023 (25 dias corridos).

Tanto para a PA₁ (pessoas venezuelanas refugiadas e migrantes interiorizadas) quanto para a PA₂ (pessoas venezuelanas refugiadas e migrantes em Roraima), devido à dificuldade de acesso às unidades amostrais dentro de alguns dos estratos correspondentes, o quantitativo amostral final para cada população e dentro de cada estrato foi levemente alterado em relação ao quantitativo proposto originalmente, porém sem prejuízo de aumento das margens de erro: 1.054 unidades amostrais para a PA₁ e 361 unidades amostrais para a PA₂ (a proposta original previa 1.072 para a PA₁ e 328 para a PA₂). Na amostra final para a não apenas os

totais amostrais foram alterados, mas também o número de estratos efetivamente utilizados. Devido aos altos percentuais de não-resposta para a modalidade de interiorização M1 (institucional), quando combinada a outras categorias de período de interiorização ou região geográfica, a equipe de amostragem optou por excluir a modalidade de interiorização como variável de estratificação, mantendo apenas o período de interiorização e a região geográfica. Desta forma, permanecem como variáveis de estratificação o período de interiorização, com 3 categorias, e a região geográfica, com 3 categorias, totalizando 3×3=9 estratos. A distribuição do quantitativo amostral final é apresentada na Tabela 1. Para os resultados apresentados por modalidade de interiorização (acesso à documentação e assistência social e indicadores do mercado de trabalho), apenas a própria modalidade foi mantida como critério de estratificação, pois desta forma os percentuais de não-resposta para a modalidade de interiorização (inclusive para M1) caíram a níveis aceitáveis para garantia da representatividade dos resultados.

Tabela 1. Amostra coletada por estrato para população venezuelana interiorizada (PA₁)

Estrato	Período	Região	Núc. Familiares	Amostra Final
1	P1	Sul	4.489	107
2	P2	Sul	7.393	115
3	P3	Sul	3.652	125
4	P1	Sudeste	1.786	103
5	P2	Sudeste	1.798	126
6	P3	Sudeste	615	116
7	P1	Nordeste/Norte/CO	2.152	102
8	P2	Nordeste/Norte/CO	2.008	125
9	P3	Nordeste/Norte/CO	1.129	135
TOTAL				1.054

Fonte: Dados amostrais da pesquisa "A estratégia de interiorização para refugiadas, refugiados e migrantes da Venezuela no Brasil: construindo evidências para informar a formulação de políticas responsivas ao gênero", CEDEPLAR/IPEAD, ONU Mulheres, ACNUR, e UNFPA, 2023.

Por sua vez, na amostra final para a PA₂, houve um pequeno aumento no total amostral, somente os totais amostrais geral e dentro de cada estrato foram alterados, permanecendo os mesmos 3 estratos definidos anteriormente.

Todas as cotas por sexo e abrigo foram atingidas. Para a alocação amostral final nesta população e dentro de cada estrato, temos a seguinte distribuição descrita na Tabela 2.

¹¹ Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais (CAAE: 43638121.6.0000.5149).

Tabela 2. Amostra coletada por estrato para população venezuelana abrigada (PA₂)

Período	Núc. Familiares	Amostra Final
P1	38	18
P2	238	109
P3	1.247	234
TOTAL		361

Fonte: Dados amostrais da pesquisa "A estratégia de Interiorização para refugiadas, refugiados e migrantes da Venezuela no Brasil: construindo evidências para informar a formulação de políticas responsivas ao gênero", CEDEPLAR/IPEAD, ONU Mulheres, ACNUR, e UNFPA, 2023.

Para ambas as amostras finais, devido aos novos tamanhos total e em cada estrato, e à nova formação de estratos (para a PA₁), os pesos amostrais de cada unidade precisaram ser recalculados para refletirem as adaptações feitas no plano amostral correspondente a cada população alvo, a fim de garantir a representatividade dos dados coletados, assim como a comparabilidade com as duas ondas anteriores.

Assim como nas ondas anteriores desta pesquisa, a análise apresentada inclui os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc) referentes à inserção laboral e renda da população residente em Roraima e no Brasil, com 18 anos ou mais, para fins de comparação com os dados obtidos para as populações-alvo da pesquisa. Os dados da PNADc referem-se aos microdados do terceiro trimestre de 2023 (época da coleta de dados).

Tendo em vista o desenho do plano amostral e o fato de que as amostras são independentes, os dados aplicados são representativos para toda população em análise. A população total considerada para fins da presente análise descritiva é de 42.974 pessoas de origem venezuelana interiorizadas entre março de 2020 e junho de 2023, com idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos e 2.270 pessoas de origem venezuelana (não indígenas) residentes em abrigos em Boa Vista com idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos em 14 de agosto de 2023. Os dados aqui reportados dizem respeito ao total da população, já pós-estratificados por sexo e idade, e apresentam os valores descritivos, sem avaliação de significância estatística.

PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO

Entre a população venezuelana interiorizada, **os homens representavam 53,4% da população e as mulheres, 46,6%** (Tabela 3). Observou-se uma variação positiva da participação de homens (eram 51,72%) e redução no percentual de mulheres (eram 48,28%) em comparação com os dados de 2021. A idade média das mulheres interiorizadas é ligeiramente inferior à dos homens: para elas, 32 anos e para eles, 33 anos. Verificou-se também diferença em função da modalidade

de interiorização. **As mulheres são apenas 32,63% da população interiorizada na modalidade Vaga de Emprego Sinalizada (VES) e constituem maioria na modalidade de reunificação familiar, 53,64%** (Tabela 4), **mantendo tendência observada no relatório anterior. Entre as pessoas abrigadas, as mulheres perfazem a maioria com 52%**, enquanto os homens são 48%, com pouca variação entre os períodos analisados (respectivamente, 53% e 47% em 2021).

Tabela 3. Distribuição da população venezuelana interiorizada por sexo - Brasil, 2023

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. Absoluta	Freq. relativa
Feminino	20.042	100%	0	0%	20.042	46,6%
Masculino	0	0%	22.932	100%	22.932	53,4%

Fonte: CEDEPLAR/IPEAD, ONU Mulheres, ACNUR e UNFPA, 2023

Tabela 4. Distribuição da população venezuelana interiorizada por sexo e modalidade de interiorização - Brasil, 2023

	Institucional		Reunião Social		Reunificação Familiar		VES		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Feminino	1760	50,6%	12274	49,0%	3295	53,6%	2713	32,6%	20042	46,6%
Masculino	1718	49,4%	12765	51,0%	2848	46,4%	5601	67,4%	22932	53,4%

Fonte: CEDEPLAR/IPEAD, ONU Mulheres, ACNUR e UNFPA, 2023

No que tange ao perfil racial (Tabelas 5 e 6), trata-se de uma **população que se autodeclara majoritariamente morena/mestiça (65% entre pessoas interiorizadas e 58,7% entre abrigadas) e branca (27,2% entre interiorizadas e 26,7% entre abrigadas)**. A população afrodescendente declarada foi ligeiramente maior entre as pessoas abrigadas (6,9%) do que entre as interiorizadas (5%). Observou-se uma **redução da participação de pessoas declaradas afrodescendentes em ambos os grupos**, se comparamos os dados com a onda anterior: entre as pessoas abrigadas eram 11,6% em 2021

e passaram para 6,9% em 2023; entre as pessoas interiorizadas eram 6,3% em 2021 e ficaram em 5% em 2023. Foi reportado um percentual residual de pessoas que se autodeclaram indígenas de 1,5% em ambas as populações (maior que os 1% observado nas rodadas anteriores). Ao se analisar a declaração cor/raça por sexo entre as pessoas interiorizadas, observa-se que há maior proporção de mulheres se autodeclarando brancas (32,2%) do que de homens (22,9%). Estes últimos são mais representados na declaração de cor/raça morena (68,6%) do que as mulheres (60,7%). Esta relação se inverte entre as pessoas

abrigadas, onde há maior proporção de homens autodeclarados brancos, se comparados às mulheres (31,3% contra 22,4%) e de mulheres

morenas, se comparadas aos homens (62,8% contra 54,2%).¹²

Tabela 5. Distribuição da população venezuelana interiorizada por cor/raça autodeclarada por sexo - Brasil, 2023

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Branca	6.452	32,2%	5.252	22,9%	11.704	27,2%
Afrodescendente/negra	832	4,1%	1.320	5,8%	2.152	5,0%
Morena/mestiça	12.173	60,7%	15.743	68,6%	27.916	65,0%
Indígena	326	1,6%	326	1,4%	652	1,5%
Outra	259	1,3%	291	1,3%	550	1,3%
Total	20.042	100%	22.932	100%	42.974	100%

Fonte: CEDEPLAR/IPEAD, ONU Mulheres, ACNUR e UNFPA, 2023

Tabela 6. Distribuição da população venezuelana abrigada em Roraima por cor/raça autodeclarada por sexo - Brasil, 2023

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Branca	264	22,4%	342	31,3%	606	26,7%
Afrodescendente/negra	73	6,2%	84	7,7%	157	6,9%
Morena/mestiça	741	62,8%	591	54,2%	1.332	58,7%
Indígena	20	1,7%	14	1,3%	34	1,5%
Outra	81	6,9%	60	5,5%	141	6,2%
Total	1.179	100%	1.091	100%	2.270	100%

Fonte: CEDEPLAR/IPEAD, ONU Mulheres, ACNUR e UNFPA, 2023

A maioria das pessoas interiorizadas (68,7%) declara compreender bem ou perfeitamente o português, tendência observada na onda anterior. A participação dos homens é maior entre aquelas pessoas que compreendem bem ou perfeitamente o português, se comparados às mulheres interiorizadas. A participação das mulheres é maior entre aquelas pessoas que têm dificuldade ou não compreendem,

se comparadas aos homens interiorizados (Tabela 7). **A questão da compreensão do português** permanece, assim, como ponto de atenção para as políticas de acolhimento e integração durante o processo de interiorização, **afetando mais de um terço daquelas pessoas beneficiárias da estratégia de realocação voluntária, com maior relevo para mulheres.**

¹² As categorias de cor/raça e as definições adotadas nesta pesquisa refletem aquelas utilizadas pelos órgãos oficiais da Venezuela, e portanto não são exatamente as mesmas utilizadas pelo IBGE para a população residente no Brasil, dificultando, portanto, a comparabilidade dos dados

Tabela 7. Nível de compreensão da língua portuguesa pela pop. venezuelana interiorizada por sexo - Brasil, 2023

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Compreende perfeitamente	4.394	21,9%	6.040	26,3%	10.434	24,3%
Compreende bem	8.241	41,1%	10.834	47,2%	19.075	44,4%
Tem alguma dificuldade	6.484	32,3%	5.113	22,3%	11.597	27%
Não compreende	923	4,6%	945	4,1%	1.868	4,3%
Total	20.042	100%	22.932	100%	42.974	100%

Fonte: CEDEPLAR/IPEAD, ONU Mulheres, ACNUR e UNFPA, 2023

Tabela 8. Nível de compreensão da língua portuguesa pela pop. venezuelana interiorizada entre março de 2020 e agosto de 2021, por sexo - Brasil, 2021 e 2023

	Feminino		Masculino		Total	
	2023	2021	2023	2021	2023	2021
Compreende perfeitamente	39,6%	15,6%	43,3%	19,5%	41,5%	17,6%
Compreende bem	35,8%	48,5%	37,5%	54,1%	36,7%	51,4%
Tem alguma dificuldade	23,8%	34,0%	16,3%	25,9%	19,9%	29,8%
Não compreende	0,8%	1,9%	2,8%	0,6%	1,9%	1,2%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: CEDEPLAR/IPEAD, ONU Mulheres, ACNUR e UNFPA, 2023

Se compararmos os dados de 2023 e 2021 para **a mesma população** (pessoas interiorizadas entre março de 2020 e agosto de 2021, correspondente à PA₁ da onda 2 e ao P1 da onda 3), verifica-se, como é de se esperar, **melhora significativa dos níveis de compreensão da língua portuguesa** com proporção maior entre as pessoas que compreendem bem ou perfeitamente bem em ambos os sexos (Tabela 8). Observa-se maior participação das pessoas que declaram compreender perfeitamente o português, tanto entre mulheres (que experimentaram aumento importante de 15,6% em 2021 para 39,6% em 2023), quanto entre homens (19,5% para 43,3%). Logo, **entre aquelas pessoas que têm boa compreensão, nota-se uma melhora quantitativa e qualitativa no grau de compreensão, com maior participação masculina**, refletindo maior tempo de permanência no país, potencialmente com mais contato com comunidade local, acesso a serviços, trabalho e/ou convívio cotidiano, cursos e aprendizagem de português

como língua de acolhimento (PLA) e vivência linguística. A proporção de pessoas que têm dificuldade também caiu para todos os grupos pesquisados e houve variação muito pequena do total de pessoas que não compreendem a língua portuguesa. Manteve-se, contudo, a tendência de maior proporção de pessoas que têm alguma dificuldade na compreensão do português entre as mulheres, se comparadas aos homens interiorizados.

A maioria das pessoas abrigadas (Tabela 9) indicou não compreender ou ter dificuldade em compreender o português (76% em 2021 e 78% em 2023). Identificou-se um **aumento expressivo na proporção de pessoas venezuelanas abrigadas que não compreendem o português** em comparação com a onda anterior - eram 10,8% em 2021 e passaram para 40% em 2023, indicando uma piora na qualidade dos níveis de compreensão. A proporção de mulheres que não compreendem a língua portuguesa subiu de 13,9% para 44,1% e, entre homens, de

7,3% para 35,7%, indicando área importante de intervenção nos abrigos. Destaca-se que, entre

as pessoas que compreendem bem o idioma, as mulheres superaram os homens.

Tabela 9. Nível de compreensão da língua portuguesa pela pop. venezuelana abrigada em Roraima por sexo - Brasil, 2023

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. Absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Compreende perfeitamente	17	1,4%	30	2,7%	47	2,1%
Compreende bem	268	22,7%	183	16,8%	451	19,9%
Tem alguma dificuldade	374	31,7%	489	44,8%	863	38,0%
Não compreende	520	44,1%	389	35,7%	909	40,0%
Total	1.179	100%	1.091	100%	2.270	100%

Fonte: CEDEPLAR/IPEAD, ONU Mulheres, ACNUR e UNFPA, 2023

A piora desses dados pode ter relação com redução do nível de escolaridade média da população abrigada observada no período (ver seção específica), ligeiro aumento no tempo de permanência nos abrigos (de 4 para 5,6 meses) e alterações nas dinâmicas vividas nos abrigos e no processo de interiorização desde Roraima. Vale ressaltar que o Brasil foi o país que registrou o maior aumento no número de chegadas de pessoas venezuelanas, a partir de 2022, em comparação com países da América do Sul¹³. Como indicado no relatório anterior, os dados corroboram o impacto do abrigamento e do menor tempo de chegada ao Brasil na capacidade de compreensão do português, seja pela menor exposição ao idioma, pelo menor tempo de acesso a cursos e programas de português como língua de acolhimento (PLA), ou outras razões, como o isolamento nos espaços de abrigo e pouco contato com serviços e comunidade local. Estas hipóteses precisam ser avaliadas em pesquisas futuras. Reitera-se assim a importância da adoção de estratégias de ensino e aprendizagem do português durante o período de abrigamento.

O nível de escolaridade da população venezuelana interiorizada no Brasil é superior à média da população brasileira com 18 anos ou mais (Tabela 10), identificada nos microdados da PNADc (3o. trimestre de 2023). Enquanto 7,3% das pessoas brasileiras têm apenas o nível fundamental completo e 33,3% completaram o ensino médio, 11,9% das pessoas venezuelanas interiorizadas completaram o ensino fundamental e 50,5% completaram o ensino médio. O percentual de adultos com ensino superior completo é superior entre brasileiros (18%) comparado com a população venezuelana interiorizada (13,86%): para população venezuelana, mulheres têm participação superior (15%) aos homens (12,9%) no ensino superior completo. Verificou-se uma redução na participação de pessoas com ensino superior (completo e incompleto) entre a população interiorizada: em 2021, eram 24% (8,9% incompleto e 15,1% completo); em 2023, 19,9% (6,0% incompleto e 13,9% completo).

¹³ <https://www.r4v.info/>

Tabela 10. Nível de escolaridade da população venezuelana interiorizada e da população brasileira (Exceto Roraima) por sexo - Brasil, 2023

	Total		Homens		Mulheres	
	BR	Int.	BR	Int.	BR	Int.
Sem instrução e menos de 1 ano de estudo	5,2%	0,2%	5,4%	0,5%	5,1%	0%
Fundamental incompleto ou equivalente	24,1%	4,3%	25,3%	4,2%	23,1%	4,5%
Fundamental completo ou equivalente	7,3%	11,9%	7,6%	13,3%	7%	10,3%
Médio incompleto ou equivalente	6,5%	13,1%	7%	13,5%	6%	12,7%
Médio completo ou equivalente	33,3%	50,5%	33,4%	50,2%	33,1%	50,9%
Superior incompleto ou equivalente	5%	6,0%	5,5%	5,5%	5,8%	6,7%
Superior completo	18%	13,9%	15,9%	12,9%	19,9%	15%

Fonte: CEDEPLAR/IPEAD, ONU Mulheres, ACNUR e UNFPA, 2023

Nos estratos mais baixos do perfil de escolaridade, 13,1% das pessoas interiorizadas reportaram não ter concluído o ensino médio. A participação de pessoas sem instrução e com ensino fundamental incompleto (menos anos de escolaridade) é bastante inferior entre a população interiorizada para ambos os sexos se comparada com a população brasileira.

Essas **tendências se mantiveram**, com

variações nas frequências, similares às observadas em 2021 (Moverse, 2021, p. 19). Os dados mostram que **as mulheres interiorizadas têm, na média, grau de escolaridade ligeiramente superior ao dos homens interiorizados** e a participação de pessoas sem instrução entre a população interiorizada, que já era pequena, caiu pela metade entre 2021 e 2023 (de 0,5% para 0,2%).

Tabela 11. Nível de escolaridade da pop. venezuelana interiorizada entre março de 2020 e agosto de 2021, por sexo - Brasil, 2021 e 2023

	Feminino		Masculino		Total	
	2021	2023	2021	2023	2021	2023
Sem Instrução ou menos de um ano de instrução	0,9%	0%	0,2%	0%	0,5%	0%
Fundamental incompleto	4,2%	1,7%	5,1%	2,5%	4,7%	2,1%
Fundamental completo	6,7%	4,5%	5,8%	15,6%	6,3%	10,4%
Médio incompleto	12,4%	9,8%	14%	7,8%	13,2%	8,7%
Médio completo	49,6%	57,4%	53,1%	50,0%	51,4%	53,5%
Superior incompleto	8,6%	10,7%	9,1%	5,5%	8,9%	8%
Superior completo	17,6%	16%	12,8%	18,6%	15,1%	17,4%

Fonte: CEDEPLAR/IPEAD, ONU Mulheres, ACNUR e UNFPA, 2021 e 2023

Se compararmos os dados de 2023 e 2021 para **a mesma população interiorizada** (pessoas interiorizadas entre março de 2020 e agosto de 2021, correspondente à PA₁ da onda 2 e ao P 1 da onda 3), observamos uma ligeira melhora na proporção de pessoas com ensino médio e ensino superior completos (Tabela 11). Para o total da população, verificou-se uma **melhoria na completude das etapas escolares, o que pode indicar maior acesso à escola e universidade para essa população no pós-interiorização**.

Quando olhamos para esses dados por sexo, contudo, percebe-se variação entre homens e mulheres. As mulheres foram responsáveis pelos ganhos educacionais no ensino médio (passando de 49,6% para 57,4%) e os homens interiorizados pelo ensino superior completo, passando de 12,8% em 2021 para 18,6% em 2023.

De todo modo, os dados reportados indicam concentração da população interiorizada nos estratos de ensino médio completo e superior incompleto. Reitera-se, na esteira das informações

levantadas junto a gestores na etapa anterior, que parte significativa da população interiorizada com formação superior completa não é inserida no mercado em suas áreas de competência. Aponta-se a importância de garantir as condições para “devida inserção daqueles com grau de escolaridade completo, seja por meio do reconhecimento e revalidação dos diplomas, seja pela possibilidade de continuidade dos estudos em nível superior dada a ampliação da política de inserção universitária desses grupos, sobretudo no âmbito das universidades e institutos federais” (Moverse, 2021, p. 20).

Podemos verificar, tal como apontado na pesquisa anterior, que **o nível de escolaridade da população venezuelana abrigada (Tabela 12) é significativamente inferior ao das pessoas venezuelanas interiorizadas**, especialmente no que se refere à participação de pessoas com nível fundamental incompleto (4,3% entre interiorizadas e 19,8% entre as abrigadas), com nível superior completo (13,9% entre interiorizadas e 5,9% entre as abrigadas) e sem instrução (0,2% entre interiorizadas e 5,5% entre as abrigadas).

Comparadas à população brasileira residente em Roraima, nota-se que, entre as abrigadas, a proporção de pessoas com ensino superior completo e incompleto é bastante inferior à média do Estado, especialmente entre as mulheres. A tendência também se mantém para os estratos com menor grau de escolaridade (sem instrução e ensino fundamental): esses grupos representam 37,8% da população

abrigada contra 27,2% da população residente. Essa diferença é ainda maior entre mulheres: 42,2% das mulheres abrigadas estão nos estratos inferiores contra 23,1% das mulheres residentes em Roraima. Em geral, **o perfil educacional das pessoas abrigadas é mais baixo que o das pessoas venezuelanas interiorizadas e que o das pessoas brasileiras residentes em Roraima.**

Nota-se, ainda, em comparação com relatório anterior (Moverse, 2021, p. 21), uma **piora do perfil educacional da população abrigada entre 2021 e 2023**, com proporção maior de pessoas sem instrução, no nível fundamental e com ensino médio incompleto. Esses dados apontam gargalos no acesso à educação para pessoas abrigadas, que pode ser derivada do caráter de provisoriedade da sua condição, chegada recente, pouco tempo de permanência no país e questões de compreensão da língua. Ainda, pode apontar para seletividade nos critérios de seleção da estratégia, com maior tendência à interiorização de pessoas com melhor perfil educacional e/ou potencial melhoria do acesso à educação no pós-interiorização. Seria importante pensar estratégias de formação continuada desde a fase dos abrigos, apoiando iniciativas locais e transversalizando as políticas nas fases de abrigamento e interiorização no campo educacional. É preciso discutir como adotar estratégias mais inclusivas de apoio à interiorização para pessoas com perfil educacional mais baixo, com atenção especial para as mulheres.

Tabela 12. Nível de escolaridade da população venezuelana abrigada em Roraima e da população residente em Roraima por sexo- Brasil, 2023

	Total		Homens		Mulheres	
	RR	Abr.	RR	Abr.	RR	Abr.
Sem instrução e menos de 1 ano de estudo	4,5%	5,51%	5%	4,2%	4,1%	6,7%
Fundamental incompleto ou equivalente	16,6%	19,8%	20,2%	15,5%	12,9%	23,8%
Fundamental completo ou equivalente	6,1%	12,5%	6%	13,3%	6,1%	11,8%
Médio incompleto ou equivalente	8,4%	19,6%	9,3%	19,2%	7,5%	19,9%
Médio completo ou equivalente	39,7%	31,4%	40,1%	34%	39,4%	29,0%
Superior incompleto ou equivalente	7,4%	5,3%	6,3%	5,4%	8,6%	5,2%
Superior completo	17,3%	6%	13,2%	8,4%	21,5%	3,7%

Fonte: CEDEPLAR/IPEAD, ONU Mulheres, ACNUR e UNFPA, 2023

Sobre o perfil familiar (Tabelas 13 a 16), **a maioria da população interiorizada reside com cônjuge ou companheiro(a) no mesmo domicílio (69,4%) e possui filhos (as) (80,1%)** - tendência observada tanto em 2021, como em 2023. Entre a população abrigada em Roraima, a participação de pessoas que residem com cônjuge é menor (60%) e a que têm filhos(as) é maior (86%), se comparada à população venezuelana interiorizada.

Analisando as informações por sexo, verifica-se que **a proporção de mulheres, tanto interiorizadas, quanto abrigadas, com filhos(as) é superior à dos homens em ambos os contextos** - entre as interiorizadas são 85,3% e entre as abrigadas, 94,2%. Ao mesmo tempo, há maior proporção entre as mulheres de pessoas que não residem com cônjuge, se comparadas aos homens, seja entre interiorizadas (33,3%), seja entre abrigadas (45,1%). 81,1% das pessoas interiorizadas e 83,7% das pessoas em abrigos em Roraima reportaram ter ao menos um filho(a) corresidente. Entre as mulheres abrigadas, esse percentual chega a 90,3% (contra 74,9% dos homens abrigados), sendo que 36,5% delas têm três ou mais filhos(as) corresidentes. Entre as mulheres interiorizadas, as diferenças se aprofundam: 91,7% das venezuelanas interiorizadas residem com ao menos um(a) filho(a), enquanto 70,7% dos homens interiorizados encontram-se nessa situação. **As mulheres também estão sobrerrepresentadas entre famílias com três ou mais filhos(as):** 31,5% das mulheres interiorizadas contra apenas 19,9% dos homens que residem com três filhos(as) ou mais.

Esses dados apontam para **sobrecarga do trabalho de cuidado com filhos(as) sobre as mulheres**, tanto em situação de abrigo, quanto após a interiorização. Podemos afirmar que a experiência de deslocamento forçado e interiorização voluntária de pessoas venezuelanas refugiadas e migrantes no Brasil, como verificada em todas as fases da pesquisa, acontece no **contexto de um deslocamento familiar**, o que tem impacto direto no desenho e nas demandas das políticas públicas para esse público. Historicamente e culturalmente, a responsabilidade pelo cuidado nas famílias é atribuída às mulheres. Portanto, é crucial que políticas e serviços de cuidado, englobando os setores de saúde e educação, mas também serviços que diminuam as horas dedicadas pelas mulheres ao trabalho de cuidado direto e indireto, façam parte da oferta de serviço às famílias refugiadas e migrantes. Além disso, serviços que atuem para a promoção de mudanças culturais e reforcem a necessidade de redistribuição do trabalho de cuidado dentro das famílias e das comunidades são fundamentais para que o trabalho de cuidado seja distribuído de maneira igualitária. Os dados também indicam **percentual significativo de famílias monoparentais, sobretudo entre as mulheres**. Finalmente, cumpre explorar em pesquisas futuras potencial **seletividade da estratégia de interiorização para homens sem filhos (as)** e a necessidade de pensar mecanismos para incorporação de famílias numerosas, em especial famílias monoparentais chefiadas por mulheres, nas políticas de realocação.

Tabela 13. Pessoas venezuelanas interiorizadas que residem com cônjuge no mesmo domicílio por sexo - Brasil, 2023

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Sim	13379	66,8%	16463	71,8%	29842	69,4%
Não	6663	33,3%	6469	28,2%	13132	30,6%
Total	20042	100%	22932	100%	42974	100%

Fonte: CEDEPLAR/IPEAD, ONU Mulheres, ACNUR e UNFPA, 2023

Tabela 14. Pessoas venezuelanas interiorizadas que têm filhos (nascidos vivos) por sexo - Brasil, 2023

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Sim	17.099	85,3%	17.337	75,6%	34.436	80,1%
Não	2.943	14,7%	5.595	24,4%	8.538	19,9%
Total	20.042	100%	22.932	100%	42.974	100%

Fonte: CEDEPLAR/IPEAD, ONU Mulheres, ACNUR e UNFPA, 2023

Tabela 15. Pessoas venezuelanas abrigadas em Roraima que residem com cônjuge no mesmo domicílio por sexo - Brasil, 2023

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Sim	13379	66,8%	16463	71,8%	29842	69,4%
Não	6663	33,3%	6469	28,2%	13132	30,6%
Total	20042	100%	22932	100%	42974	100%

Fonte: CEDEPLAR/IPEAD, ONU Mulheres, ACNUR e UNFPA, 2023

Tabela 16. Pessoas venezuelanas abrigadas em Roraima que têm filhos (nascidos vivos) por sexo - Brasil, 2023

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Sim	1.111	94,2%	838	76,8%	1.949	85,9%
Não	68	5,8%	253	23,2%	321	14,1%
Total	1.112	100%	839	100%	2.270	100%

Fonte: CEDEPLAR/IPEAD, ONU Mulheres, ACNUR e UNFPA, 2023

Em 2023, 78% das pessoas venezuelanas interiorizadas com filhos corresidentes reportaram que as crianças e adolescentes estão matriculadas em escola ou creche. Se compararmos estes resultados para a mesma população interiorizada (entre março de 2020 e agosto de 2021) entre 2021 e 2023, verificamos que houve aumento nas taxas de matrícula para filhos(as), de 70,4% para 81,8%. **A inserção escolar/creche das crianças e adolescentes, portanto, melhorou em razão do maior tempo de permanência no país para as famílias venezuelanas interiorizadas e permaneceu baixa, com tendência a piora, na comparação, entre as famílias abrigadas em Roraima.** Entre as pessoas abrigadas, houve redução do

percentual de crianças matriculadas em creche ou escola de 35,7% em 2021 para apenas **31,5%** em 2023, reiterando gargalos persistentes no acesso à educação básica para menores de 18 anos em Roraima.

Dentre os fatores que poderiam ajudar a explicar a melhora dos índices de matrícula escolar para a população interiorizada estão a retomada das atividades presenciais em grande parte do território nacional no pós-COVID, o melhor conhecimento do sistema educacional brasileiro, inclusive dos trâmites burocráticos, derivada do maior tempo de vivência no país, atuação de setores públicos envolvidos no cuidado das crianças e adolescentes como os Conselhos Tutelares etc. A percepção de que

o abrigo é uma situação temporária pode impactar os dados de inserção escolar em Roraima, já que estão aguardando deixar o abrigo, seja por meio da interiorização, seja pela obtenção de outras formas de moradia. A diminuição do nível de escolaridade média da população abrigada pode ter influenciado a queda da taxa de matrícula escolar, bem como as condições estruturais de acesso à educação no entorno dos abrigos, que eram, em 2021, menos concentrados territorialmente no município de Boa Vista, gerando sobrecarga nas instituições de ensino e acolhida do entorno. Nesse contexto, é importante considerar mecanismos de inserção escolar que levem em conta a

natureza itinerante dessas populações, a fim de evitar altas taxas de evasão ou distorção de idade-série entre a população migrante, bem como assistência específica às estruturas de apoio das regiões dos abrigos, conforme indicado por outras pesquisas (Shamsuddin, et. al., 2021).

Também foram levantados dados sobre acesso à internet, indicando que a maioria absoluta das pessoas interiorizadas (91,3%) tem acesso à internet, sobretudo através de celular/smartphone (94,1%) (Tabela 17). Entre as pessoas abrigadas em Roraima (Tabela 18), a proporção da população com acesso à internet cai para 64,8%, sendo o celular/smartphone também a principal forma de acesso (98%).

Tabela 17. Pessoas venezuelanas interiorizadas com acesso à internet - Brasil, 2023

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Sim	18.416	91,9%	20.818	90,8%	39.234	91,3%
Não	1.626	8,1%	2.114	9,2%	3.740	8,7%
Total	20.042	100%	22.932	100%	42.974	100%

Fonte: CEDEPLAR/IPEAD, ONU Mulheres, ACNUR e UNFPA, 2023

Tabela 18. Pessoas venezuelanas abrigadas em Roraima com acesso à internet - Brasil, 2023

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Sim	730	61,9%	742	68,0%	1472	64,8%
Não	449	38,1%	349	32,0%	798	35,1%
Total	1179	100%	1091	100%	2270	100%

Fonte: CEDEPLAR/IPEAD, ONU Mulheres, ACNUR e UNFPA, 2023

Entre as pessoas abrigadas (Tabela 18), destaca-se que a falta de conectividade é mais pronunciada entre as mulheres, atingindo 38,1%, em comparação aos homens (32,0%). Em relação à onda anterior, percebe-se relativa melhora nesse quesito, quando 57,3% das pessoas abrigadas não possuíam acesso. Não obstante, a alta proporção de pessoas sem acesso à internet nos abrigos indica importante gargalo no acesso à informação, serviços e direitos, considerando que parte significativa da rede de trocas e apoio, bem como do acesso a serviços

públicos, atualmente depende de modalidades de comunicação virtual e processos online. Ademais, o acesso à internet, por outros meios que não sejam o celular/smartphone, como notebooks ou computadores, uma vez que estes aparelhos podem facilitar o acesso a serviços de formação continuada.

Entre a população abrigada em Roraima, 32,7% relataram ter participado de atividades de capacitação durante o período de abrigo (36,4% das mulheres e 28,8% dos homens) (Tabela 19). Essas atividades têm

impacto social dentro dos abrigos, pois faz com que essa pessoa abrigada tenha atividades que vão além dos afazeres domésticos e de cuidado com o ambiente em que residem, e profissionais, conforme algumas experiências relatadas pela própria Operação Acolhida¹⁴, pois podem aumentar as chances de inserção no mercado de trabalho, seja em Boa Vista ou no destino da interiorização, e devem ser implementadas e incentivadas pelas autoridades. Destaca-se,

mais uma vez, a dinâmica temporal nos abrigos, o que torna os cursos de capacitação geralmente curtos. Projetar ações que considerem a mobilidade desse público é importante para melhorar a efetividade das políticas durante a integralidade do processo de deslocamento. Tais formações devem incluir a possibilidade de continuidade em outros espaços ou de forma online, os quais devem vir acompanhados de melhora da conectividade.

Tabela 19. Pessoas venezuelanas que realizaram atividade de capacitação nos abrigos em Roraima por sexo – Brasil, 2023

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Sim	429	36,4%	314	28,8%	743	32,7%
Não	750	63,6%	777	71,2%	1.527	67,3%
Total	1.179	100%	1.091	100%	2.270	100%

Fonte: CEDEPLAR/IPEAD, ONU Mulheres, ACNUR e UNFPA, 2023

Em geral, os dados indicam um **perfil socio-demográfico de maior vulnerabilidade entre as pessoas abrigadas em Roraima no comparativo com a população interiorizada** e, em alguns índices, na comparação com as pessoas abrigadas na pesquisa anterior, com especial

impacto sobre mulheres e menores de 18 anos. É fundamental que haja um cuidado adicional na manutenção de uma dinâmica de abrigamento e interiorização que atenda adequadamente a esse perfil de vulnerabilidade.

GRAVIDEZ

Entre as mulheres venezuelanas interiorizadas, 2,1% informaram estar grávidas no momento da entrevista. Verificou-se redução da proporção de mulheres grávidas entre as ondas da pesquisa (em 2021, foram 4,8%). Dentre as mulheres grávidas interiorizadas, a maioria informou que não queria ter mais filhos, quando engravidaram (31,8%) ou que gostaria de ter esperado mais tempo para engravidar (50,7%) (Tabela 20). Entre as mulheres interiorizadas que tiveram filhos no Brasil (Tabela 21), no momento

da gestação, 39,8% tinham o desejo de não ter mais filhos e 22,3% de ter esperado mais tempo para engravidar. Esses dados indicam a importância de incorporar **temas de planejamento familiar no processo de interiorização**. Não foram reportadas mulheres grávidas entre as mulheres residindo nos abrigos em Roraima à época da última coleta de dados - entre agosto e setembro de 2023 - elas eram 6,56% das mulheres abrigadas na onda anterior.

¹⁴ Por meio de capacitações, refugiadas e migrantes em Roraima se preparam para o mercado de trabalho. Disponível em: <<https://brasil.unfpa.org/pt-br/news/por-meio-de-capacitacoes-refugiadas-e-migrantes-em-roraima-se-preparam-para-o-mercado-de>>

Tabela 20. Expectativa no momento em que engravidaram das pessoas venezuelanas grávidas interiorizadas durante a pesquisa - Brasil, 2023

	Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa
Não queria ter (mais) filhos	136	31,8%
Queria engravidar naquele momento	75	17,5%
Queria esperar um pouco mais	217	50,7%
Total	428	100%

Fonte: CEDEPLAR/IPEAD, ONU Mulheres, ACNUR e UNFPA, 2023

Tabela 21. Expectativa no momento em que engravidaram das pessoas venezuelanas interiorizadas com filhos nascidos no Brasil - Brasil, 2023

	Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa
Não queria ter (mais) filhos	599	39,8%
Queria engravidar naquele momento	570	37,9%
Queria esperar um pouco mais	335	22,3%
Total	1.504	100%

Fonte:CEDEPLAR/IPEAD, ONU Mulheres, ACNUR e UNFPA, 2023

Entre as mulheres venezuelanas interiorizadas que estavam grávidas em 2023, 14,5% informaram não estar fazendo acompanhamento pré-natal, um aumento no comparativo com a pesquisa anterior realizada em 2021, quando 8,1% das mulheres grávidas interiorizadas relataram viver essa situação, indicando necessidade de **reforço na atenção à saúde materna para essa população-alvo**. Trata-se de

ponto de atenção importante para as políticas básicas de saúde, junto a mulheres venezuelanas interiorizadas e também para as abrigadas que vivem tal realidade, já que na pesquisa anterior, 26,6% das mulheres abrigadas que estavam grávidas relataram não estar realizando o pré-natal.

DOCUMENTAÇÃO

Entre as pessoas interiorizadas, **98,9% encontram-se documentadas**, ou seja, reportaram possuir algum documento que atesta situação regular em território brasileiro. São majoritariamente residentes (64,7%) e solicitantes de residência (22,3%) (Tabela 22). Pessoas solicitantes de refúgio e refugiadas são minoria entre a população venezuelana interiorizada (6,6% e 6,5% respectivamente). As pessoas solicitantes de refúgio e reconhecidas como refugiadas estão proporcionalmente mais presentes na modalidade institucional, somando 22,04% do total, seguida pela modalidade vaga de emprego sinalizada, onde perfazem 15,7% da população beneficiária (Tabela 23). Esses dados podem indicar maior ênfase da política de apoio à população refugiada nessas modalidades, seja pela parceria com abrigos, seja com empresas e contratantes nas cidades de destino.

Entre as pessoas abrigadas (Tabela 24), **as taxas de documentação atingem 99% da população**, majoritariamente como residentes (41,4%) e refugiadas (30,0%). As altas taxas de regularização documental são esperadas, haja vista que a população encontra-se inserida em programas (abrigo e interiorização voluntária)

que pressupõem e apoiam a obtenção dos documentos. Em relação à documentação das pessoas abrigadas, os dados obtidos demonstram a **efetividade da política brasileira de regularização e documentação de pessoas refugiadas e migrantes, evidenciando um aspecto positivo da estratégia de acolhimento e interiorização**. Vale ressaltar, conforme a pesquisa qualitativa realizada em 2021, a percepção entre a população venezuelana de que não há diferença significativa entre os dois institutos jurídicos no que toca à proteção e acesso a direitos e serviços (Moverse, 2021). As restrições de acesso ao território no período da pandemia, que reduziram as taxas de regularização (cerca de 86%, na primeira onda da pesquisa realizada entre maio e julho de 2021), foram revertidas entre 2021 e 2023, conforme dados apresentados. Observa-se, ainda, aumento na participação de pessoas reconhecidas como refugiadas entre a população venezuelana interiorizada (de 3,8% em 2021 para 6,5% em 2023), potencialmente refletindo aceleração dos processos de reconhecimento pelo Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) de pessoas venezuelanas no período.

Tabela 22. Documentos que pessoas venezuelanas interiorizadas possuem por sexo - Brasil, 2023

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Protocolo de refúgio	1.350	6,8%	1.442	6,3%	2.792	6,6%
Protocolo de residência (migração)	5.607	28,4%	3.869	17,0%	9.476	22,3%
Refugiado já reconhecido	944	4,8%	1.804	7,9%	2.748	6,5%
Registro de residente	11.837	60,0,9%	15.670	69,0%	27.507	64,7%
Total	19.738	100%	22.785	100%	42.523	100%

Fonte: CEDEPLAR/IPEAD, ONU Mulheres, ACNUR e UNFPA, 2023

Tabela 23. Documentos que pessoas venezuelanas interiorizadas possuem por modalidade de interiorização - Brasil, 2023

	Institucional		Reunião Social		Reunificação Familiar		VES		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Protocolo de refúgio	474	13,8%	1372	5,5%	310	5,2%	511	6,2%	2667	6,3%
Protocolo de residência (migração)	413	12,0%	6174	24,7%	1750	29,3%	2042	24,8%	10379	24,3%
Refugiado já reconhecido	283	8,2%	1356	5,4%	277	4,6%	786	9,5%	2702	6,3%
Registro de residente	2266	66%	16097	64,4%	3629	60,8%	4912	59,5%	26904	63,1%

Fonte: CEDEPLAR/IPEAD, ONU Mulheres, ACNUR e UNFPA, 2023

Tabela 24. Documentos que pessoas venezuelanas abrigadas em Roraima possuem por sexo - Brasil, 2023

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. Absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Protocolo de refúgio	129	11,1%	160	14,8%	289	12,9%
Protocolo de residência (migração)	197	16,9%	157	14,5%	354	15,7%
Refugiado já reconhecido	366	31,5%	307	28,4%	673	29,9%
Registro de residente	474	40,7%	457	42,3%	931	41,4%
Total	1.166	100%	1.081	100%	2.247	100%

Fonte: CEDEPLAR/IPEAD, ONU Mulheres, ACNUR e UNFPA, 2023

Ainda sobre documentação, a pesquisa também analisou os dados relativos ao Cartão Nacional de Saúde (CNS), entendido como meio de inferir acesso aos serviços públicos de saúde no Brasil. 99,1% das pessoas venezuelanas interiorizadas e 98,9% das pessoas abrigadas relataram ter o CNS, uma proporção ligeiramente maior do que observado na onda anterior (95,5%

para ambos os grupos). Entre a população interiorizada, (Tabela 25), os homens relatam ter o CNS em proporção ligeiramente superior (99,5%) às das mulheres (98,6%). O oposto foi observado entre as pessoas abrigadas (Tabela 26), com 99,6% das mulheres relatando possuir o CNS, contra 98,3% dos homens.

Tabela 25. Pessoas venezuelanas interiorizadas que possuem Cartão Nacional de Saúde (CNS) por sexo - Brasil, 2023

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Sim	19.766	98,6%	22.813	99,5%	42.579	99,1%
Não	276	1,4%	119	0,5%	395	0,9%
Total	20.042	100%	22.932	100%	42.974	100%

Fonte: CEDEPLAR/IPEAD, ONU Mulheres, ACNUR e UNFPA, 2023

Tabela 26. Pessoas venezuelanas abrigadas que possuem Cartão Nacional de Saúde por sexo - Brasil, 2023

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Sim	1.174	99,6%	1.072	98,3%	2.246	98,9%
Não	5	0,4%	19	1,7%	24	1,1%
Total	1.179	100%	1.091	100%	2.270	100%

Fonte: CEDEPLAR/IPEAD, ONU Mulheres, ACNUR e UNFPA, 2023

Já em relação à inscrição no Cadastro Único (CadÚnico) ou no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) (Tabela 27), os dados indicam que aproximadamente 60% das pessoas venezuelanas interiorizadas possuem registro no sistema. No entanto, as mulheres estão inscritas em maior percentual (75,2%) do que os homens (47,8%). Se comparado com a

onda anterior da pesquisa realizada em 2021, observa-se um aumento expressivo na proporção de pessoas registradas no CadÚnico: em 2021, 51,7% das pessoas venezuelanas interiorizadas tinham inscrição no CadÚnico (63,9% das mulheres e 40,3% dos homens). Isto representa um aumento de 11 e 7,5 pontos percentuais, respectivamente.

Tabela 27. Pessoas venezuelanas interiorizadas que estão registradas no CadÚnico ou CRAS por sexo - Brasil, 2023

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Sim	15.065	75,2%	10.967	47,8%	26.032	60,6%
Não	4.977	24,8%	11.965	52,2%	16.942	39,4%
Total	20.042	100%	22.932	100%	42.974	100%

Fonte: CEDEPLAR/IPEAD, ONU Mulheres, ACNUR e UNFPA, 2023

Tendo em conta a modalidade de interiorização (Tabela 28) observa-se que é na modalidade institucional que se encontra a maior proporção de inscritos (71,1%). Esta é a modalidade com menor participação no conjunto da interiorização (Tabela 4), mas que apresenta a maior vulnerabilidade entre seus participantes. As pessoas venezuelanas que foram interiorizadas pelas modalidades de reunião social e

reunificação familiar, se inscreveram na mesma proporção no CadÚnico (em torno de 58%). As pessoas interiorizadas por meio da modalidade VES, têm a menor proporção de inscrições no CadÚnico (41,1%). Isto pode estar relacionado às taxas de inserção laboral e níveis de renda desta população e a forte presença de homens nessa modalidade de interiorização (67,4%), possivelmente interiorizados sem família (Tabela 4).

Tabela 28. Pessoas venezuelanas interiorizadas que estão registradas no CadÚnico ou CRAS por modalidade de interiorização - Brasil, 2023

	Institucional		Reunião Social		Reunificação Familiar		VES		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Sim	2.472	71,1%	14.540	58,1%	3.594	58,5%	3.419	41,1%	24.025	55,9%
Não	1.006	28,9%	10.499	47,9%	2.549	41,5%	4.895	58,9%	18.949	44,1%
Total	3.478	100%	25.039	100%	6.143	100%	8.314	100%	42.974	100%

Fonte: CEDEPLAR/IPEAD, ONU Mulheres, ACNUR e UNFPA, 2023

Em relação às pessoas abrigadas, 54% das pessoas entrevistadas estavam registradas no Cadastro Único, com predomínio das mulheres (66,2%) (Tabela 29). Isso representa uma mudança significativa em relação à pesquisa anterior, tanto em termos do número de inscritos - que era de apenas 31,2% entre pessoas abrigadas - quanto em relação à sobrerrepresentação das mulheres nesta fase da pesquisa, pois a diferença entre homens e mulheres não era significativa em 2021. Esta mudança pode

ser atribuída, por um lado, a uma melhoria nos processos de registro no Cadastro Único das pessoas abrigadas, resultado da abertura de um Posto do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) no Posto de Triagem (PTRIG) em Boa Vista em outubro de 2023¹⁵. Por outro lado, nesta onda da pesquisa, os dados indicam um perfil sociodemográfico de maior vulnerabilidade entre as pessoas abrigadas em Roraima, principalmente entre as mulheres.

Tabela 29. Pessoas venezuelanas abrigadas em Roraima que estão registradas no CadÚnico ou CRAS por sexo - Brasil, 2023

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Sim	780	66,2%	446	42,8%	1.226	54,0%
Não	399	33,8%	645	57,3%	1.044	46,0%
Total	1.179	100%	1.091	100%	2.270	100%

Fonte: CEDEPLAR/IPEAD, ONU Mulheres, ACNUR e UNFPA, 2023

Entre as pessoas venezuelanas interiorizadas que declararam ter inscrição no CadÚnico, 50,8% receberam benefício do Programa Bolsa Família (Tabela 30) no mês de referência da

entrevista. As mulheres inscritas tiveram mais acesso ao benefício (59,5%) quando comparadas aos homens (38,8%).

Tabela 30. Pessoas venezuelanas interiorizadas cadastradas no CadÚnico que receberam parcela do Bolsa Família por sexo - Brasil, 2023

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. Absoluta	Freq. relativa
Sim	8.959	59,5%	4.256	38,8%	13.215	50,8%
Não	6.106	40,5%	6.711	61,2%	12.817	49,2%
Total	15.065	100%	10.967	100%	26.032	100%

Fonte: CEDEPLAR/IPEAD, ONU Mulheres, ACNUR e UNFPA, 2023

Já entre as pessoas abrigadas que declararam ter inscrição no CadÚnico, 40% indicaram ter recebido o benefício do Programa Bolsa Família no mês de referência da entrevista, 41,1% das mulheres e 37,7% dos homens (Tabela 31).

Vale destacar que em relação às pessoas abrigadas, despesas básicas como moradia e alimentação já estão cobertas pela própria ação de abrigamento, o que pode impactar na busca pelo benefício social.

15 <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/mds-inaugura-posto-do-cadastro-unico-para-atendimento-a-migrantes-e-refugiados-em-boa-vista>

Tabela 31. Pessoas venezuelanas abrigadas em Roraima cadastradas no CadÚnico que receberam parcela do Bolsa Família por sexo - Brasil, 2023

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. Relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Sim	321	41,1%	168	37,7%	489	39,9%
Não	459	58,9%	278	62,3%	737	60,1%
Total	780	100%	446	100%	1.226	100%

Fonte: CEDEPLAR/IPEAD, ONU Mulheres, ACNUR e UNFPA, 2023

Em relação à bancarização da população venezuelana no Brasil, aproximadamente 90% das pessoas interiorizadas têm conta bancária, sendo a proporção maior entre os homens (93,3%) do que entre as mulheres (84,4%) (Tabela 32). Comparando com a pesquisa anterior realizada em 2021, 73,2% das pessoas

venezuelanas interiorizadas tinham conta bancária, proporção inferior ao apurado em 2023. Essa ampliação na inserção bancária foi mais favorável às mulheres, que cresceu 19 pontos percentuais entre 2021 e 2023, do que para os homens, que aumentou aproximadamente 13 pontos percentuais.

Tabela 32. Pessoas venezuelanas interiorizadas que possuem conta bancária por sexo - Brasil, 2023

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Sim	16.914	84,4%	21.407	93,3%	38.321	89,2%
Não	3.128	15,6%	1.525	6,6%	4.653	10,8%
Total	20.042	100%	22.932	100%	42.974	100%

Fonte: CEDEPLAR/IPEAD, ONU Mulheres, ACNUR e UNFPA, 2023

Entre as pessoas abrigadas, apenas 25,7% afirmaram ter conta bancária, sendo mais comum que homens tenham acesso a serviços bancários (32,1%) do que mulheres (19,8%) (Tabela 33). Esses dados são superiores aos da pesquisa anterior, quando apenas 15,3% relataram ter conta bancária, sendo 18,9% dos homens e 12,1%

das mulheres. Apesar da melhora, a ausência de conta bancária, especialmente em um contexto onde muitas transações estão migrando para as modalidades digitais, como o PIX, pode indicar exclusão ou dificuldades para participar de transações econômicas, afetando principalmente as mulheres abrigadas.

Tabela 33. Pessoas venezuelanas abrigadas em Roraima que possuem conta bancária por sexo - Brasil, 2023

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Sim	234	19,8%	350	32,1%	584	25,7%
Não	945	80,1%	741	67,9%	1.686	74,3%
Total	1.179	100%	1.091	100%	2.270	100%

Fonte: CEDEPLAR/IPEAD, ONU Mulheres, ACNUR e UNFPA, 2023

ASPECTOS DA INSERÇÃO LABORAL E DE RENDA DA POPULAÇÃO VENEZUELANA INTERIORIZADA

A pesar da população venezuelana interiorizada ser relativamente homogênea em termos de documentação legal no Brasil, há importantes variações de gênero quanto às experiências de inserção no mercado de trabalho. Em termos gerais (Tabela 34), 82,1% da população interiorizada participa da força de trabalho, embora a taxa de atividade laboral feminina seja consideravelmente mais baixa (70,6%) do que a masculina (92,1%). Esta taxa de participação é ligeiramente inferior à observada nas ondas anteriores (84,6%), com 72,2% para as mulheres e 96,2% para os homens. Apesar disso, as taxas de participação da população com 18 anos ou mais residentes no Brasil, exceto no estado de Roraima, são consideravelmente inferiores às experimentadas pela população venezuelana, tanto para o total (65,2%), quanto por gênero (76,2% e 55,0% para homens e mulheres, respectivamente) (Tabela 38). Essas diferenças por gênero são semelhantes às observadas na onda anterior da pesquisa.

A análise por raça/cor aponta para uma taxa de atividade similar entre a população mestiça e preta, em torno de 85% (Tabela 35). Embora tenham taxas de atividade similares, a população preta apresenta uma taxa de desocupação superior à da população mestiça (14,1% vs. 11,4%). Se comparado com a onda anterior, as taxas de desocupação são superiores para todos os grupos raciais, particularmente para a população preta, que atingiu uma taxa aproximadamente quatro vezes maior à observada na pesquisa anterior. Enquanto para a população

com 18 anos ou mais residente no Brasil (exceto Roraima) houve uma queda na taxa de desocupação de quase 5 pontos percentuais entre 2021 e 2023 (Tabela 39), para a população interiorizada, houve um pequeno aumento de quase dois pontos percentuais (de 11,0% para 12,8%). Deve-se tomar cuidado com a interpretação dos indicadores por cor/raça na pesquisa. Em primeiro lugar, temos uma amostra que não é representativa para as categorias de raça/cor, já que não era possível fazer pós-estratificação por esse atributo tal como foi feito para sexo e idade. Em segundo lugar, tanto as categorias como as definições adotadas nesta pesquisa não são exatamente as mesmas utilizadas pelo IBGE para a população residente no Brasil, dificultando, portanto, a comparabilidade dos dados¹⁶.

O padrão de diferenças por gênero reflete-se também em termos de desemprego para a população interiorizada: enquanto na população total de pessoas venezuelanas interiorizadas a taxa é de 12,8%, ela chega a 18,3% entre as mulheres e a 9,2% entre os homens¹⁷ (Tabela 34). Esta disparidade se manteve relativamente estável com relação à onda anterior da pesquisa (17,8% entre as mulheres e 6,4% entre os homens). Apesar da população com 18 anos ou mais de idade residente no Brasil, exceto no estado de Roraima, apresentar uma taxa de participação no mercado de trabalho inferior à população interiorizada (65,2%), a sua taxa de desocupação é também mais baixa (7,3%) (Tabela 38).

¹⁶ Os indicadores do mercado de trabalho da população residente no Brasil (exceto Roraima) com 18 anos ou mais por raça (PNADc 3º trimestre, 2023) são apresentados para fins ilustrativos (Tabela 39).

¹⁷ Em função da aceleração do processo de interiorização no período pós-pandemia, é provável que haja uma maior participação de pessoas interiorizadas recém-chegadas nesta onda da pesquisa, o que exigiria um tamanho de amostra maior para o cálculo confiável das taxas de desalento da força de trabalho interiorizada (Tabela 42).

Entre a população interiorizada, a taxa de subutilização da força de trabalho¹⁸ feminina (28%) é 2,2 vezes a taxa de subutilização masculina (12,7%) (Tabela 34). A queda acentuada da taxa de subutilização feminina (de 41,3% contra 11,8% dos homens em 2021) pode ser explicada predominantemente pelo aumento na proporção de mulheres trabalhando horas suficientes. Outros efeitos de composição que poderiam explicar esta queda (taxa de atividade, taxa de desocupação, idade média e força de trabalho potencial) permaneceram praticamente inalteradas entre 2021 e 2023. Este padrão de diferenças por gênero também é observado, ainda que em menor grau, entre a população com 18 anos ou mais residente no Brasil, exceto no estado de Roraima, que registra um nível de subutilização feminina de 1,6 vezes a taxa de subutilização masculina (Tabela 38).

O grau de precariedade da inserção laboral da população venezuelana feminina interiorizada empregada com 18 anos ou mais, medido pela ausência de posse de carteira de trabalho assinada (Tabela 34), é aproximadamente duas vezes (19,6%) o da população masculina na mesma situação (9,1%). Estes padrões também são similares aos observados em 2021. Contudo, a proporção de trabalhadores empregados sem carteira assinada é superior entre a população com 18 anos ou mais residente no Brasil, exceto no estado de Roraima (33,4%), em comparação com a população venezuelana (Tabela 38).

A maioria da população venezuelana interiorizada ocupada encontra-se empregada no setor privado (76,4%) e tem um grau de informalidade

laboral¹⁹ de 24,7%, porém com diferenças relevantes entre os sexos: a informalidade laboral das mulheres (28,8%) é de 6,5 pontos percentuais superior à dos homens (22,3%) (Tabela 34). No entanto, na população com 18 anos ou mais residente no Brasil (exceto no estado de Roraima), o grau de informalidade é quase duas vezes o da população venezuelana interiorizada ocupada (47,4%), porém a diferença por gênero é bem menos acentuada (46,7% entre as mulheres e 47,9% entre os homens) (Tabela 38). Estes padrões são similares aos observados na onda anterior da pesquisa realizada em 2021. Estes resultados podem estar sendo impactados pela seletividade gerada pelo programa de interiorização, a saber, a maior formalização gerada pela adesão voluntária dos municípios ao programa, a existência da modalidade de interiorização por Vaga de Emprego Sinalizada (VES) e a predominância da interiorização para estados com baixas taxas relativas de informalidade laboral. Esta melhora nos indicadores para a população interiorizada também pode ser atribuída à melhora generalizada nos indicadores econômicos no país no período pós-pandemia, com maior formalização do emprego e redução das taxas de desemprego (DIEESE, 2023; IPEA, 2023).

Quando olhamos para a experiência laboral sob a ótica do rendimento²⁰, o rendimento médio mensal individual e domiciliar *per capita* da população com 18 anos ou mais residente no Brasil – exceto Roraima (R\$3.006,88 e R\$1.791,86) é aproximadamente duas vezes o valor do rendimento para a população venezuelana

18 A taxa de subutilização da força de trabalho utiliza a definição oficial do IBGE: no numerador inclui-se a soma das pessoas subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas, as pessoas desocupadas e a força de trabalho potencial; no denominador é utilizada a força de trabalho ampliada. Considera-se insuficiência de horas trabalhadas a situação na qual as pessoas que trabalhavam habitualmente menos de 40 horas semanais, aquelas pessoas que gostariam de trabalhar mais horas que as habituais ou aquelas pessoas que estavam disponíveis para trabalhar mais horas nos últimos 30 dias, contados a partir do primeiro dia da semana de referência. Considera-se como força de trabalho potencial o contingente de pessoas que realizou busca efetiva por trabalho, mas não se encontrava disponível para trabalhar na semana de referência ou as pessoas que não realizaram busca efetiva por trabalho, mas gostariam de ter um trabalho e estavam disponíveis para trabalhar na semana de referência (pessoas desalentadas). Por força de trabalho ampliada entende-se, a soma da força de trabalho e da força de trabalho potencial.

https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Novos_Indicadores_Sobre_a_Forca_de_Trabalho/pnadc_201201_201702_trimestre_novos_indicadores.pdf

19 Considera-se como informal, o trabalhador doméstico sem carteira assinada, o trabalhador privado sem carteira assinada, o trabalhador familiar não remunerado, empregador sem CNPJ/MEI ou conta própria sem CNPJ/MEI (Maciel e Oliveira, 2018).

20 Todas as variáveis de rendimento foram corrigidas pelos deflatores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para setembro de 2023.

interiorizada (R\$1.778,80 e R\$832,15, respectivamente) (Tabelas 34 e 38). Neste sentido, é importante frisar que a população venezuelana interiorizada é muito mais jovem que a população residente, com uma idade média de 32 anos, comparada com 44 anos entre a população residente no Brasil (exceto Roraima) com 18 anos ou mais. Portanto, estas diferenças podem ser explicadas, em parte, pelo diferencial de experiência laboral acumulada pela população residente ao longo dos anos.

Note-se, contudo, que o rendimento médio individual da população interiorizada é 35% superior ao salário-mínimo vigente no Brasil em 2023 (R\$1.320). Porém, as diferenças por sexo são mais pronunciadas para o rendimento médio mensal individual entre a população interiorizada (R\$1.953,20 para homens e R\$1.463,93 para mulheres), se comparada à população residente (R\$3.294,65 para homens e R\$2.619,72 para mulheres) (Tabelas 34 e 38). O oposto é observado para o rendimento mensal domiciliar *per capita*: para a população residente, os homens apresentam uma vantagem de 82,5% (R\$2.340,78 para homens e R\$1.282,85 para mulheres) se comparado a apenas 45,3% entre as pessoas interiorizadas (R\$964,97 para homens e R\$664,03 para mulheres) (Tabelas 34 e 38).

Em termos de pobreza, medido pela proporção de pessoas cuja renda domiciliar *per capita* encontrava-se abaixo da linha de pobreza no Brasil, correspondente a meio salário-mínimo mensal vigente em 2023 (R\$660)²¹, o nível estimado para pessoas venezuelanas interiorizadas foi de 52,3% em 2023, 64,4% para as mulheres e 42,8% para os homens. Estas taxas são superiores às observadas entre a população residente no Brasil (exceto Roraima) com 18 anos ou mais, cujo nível estimado foi de 43,1%, 39,9% para os homens e 46% para as mulheres²².

Assim, se comparado com a onda anterior da pesquisa realizada em 2021, houve uma melhora real tanto no rendimento médio

mensal individual, de 12%, como no rendimento domiciliar *per capita*, de aproximadamente 8%. Estes ganhos foram muito inferiores aos auferidos pela população residente no Brasil (exceto Roraima) com 18 anos ou mais, cujo rendimento médio mensal individual e domiciliar *per capita*, aumentou em 41,2% e 32,9%, respectivamente. Também se observou uma melhora no tempo médio sem trabalhar da população interiorizada entre as ondas da pesquisa, passando de 6,7 meses em 2021 para 4,7 meses em 2023; porém os diferenciais por gênero se mantiveram (em torno de 2 meses a mais para as mulheres) (Tabela 34).

As diferenças regionais no mercado de trabalho variam segundo o indicador analisado (Tabela 36). As regiões Sul e Sudeste têm indicadores similares, se comparado com as Demais Regiões (Norte, Nordeste e Centro-Oeste, exceto Roraima), com menor insuficiência de horas trabalhadas, menor participação de trabalhadores autônomos ou por conta própria, melhores indicadores de rendimento, menor grau de informalidade laboral e tempo médio sem trabalhar e maior posse de carteira assinada. Comparado com a região Sul, o Sudeste e as demais regiões são similares nos seguintes indicadores: maiores taxas de desocupação, maiores taxas de subutilização da força de trabalho, menor participação de pessoas empregadas no setor privado e maior proporção de trabalhadores domésticos. Se comparado com a região Sudeste, o Sul e as demais regiões apresentam as maiores taxas de atividade laboral. O único indicador que difere entre as três regiões é a proporção de empresas formais (com CNPJ), a qual é maior na região Sudeste, seguidas da região Sul e demais regiões. Em termos gerais, as pessoas venezuelanas posicionadas no mercado de trabalho nas regiões Sul e Sudeste desfrutam de condições laborais relativamente melhores às demais regiões. Por exemplo, a população venezuelana no Sul do país registrou a segunda

²¹ <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibge/censo/pobrezadescr.htm>

²² Devido à ausência de informação sobre rendimento de todas as fontes nas PNADs trimestrais, o dado de renda domiciliar usado no indicador de pobreza inclui apenas o rendimento de todos os trabalhos.

maior proporção de pessoas na força de trabalho (83,0%), a menor taxa de desocupação (11,2%) e o maior rendimento médio mensal domiciliar per capita (R\$861,46).

Estes padrões se mantiveram inalterados entre as ondas e são similares aos observados entre a população com 18 anos ou mais residentes no Brasil, exceto no estado de Roraima, o que reflete as históricas desigualdades sociais e econômicas entre as regiões Norte/Nordeste/Centro-Oeste e Sul/Sudeste. Por exemplo, a taxa de desocupação da população residente na região Sul é de apenas 4,2% da População Economicamente Ativa (PEA) contra 8,6% entre os trabalhadores nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Da mesma forma, a informalidade laboral é aproximadamente 15 pontos percentuais maior nas regiões mais pobres do país Norte/Nordeste/Centro-Oeste (55,5%), em comparação com a região Sul (40,3%) (Tabela 38).

Os resultados para o mercado de trabalho também apresentam **diferenças acentuadas de acordo com a modalidade de interiorização** (Tabela 37). Como esperado, as pessoas venezuelanas interiorizadas na modalidade Vaga de Emprego Sinalizada (VES) têm a maior taxa de atividade (89,4%). Esta taxa elevada pode refletir um efeito de composição, já que esse grupo é composto majoritariamente por homens no auge de sua idade laboral. Além disso, o tempo de permanência no emprego parece ser duradouro, já que a taxa de desocupação na modalidade VES é a mais baixa (10%). Isto pode ser parcialmente explicado pelo fato de que, no momento da entrevista, 42,5% das pessoas interiorizadas na modalidade VES ainda se encontravam trabalhando no mesmo local de quando foram interiorizadas (50,4% das mulheres e 39,2% dos homens). As pessoas interiorizadas nesta modalidade também têm o maior percentual de trabalhadores no setor privado (87,7%), o menor percentual de trabalhadores autônomos (11,1%) e de trabalhadores domésticos (0,4%). Além disso,

pessoas na modalidade VES contam com a maior proporção de pessoas com posse de carteira assinada (95%), a maior proporção de pessoas no mercado de trabalho formal (86,2%), a maior proporção de pessoas trabalhando horas suficientes (97,4%), e a menor taxa de subutilização da força laboral (12,4%), a despeito de ter o segundo menor percentual de negócios com CNPJ.

Por sua vez, a modalidade de interiorização institucional tem a menor taxa de atividade (76,2%), a maior taxa de desocupação (23,4%), a maior proporção de pessoas com insuficiência de horas trabalhadas (13,9%), e a maior taxa de subutilização da força de trabalho (30%). Por outro lado, nesta modalidade encontra-se a segunda maior proporção de pessoas com posse de carteira assinada (87,8%), a segunda maior proporção de empregados no setor privado (72,8%), e a maior proporção de empresas com CNPJ (51%), provavelmente formado por uma maioria de microempreendedores individuais. Apesar de que nesta modalidade encontra-se a maior proporção de pessoas fora da força de trabalho mas que gostariam e estão disponíveis para trabalhar (49%), ela apresenta uma alta taxa de formalização do emprego, com apenas 19,1% de pessoas trabalhando na informalidade. Estes resultados podem ser parcialmente explicados pelo fato de que apenas 32,4% das pessoas interiorizadas na modalidade institucional ainda se encontravam morando na mesma instituição de acolhida de quando foram interiorizadas²³.

As modalidades de reunificação familiar e reunião social apresentam indicadores intermediários, com taxa de atividade em torno de 80% e taxa de desocupação em torno de 14,8%. No entanto encontram-se diferenças em outros indicadores: para a modalidade de reunião social, 84,9% possuem carteira assinada, 71,4% das pessoas empregadas estão no setor privado, 6,5% são trabalhadores domésticos, 31,2% têm empresas com CNPJ e 27% encontram-se na informalidade laboral. Já para a modalidade de

23 A classificação entre as diferentes modalidades de interiorização refere-se ao momento da interiorização, enquanto as informações relativas à inserção no mercado de trabalho referem-se à data de referência dos indicadores do mercado de trabalho. Assim, de modo geral, não é possível estabelecer se a pessoa se encontra ainda na mesma modalidade de interiorização no momento da pesquisa (exceto no caso das pessoas interiorizadas por VES e modalidade institucional, nesta onda da pesquisa).

reunificação familiar, 76,1% das pessoas empregadas têm carteira assinada, 67,4% estão empregadas no setor privado, 10,8% são trabalhadores domésticos, 7,5% têm empresas com CNPJ e 38,8% trabalham no setor informal.

Em termos do rendimento do trabalho principal, as pessoas venezuelanas interiorizadas nas modalidades VES e reunião social possuem os melhores salários (R\$1.822) em contraste com as pessoas interiorizadas pelas modalidades institucional e reunificação familiar, com valores abaixo de R\$1.600. O rendimento domiciliar real *per capita* também apresenta grandes diferenças entre as modalidades de interiorização, sendo 1,7 vezes maior entre a população interiorizada na modalidade VES (R\$1.011,21) comparada às pessoas interiorizadas na modalidade institucional – que registrou o rendimento real *per capita* mais baixo (R\$612,13).

Em termos de pobreza, medido pela proporção de pessoas cuja renda domiciliar *per capita* encontrava-se abaixo da linha de pobreza no Brasil, correspondente a meio salário-mínimo mensal vigente em 2023 (R\$660,00)²⁴, o menor nível encontra-se entre as pessoas venezuelanas interiorizadas na modalidade VES (39,2%) e o maior nível de pobreza é registrado na modalidade institucional (65,2%). Assim, os melhores resultados em termos de inserção laboral encontram-se entre as pessoas interiorizadas na modalidade VES e os resultados menos satisfatórios são encontrados entre as pessoas interiorizadas na modalidade institucional (exceto para o tempo médio sem trabalhar, que é maior entre as pessoas interiorizadas pela reunião social e pela reunificação familiar, em torno de 5 meses).

Tabela 34. Características do mercado de trabalho da população venezuelana interiorizada por sexo (2023)

	por sexo					
	Frequência Absoluta			Frequência Relativa		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Condição em relação à força de trabalho						
Pessoas na força de trabalho (PEA)	21.112	14.154	35.266	92,1%	70,6%	82,1%
Pessoas fora da força de trabalho	1.820	5.888	7.708	7,9%	29,4%	17,9%
Condição de ocupação						
Ocupado	19.174	11.562	30.736	90,8%	81,7%	87,1%
Desocupado	1.938	2.592	4.530	9,2%	18,3%	12,8%
Suficiência de horas habitualmente trabalhadas						
Suficiente	18.369	10.088	28.457	95,8%	87,2%	92,6%
Insuficiente	805	1.474	2.279	4,2%	12,7%	7,4%
Status de desalento						
Desalentados	0	0	0	--	--	--
Proporção da força de trabalho desalentada (taxa)	--	--	--	0%	0%	0%
Proporção da força de trabalho potencial desalentada (proporção)	--	--	--	0%	0%	0%

24 <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibge/censo/pobrezadescr.htm>

	por sexo					
	Frequência Absoluta			Frequência Relativa		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Força de trabalho potencial						
Pessoas fora da força de trabalho e dentro da força de trabalho potencial	380	2.282	2.662	20,9%	38,8%	34,5%
Pessoas fora da força de trabalho e fora da força de trabalho potencial	1.440	3.606	5.046	79,1%	61,2%	65,5%
Subutilização da força de trabalho						
Força de trabalho subutilizada	3.123	6.348	9.471	--	--	--
Taxa de subutilização da força de trabalho	--	--	--	12,7%	27,9%	20,0%
Posse de Carteira Assinada						
Sim	13.430	8.047	2.1477	90,9%	80,4%	86,6%
Não	1.345	1.963	3.308	9,1%	19,6%	13,3%
Posição na ocupação						
Autônomo/Conta própria	4.181	1.552	5.733	22,0%	13,4%	18,7%
Empregado do setor privado	14.603	8.760	23.363	76,8%	75,8%	76,4%
Empregado do setor público	9	0	9	0%	0%	0%
Empregador	12	0	12	0%	0%	0%
Militar	171	1.250	1.421	0,9%	10,8%	4,6%
Trabalhador doméstico	37	0	37	0,2%	0%	0,1%
Trab. não remunerado em ajuda a conta própria ou ...	0	0	0	0%	0%	0%
Negócio/empresa com CNPJ						
Sim	1.256	191	1.447	29,9%	12,3%	25,2%
Não	2.937	1.361	4.298	70,0%	87,7%	74,8%
Grau de Informalidade Laboral						
Formais	8.238	8.238	23.130	77,7%	71,2%	75,2%
Informais	3.324	3.324	7.606	22,3%	28,7%	24,7%
Variável	Masculino	Feminino	Total			
Rendimento Médio Mensal Individual**	R\$ 1.953,20	R\$ 1.463,93	R\$ 1.778,80			
Rendimento Médio Mensal Domiciliar***	R\$ 2.933,76	R\$ 2.452,56	R\$ 2.721,38			
Rendimento Médio Mensal Domiciliar per capita	R\$ 964,97	R\$ 664,03	R\$ 832,15			
Tempo Médio sem Trabalhar (em meses)	3,34	5,63	4,68			

Fonte: CEDEPLAR/IPEAD, ONU Mulheres, ACNUR e UNFPA, 2023

*Valores referentes à terceira onda de coleta e corrigidos para o plano amostral complexo com pós-estratificação por sexo e grupo etário

**Apenas quem afirmou ter alguma renda respondeu às perguntas relativas à renda individual

***Houve 28 domicílios na amostra que não possuíam renda (valor zero)

Obs. Variáveis de rendimento corrigidas pelos deflatores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para setembro de 2023.

Tabela 35. Características do mercado de trabalho da população venezuelana interiorizada por raça (2023)

Variável*	por raça											
	Frequência Absoluta					Frequência Relativa						
	Branca	Preta	Parda	Indígena	Amarela	Total	Branca	Preta	Parda	Indígena	Amarela	Total
Condição em relação à força de trabalho												
Pessoas na força de trabalho (PEA)	8.826	1.860	23.653	483	444	35.266	75,4%	86,4%	84,7%	74,2%	80,6%	82,1%
Pessoas fora da força de trabalho	2.878	292	4.263	168	107	7.708	24,6%	13,6%	15,3%	25,8%	19,4%	17,9%
Condição de ocupação												
Ocupado	7.365	1.597	20.950	400	424	30.736	83,4%	85,9%	88,6%	82,8%	95,5%	87,1%
Desocupado	1.461	263	2.703	83	20	4.530	16,5%	14,1%	11,4%	17,2%	4,5%	12,8%
Suficiência de horas habitualmente trabalhadas												
Suficiente	7.094	1.368	19.569	149	277	28.457	14,9%	3,4%	10,0%	8,1%	12,0%	11,0%
Insuficiente	271	229	1.381	251	147	2.279	3,7%	14,3%	6,6%	--	34,7%	7,4%
Status de desalento												
Desalentados	0	0	0	0	0	0	--	--	--	--	--	--
Proporção da força de trabalho desalentada (taxa)	--	--	--	--	--	--	0%	0%	0%	--	0%	0%
Proporção da força de trabalho potencial desalentada (proporção)	--	--	--	--	--	--	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Força de trabalho potencial												
Pessoas fora da força de trabalho e dentro da força de trabalho potencial	1.039	227	1.317	79	0	2.662	36,1%	78,0%	30,9%	46,7%	0%	34,5%
Pessoas fora da força de trabalho e fora da força de trabalho potencial	1.838	64	2.947	90	107	5.046	63,9%	22,0%	69,1%	53,2%	100%	65,5%
Subutilização da força de trabalho												
Força de trabalho subutilizada	2.771	719	5.401	413	167	9.471	--	--	--	--	--	--
Taxa de subutilização da força de trabalho	--	--	--	--	--	--	21,9%	25,6%	17,8%	42,4%	27,3%	20,0%
Posse de Carteira Assinada												
Sim	5.560	931	14.658	149	179	21.477	90%	--	86,6%	--	--	86,6%
Não	618	249	2.271	155	16	3.309	10%	--	13,4%	--	--	13,3%
Posição na ocupação												
Autônomo/Conta própria	1.065	418	3.925	97	228	5.733	14,7%	26,2%	18,8%	--	53,8%	18,7%
Empregado do setor privado	5.899	1.156	15.964	149	196	23.364	81,4%	72,4%	76,3%	--	46,2%	76,4%
Empregado do setor público	0	0	9	0	0	9	0%	0%	0%	--	0%	0%
Empregador	0	0	12	0	0	12	0%	0%	0,1%	--	0%	0%
Militar	279	23	964	154	0	1.420	3,8%	1,4%	4,6%	--	0%	4,6%
Trabalhador doméstico	0	0	37	0	0	37	0%	0%	0,2%	--	0%	0,1%
Trab. não remunerado em ajuda a conta própria ou ...	0	0	0	0	0	0	0%	0%	0%	--	0%	0%
Negócio/empresa com CNPJ												
Sim	320	38	1.089	0	0	1.447	30,0%	9,1%	27,7%	--	0%	25,2%
Não	745	380	2.848	97	228	4.298	69,9%	90,9%	72,3%	--	100%	74,8%

Variável*	por raça											
	Frequência Absoluta						Frequência Relativa					
	Branca	Preta	Parda	Indígena	Amarela	Total	Branca	Preta	Parda	Indígena	Amarela	Total
Grau de Informalidade Laboral												
Formais	6.003	969	15.830	149	180	23.131	81,5%	60,7%	75,6%	--	42,4%	75,3%
Informais	1.362	628	5.120	251	244	7.605	18,5%	39,3%	24,4%	--	57,5%	24,7%
Variável	Branca		Preta		Parda		Indígena		Amarela		Total	
Rendimento Médio Mensal Individual*	R\$ 1.799,67		R\$ 1.857,27		R\$ 1.782,67		R\$ 1.503,17		R\$ 1.129,46		R\$ 1.778,80	
Rendimento Médio Mensal Domiciliar***	R\$ 2.555,08		R\$ 2.497,40		R\$ 2.811,03		R\$ 2.881,22		R\$ 2.453,80		R\$ 2.721,38	
Rendimento Médio Mensal Domiciliar per capita	R\$ 756,03		R\$ 651,82		R\$ 871,68		R\$ 850,53		R\$ 1.057,60		R\$ 832,15	
Tempo Médio sem Trabalhar (em meses)	4,07		11,13		4,22		1,63		1		4,68	

Fonte: CEDEPLAR/IPEAD, ONU Mulheres, ACNUR e UNFPA, 2023

*Valores referentes à terceira onda de coleta e corrigidos para o plano amostral complexo com pós-estratificação por sexo e grupo etário

**Apenas quem afirmou ter alguma renda respondeu às perguntas relativas à renda individual

***Houve 28 domicílios na amostra que não possuíam renda (valor zero)

Obs. Variáveis de rendimento corrigidas pelos deflatores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para setembro de 2023.

Tabela 36. Características do mercado de trabalho da população venezuelana interiorizada por região de destino (2023)

Variável*	por região de destino							
	Frequência Absoluta				Frequência Relativa			
	Sul	Sudeste	Dem. reg.	Total	Sul	Sudeste	Dem. reg.	Total
Condição em relação à força de trabalho								
Pessoas na força de trabalho (PEA)	22.583	5.190	7.493	35.266	83,0%	76,3%	83,7%	82,1%
Pessoas fora da força de trabalho	4.633	1.615	1.460	7.708	17,0%	23,7%	16,3%	17,9%
Condição de ocupação								
Ocupado	20.059	4.338	6.340	30.737	88,8%	83,6%	84,6%	87,2%
Desocupado	2.524	852	1.153	4.529	11,2%	16,4%	15,4%	12,8%
Suficiência de horas habitualmente trabalhadas								
Suficiente	18.789	4.025	5.645	28.459	93,7%	92,8%	89,0%	92,6%
Insuficiente	1.270	313	695	2.278	6,3%	7,2%	11,0%	7,4%
Status de desalento								
Desalentados	0	0	0	0	--	--	--	--
Proporção da força de trabalho desalentada (taxa)	--	--	--	--	0%	0%	0%	0%
Proporção da força de trabalho potencial desalentada (proporção)	--	--	--	--	0%	0%	0%	0%

Variável*	por região de destino							
	Frequência Absoluta				Frequência Relativa			
	Sul	Sudeste	Dem. reg.	Total	Sul	Sudeste	Dem. reg.	Total
Força de trabalho potencial								
Pessoas fora da força de trabalho e dentro da força de trabalho potencial	1466	670	526	2662	31,6%	41,5%	36,0%	34,5%
Pessoas fora da força de trabalho e fora da força de trabalho potencial	3.167	945	934	5.046	68,4%	58,5%	64,0%	65,5%
Subutilização da força de trabalho								
Força de trabalho subutilizada	5.260	1.835	2.374	9.469	--	--	--	--
Taxa de subutilização da força de trabalho	--	--	--	--	17,9%	23,8%	22,8%	20,0%
Posse de Carteira Assinada								
Sim	14.182	3.156	4.138	21.476	87,1%	90,1%	82,8%	86,6%
Não	2.106	345	858	3.309	12,9%	9,8%	17,2%	13,3%
Posição na ocupação								
Autônomo/Conta própria	3.611	787	1.335	5.733	18,1%	18,3%	21,1%	18,7%
Empregado do setor privado	15.625	3.179	4.561	23.365	78,4%	73,9%	71,9%	76,4%
Empregado do setor público	0	0	9	9	0%	0%	0,1%	0%
Empregador	0	12	0	12	0%	0,3%	0%	0%
Militar	663	323	435	1.421	3,3%	7,5%	6,9%	4,6%
Trabalhador doméstico	37	0	0	37	0,2%	0%	0%	0,1%
Trab. não remunerado em ajuda a conta própria ou ...	0	0	0	0	0%	0%	0%	0%
Negócio/empresa com CNPJ								
Sim	943	350	154	1.447	26,1%	43,9%	11,5%	25,2%
Não	2.668	448	1.181	4.297	73,9%	56,1%	88,5%	74,8%
Grau de Informalidade Laboral								
Formais	15.285	3.545	4.301	23.131				
Informais	4.774	793	2.039	7.606	23,8%	18,3%	32,2%	24,7%
Variável	Sul		Sudeste		Dem. reg.		Total	
Rendimento Médio Mensal Individual**	R\$ 1.826,27		R\$ 1.834,14		R\$ 1.591,88		R\$ 1.778,80	
Rendimento Médio Mensal Domiciliar***	R\$ 2.822,21		R\$ 2.612,38		R\$ 2.499,56		R\$ 2.721,38	
Rendimento Médio Mensal Domiciliar per capita	R\$ 861,46		R\$ 749,75		R\$ 810,05		R\$ 832,15	
Tempo Médio sem Trabalhar (em meses)	4,13		4,32		6,20		4,68	

Fonte: CEDEPLAR/IPEAD, ONU Mulheres, ACNUR e UNFPA, 2023

*Valores referentes à terceira onda de coleta e corrigidos para o plano amostral complexo com pós-estratificação por sexo e grupo etário

**Apenas quem afirmou ter alguma renda respondeu às perguntas relativas à renda individual

***Houve 28 domicílios na amostra que não possuíam renda (valor zero)

Obs. Variáveis de rendimento corrigidas pelos deflatores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para setembro de 2023.

Tabela 37. Análise descritiva de características do mercado de trabalho da população venezuelana interiorizada por modalidade (2023)

Variável*	Frequência Absoluta					Frequência Relativa				
	Institucional	Reunião Soc.	Reunif. Fam.	VES	Total	Institucional	Reunião Soc.	Reunif. Fam.	VES	Total
Condição em relação à força de trabalho										
Pessoas na força de trabalho (PEA)	2649	20.445	4.911	7.432	35.437	76,2%	81,7%	79,9%	89,4%	82,5%
Pessoas fora da força de trabalho	829	4.593	1.233	882	7.537	23,8%	18,3%	20,1%	10,6%	17,5%
Condição de ocupação										
Ocupado	2028	17.332	4.202	6.691	30.253	76,6%	84,8%	85,6%	90,1%	85,4%
Desocupado	621	3.113	709	741	5.184	23,4%	15,2%	14,4%	10%	14,6%
Suficiência de horas habitualmente trabalhadas										
Suficiente	1.747	15.480	3.891	6.518	27.636	86,1%	89,3%	92,0%	97,1%	91,4%
Insuficiente	281	1.852	311	173	2.617	13,9%	10,7%	7,4%	2,6%	8,7%
Status de desalento										
Desalentados	0	0	0	0	0	--	--	--	--	--
Proporção da força de trabalho desalentada (taxa)	--	--	--	--	--	0%	0%	0%	0%	0%
Proporção da força de trabalho potencial desalentada (proporção)	--	--	--	--	--	0%	0%	0%	0%	0%
Força de trabalho potencial										
Pessoas fora da força de trabalho e dentro da força de trabalho potencial	407	1.820	508	160	2.895	49,1%	39,6%	41,2%	18,1%	38,4%
Pessoas fora da força de trabalho e fora da força de trabalho potencial	422	2.773	725	722	4.642	50,9%	60,4%	58,8%	81,9%	61,6%
Subutilização da força de trabalho										
Força de trabalho subutilizada	1.309	6.785	1.528	1.074	10.696	--	--	--	--	--
Força de trabalho ampliada	3.056	22.265	5.419	7.592	38.332	--	--	--	--	--
Taxa de subutilização da força de trabalho	--	--	--	--	--	30%	23,4%	22%	12,4%	21,8%
Posse de Carteira Assinada										
Sim	1.386	11.455	2.503	5.579	20.923	87,8%	84,9%	76,1%	95%	86,4%
Não	193	2.032	785	297	3.307	12,2%	15,1%	23,9%	5,1%	13,7%
Posição na ocupação										
Autônomo/Conta própria	396	3.804	914	742	5.856	20,1%	22%	21,8%	--	19,4%
Empregado do setor privado	1.437	12.366	2.834	5.852	22.489	72,8%	71,4%	67,4%	--	74,5%
Empregado do setor público	0	0	0	25	25	0%	0%	0%	--	0,1%
Empregador	0	41	0	0	41	0%	0,2%	0%	--	0,1%
Trabalhador doméstico	142	1.121	454	24	1.741	7,2%	6,5%	10,8%	--	5,8%
Militar	0	0	0	30	30	0%	0%	0%	--	0,1%
Trab. não remunerado em ajuda a empregado que era membro ...	0	0	0	0	0	0%	0%	0%	--	0%
Negócio/empresa com CNPJ										
Sim	202	1.200	68	119	1.589	51%	31,2%	7,5%	--	27%
Não	194	2.645	845	624	4.308	49%	68,8%	92,6%	--	73,1%
Grau de Informalidade Laboral										
Formais	1.640	12.655	2.571	5.771	22.637	80,9%	73%	61,2%	--	74,8%
Informais	388	4.677	1.630	921	7.616	19,1%	27%	38,8%	--	25,2%

Variável*	Frequência Absoluta					Frequência Relativa				
	Institucional	Reunião Soc.	Reunif. Fam.	VES	Total	Institucional	Reunião Soc.	Reunif. Fam.	VES	Total
Variável - Valores Ajustados a Setembro de 2023	Institucional	Reunião Soc.	Reunif. Fam.	VES	Total	Institucional	Reunião Soc.	Reunif. Fam.	VES	Total
Rendimento Médio Mensal Individual**	R\$ 1.593,63	R\$ 1.822,31	R\$ 1.599,18	R\$ 1.822,72	R\$ 1.778,80					
Rendimento Médio Mensal Domiciliar***	R\$ 2.259,66	R\$ 2.703,86	R\$ 2.497,93	R\$ 2.916,48	R\$ 2.721,38					
Rendimento Médio Mensal Domiciliar per capita	R\$ 612,13	R\$ 856,06	R\$ 697,96	R\$ 1.011,21	R\$ 832,15					
Tempo Médio sem Trabalhar (em meses)	4,18	5,16	5,10	2,40	4,69					

Fonte: Cedeplar/IPEAD, ACNUR, UNFPA e ONU Mulheres, 2023

OBS: Para os resultados por modalidade, os pesos amostrais foram redefinidos para haver representatividade por esta variável (via pré-estratificação)

*Valores referentes à terceira onda de coleta e corrigidos para o plano amostral complexo com pós-estratificação por sexo e grupo etário.

**Apenas quem afirmou ter alguma renda respondeu às perguntas relativas à renda individual.

***Houve 28 domicílios na amostra que não possuíam renda (valor zero).

Tabela 38. Características do mercado de trabalho da população residente no Brasil (exceto Roraima) com 18 anos ou mais, por sexo e região (PNADc 3º trimestre 2023)

Variável	por sexo			por região de destino			
	Frequência Relativa			Frequência Relativa			
	Masculino	Feminino	Total	Sul	Sudeste	Dem. reg.	Total
Condição em relação à força de trabalho							
Pessoas na força de trabalho (PEA)	76,2%	55,0%	65,2%	68,2%	67,9%	61,7%	65,2%
Pessoas fora da força de trabalho	23,8%	45,0%	34,8%	31,7%	32,1%	38,3%	34,8%
Condição de ocupação							
Ocupado	94,0%	91,1%	92,7%	95,8%	92,9%	91,4%	92,7%
Desocupado	6,0%	8,9%	7,3%	4,2%	7,1%	8,6%	7,3%
Suficiência de horas habitualmente trabalhadas							
Suficiente	96,9%	96,7%	96,8%	98,1%	97,5%	95,7%	96,8%
Insuficiente	3,1%	3,3%	3,2%	1,9%	2,5%	4,2%	3,2%
Status de desalento							
Desalentados	1.386.541	1.757.626	3.144.167	120.806	552.017	2.471.344	3.144.167
Proporção da força de trabalho desalentada (taxa)	2,3%	3,8%	3,0%	0,7%	1,2%	5,6%	3,0%
Proporção da força de trabalho potencial desalentada (proporção)	65,7%	49,7%	55,7%	34,1%	38,1%	64,3%	55,7%
Força de trabalho potencial							
Pessoas fora da força de trabalho e dentro da força de trabalho potencial	11,4%	9,3%	10,0%	4,7%	6,7%	14,0%	10,0%
Pessoas fora da força de trabalho e fora da força de trabalho potencial	88,6%	90,7%	90,0%	95,3%	93,3%	86,0%	90,0%
Subutilização da força de trabalho							
Força de trabalho subutilizada	8.158.483	10.406.195	18.564.678	1.481.386	6.404.826	10.678.466	18.564.678
Taxa de subutilização da força de trabalho	13,2%	20,8%	16,6%	9,0%	13,6%	22,2%	16,6%
Posse de Carteira Assinada							
Sim	70,1%	62,5%	66,6%	77,4%	73,2%	54,7%	66,6%
Não	29,9%	37,5%	33,4%	22,6%	26,8%	45,3%	33,4%

Variável	por sexo			por região de destino			
	Frequência Relativa			Frequência Relativa			
	Masculino	Feminino	Total	Sul	Sudeste	Dem. reg.	Total
Posição na ocupação							
Autônomo/Conta própria	29,7%	20,4%	25,7%	24,7%	24,5%	27,3%	25,7%
Empregado do setor privado	54,4%	45,4%	50,5%	53,4%	54,4%	45,4%	50,5%
Empregado do setor público	3,0%	6,5%	4,5%	3,1%	3,3%	6,3%	4,5%
Empregador	5,2%	3,0%	4,3%	4,9%	4,3%	4,0%	4,3%
Militar	6,1%	10,1%	7,8%	7,2%	7,0%	8,9%	7,8%
Trabalhador doméstico	0,9%	12,4%	5,8%	5,0%	6,0%	6,0%	5,8%
Trab. não remunerado em ajuda a conta própria ou ...	0,8%	2,1%	1,3%	1,6%	0,6%	2,0%	1,3%
Negócio/empresa com CNPJ							
Sim	32,5%	34,5%	33,1%	45,3%	39,4%	22,8%	33,1%
Não	67,5%	65,5%	66,8%	54,7%	60,6%	77,2%	66,8%
Grau de Informalidade Laboral							
	47,9%	46,7%	47,4%	40,3%	42,2%	55,5%	47,4%
Variável	Masculino	Feminino	Total	Sul	Sudeste	Dem. reg.	Total
Rendimento Médio Mensal Individual	R\$ 3.294,65	R\$ 2.619,72	R\$ 3.006,88	R\$ 2.988,83	R\$ 3.039,06	R\$ 2.138,85	R\$ 3.006,88
Rendimento Médio Mensal Domiciliar*	R\$ 4.335,11	R\$ 3.197,25	R\$ 3.758,33	R\$ 4.372,18	R\$ 4.500,72	R\$ 2.848,27	R\$ 3.758,33
Rendimento Médio Mensal Domiciliar per capita*	R\$ 2.340,78	R\$ 1.282,85	R\$ 1.791,86	R\$ 1.137,60	R\$ 1.143,74	R\$ 720,96	R\$ 1.791,86

Fonte: Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua) - 3o Trimestre de 2023 (IBGE, 2024)

* Devido à ausência de informação sobre rendimento de todas as fontes nas PNADs trimestrais, este indicador inclui apenas o rendimento de todos os trabalhos.

Tabela 39. Características do mercado de trabalho da população residente no Brasil (exceto Roraima) com 18 anos ou mais por raça (PNADc 3º trimestre 2023)

Variável	por raça					
	Frequência Relativa					
	Branca	Preta	Parda	Indígena	Amarela	Total
Condição em relação à força de trabalho						
Pessoas na força de trabalho (PEA)	65,4%	68,0%	64,3%	61,6%	64,4%	65,2%
Pessoas fora da força de trabalho	34,6%	32,0%	35,7%	38,3%	35,6%	34,8%
Condição de ocupação						
Ocupado	94,3%	90,9%	91,6%	88,7%	93,4%	92,7%
Desocupado	5,6%	9,1%	8,4%	11,3%	6,6%	7,3%
Suficiência de horas habitualmente trabalhadas						
Suficiente	97,7%	96,1%	96,1%	93,3%	97,5%	96,8%
Insuficiente	2,3%	3,9%	3,9%	6,7%	2,5%	3,2%
Status de desalento						
Desalentados	773.831	389.767	1.931.319	26.363	22.887	3.144.167
Proporção da força de trabalho desalentada (taxa)	1,7%	3,2%	4,2%	6,3%	2,7%	3,0%
Proporção da força de trabalho potencial desalentada (proporção)	47,0%	57,1%	59,7%	65,4%	57,1%	55,7%

Variável	por raça					
	Frequência Relativa					
	Branca	Preta	Parda	Indígena	Amarela	Total
Força de trabalho potencial						
Pessoas fora da força de trabalho e dentro da força de trabalho potencial	6,8%	11,8%	12,6%	15,5%	8,7%	10,0%
Pessoas fora da força de trabalho e fora da força de trabalho potencial	93,2%	88,2%	87,4%	84,5%	91,3%	90,0%
Subutilização da força de trabalho						
Força de trabalho subutilizada	5.888.885	2.504.521	9.911.658	132.882	126.732	18.564.678
Taxa de subutilização da força de trabalho	12,3%	19,4%	20,0%	29,0%	14,5%	16,6%
Posse de Carteira Assinada						
Sim	72,0%	64,2%	62,2%	50,7%	69,2%	66,6%
Não	28,0%	35,8%	37,8%	49,3%	30,7%	33,4%
Posição na ocupação						
Autônomo/Conta própria	25,9%	23,7%	26,0%	30,7%	27,6%	25,7%
Empregado do setor privado	49,9%	53,7%	50,5%	41,4%	47,1%	50,5%
Empregado do setor público	4,2%	4,4%	4,9%	5,3%	4,5%	4,5%
Empregador	5,9%	2,1%	3,1%	2,7%	6,4%	4,3%
Militar	8,7%	7,3%	7,1%	6,6%	8,5%	7,8%
Trabalhador doméstico	4,3%	8,0%	6,9%	9,4%	4,3%	5,8%
Trab. não remunerado em ajuda a conta própria ou ...	1,2%	0,8%	1,6%	3,9%	1,6%	1,3%
Negócio/empresa com CNPJ						
Sim	43,2%	23,1%	24,1%	17,4%	47,9%	33,1%
Não	56,8%	76,9%	75,9%	82,6%	52,0%	66,8%
Grau de Informalidade Laboral						
	43,4%	48,1%	51,1%	62,3%	46,4%	47,4%
Variável	Branca	Preta	Parda	Indígena	Amarela	Total
Rendimento Médio Mensal Individual	R\$3.859,22	R\$2.251,40	R\$2.309,22	R\$2.228,80	R\$4.519,92	R\$3.006,88
Rendimento Médio Mensal Domiciliar*	R\$4.945,11	R\$2.749,44	R\$2.869,08	R\$2.591,74	R\$5.658,71	R\$3.758,33
Rendimento Médio Mensal Domiciliar per capita*	R\$2.043,88	R\$1.091,80	R\$1.099,08	R\$1.029,53	R\$2.772,26	R\$1.791,86

Fonte: Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua) - 3o Trimestre de 2023 (IBGE, 2024)

* Devido à ausência de informação sobre rendimento de todas as fontes nas PNADs trimestrais, este indicador inclui apenas o rendimento de todos os trabalhos.

EVOLUÇÃO DA INSERÇÃO LABORAL DA POPULAÇÃO VENEZUELANA INTERIORIZADA, 2021-2023

Uma inovação desta terceira onda da pesquisa é a possibilidade de analisar a evolução da inserção laboral da mesma parcela da população venezuelana interiorizada em dois momentos distintos: no período da pandemia (2021) e no período pós-pandemia (2023). A comparação abrange a população interiorizada no período entre 19 de março de 2020 e 31 de agosto de 2021, equivalente à toda a população-alvo da onda 2 e à população-alvo 1 no período 1 (P1) da onda 3.

Os dados revelam que, para esta parcela da população interiorizada, houve uma melhora expressiva na maioria dos indicadores de emprego, trabalho e renda (Tabela 40). A proporção de trabalhadores com horas suficientes trabalhadas aumentou de 90,1% para 94,2% e a taxa de subutilização da força de trabalho diminuiu 6,1 pontos percentuais. A posse de carteira assinada subiu de 85% para 88,4%, enquanto o grau de informalidade laboral reduziu-se em quase 9 pontos percentuais, passando de 32,4% em 2021 para 23,6% em 2023. Além disso, houve um ganho real, ou seja, descontado o efeito da inflação, de 18,1% no rendimento médio mensal individual e de 7,7% no rendimento médio mensal domiciliar *per capita*. Em termos gerais, o tempo médio sem trabalho da população venezuelana interiorizada, que era de 6,7 em 2021, reduziu-se em 2 meses. Estes ganhos acompanharam a melhora generalizada nos indicadores econômicos no país no período pós-pandemia, com queda da desocupação, informalidade e subutilização da força laboral (DIEESE, 2023; IPEA, 2023).

No entanto, observou-se uma piora em dois indicadores: a proporção de pessoas na força de trabalho (PEA), que apresentou uma queda de 2,5 pontos percentuais, e a taxa de desocupação que aumentou em 2,5 pontos percentuais. Além disso, observou-se também

uma leve redução nas disparidades de gênero em vários indicadores. Enquanto, em 2021, a taxa de atividade feminina representava 75% da masculina, em 2023, aumentou para 82,4%. Essa redução foi explicada por uma leve melhora na taxa de atividade feminina, concomitante a uma piora expressiva na taxa de atividade masculina. Contudo, entre 2021 e 2023, não houve mudança importante para a taxa de desocupação por gênero, com a taxa feminina representando aproximadamente 3 vezes a masculina em ambos os anos.

Com relação à precariedade da inserção laboral da população venezuelana interiorizada empregada com 18 anos ou mais, medida pela ausência de posse de carteira de trabalho assinada e pela informalidade laboral, houve uma inversão da tendência observada em 2021: enquanto a proporção da população masculina sem carteira era menor, representando 59% da feminina em 2021, a proporção da população masculina sem carteira passou a ser 83% superior à feminina em 2023. Também, enquanto em 2021 o grau de informalidade laboral das mulheres era 27% superior ao dos homens (29,4% para homens e 37,3% para mulheres), em 2023, o grau de informalidade laboral masculino foi 41% superior ao feminino (26,6% para homens e 18,9% para mulheres). Além disso, houve uma queda de 3 meses no tempo médio sem trabalhar entre as mulheres, enquanto este aumentou em 1 mês para os homens (Tabela 40).

Por outro lado, apesar da melhora no rendimento²⁵ para ambos os sexos, com as mulheres alcançando um ganho real de 13%, o ganho real dos homens foi ainda maior (20%). Dessa forma, houve um aumento nas disparidades de gênero nestes indicadores: em 2021, o rendimento médio mensal individual dos homens, descontado o efeito da inflação, era 37% superior ao das mulheres (R\$ 1.766,36 e R\$ 1.289,90,

25 Todas as variáveis de rendimento foram corrigidas pelos deflatores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para setembro de 2023.

respectivamente), enquanto em 2023 essa diferença aumentou para 46% (R\$2.125,80 e R\$1.459,93). Além disso, o rendimento domiciliar *per capita* dos homens, descontado o efeito da inflação, era 49% superior ao das mulheres em 2021 (R\$915,59 e R\$614,20, respectivamente), diferença que aumentou para 73% em 2023 (R\$1.034,63 e R\$598,22, respectivamente).

Em síntese, em termos de gênero, os resultados são mistos. Os seguintes indicadores apresentaram uma melhora para ambos os sexos, porém com aumento ou manutenção das desigualdades de gênero, entre 2021 e 2023: (i) rendimento médio mensal individual, com as mulheres obtendo um ganho real de 13% contra 20% dos homens e; (ii) grau de informalidade laboral - com inversão da tendência favorável às mulheres, cuja informalidade passou de ser 27% superior ao dos homens para 41% inferior em 2023.

Os seguintes indicadores apresentaram uma melhora para ambos os sexos e com redução das desigualdades de gênero: (i) Trabalhadores com horas suficientes trabalhadas; (ii) taxa de subutilização da força de trabalho, com queda absoluta e relativa maior para as mulheres e; (iii) negócio/empresa com CNPJ, com inversão da tendência favorável aos homens: enquanto em 2021 as mulheres tinham 55% a mais de negócios formais do que os homens, em 2023, os homens passaram a ter 38% a mais de negócios formais que as mulheres.

No entanto, a taxa de desocupação foi o único indicador que apresentou piora para ambos os sexos, com manutenção das desigualdades de gênero: a taxa feminina representou aproximadamente 3 vezes a masculina em ambos os anos. Ainda, o rendimento médio mensal domiciliar *per capita* registrou piora apenas para as mulheres em termos reais, descontado o efeito da inflação.

Também houve indicadores que apresentaram melhoras apenas para as mulheres, tais como (i) a taxa de atividade, que passou

de 72,2% em 2021 para 73,8% em 2023. Dada a queda da taxa de atividade dos homens, de 96,2% em 2021 para 89,5% em 2023, houve uma redução da disparidade de gênero (ii) a posse de carteira assinada, com inversão da tendência favorável às mulheres, já que enquanto a proporção da população masculina sem carteira era menor, representando 59% da feminina em 2021, a proporção da população masculina sem carteira passou a ser 83% superior à feminina em 2023 e; (iii) o tempo médio sem trabalhar, que registrou uma inversão da tendência favorável às mulheres, já que houve uma queda de 3 meses no tempo médio sem trabalhar entre as mulheres, enquanto este aumentou em 1 mês para os homens.

Estes resultados sugerem que o maior tempo de exposição ou permanência da população interiorizada no mercado de trabalho brasileiro tem um impacto positivo nas suas dinâmicas de inserção laboral, principalmente para as mulheres. Além disso, em 2023, apenas 36,6% das pessoas que foram interiorizadas pela modalidade de Vaga de Emprego Sinalizada (VES) e 43,4% das que foram interiorizadas pela modalidade institucional continuavam, respectivamente, trabalhando ou residindo no mesmo local de quando se interiorizaram em 2020/2021. Isto pode indicar um movimento da população interiorizada em busca de melhores condições de trabalho e de rendimento à medida que vão ganhando familiaridade e experiência no mercado de trabalho brasileiro. Esta melhora nos indicadores acompanhou a melhora generalizada nos indicadores econômicos no país no período pós-pandemia (DIEESE, 2023; IPEA, 2023). Por exemplo, entre o terceiro trimestre de 2021 e o terceiro trimestre de 2023, a taxa de desocupação passou de 12,6% para 7,7%; a taxa de informalidade laboral no país diminuiu de 40,6% para 39,10%, sendo menor para as mulheres (37,40%); e a taxa de subutilização da força laboral diminuiu de 26,5% para 17,6%, sendo também menor para as mulheres (21,8%) (IPEA DATA, 2024).

Tabela 40. Características do mercado de trabalho da população venezuelana interiorizada no P 1 (março 2020 - agosto 2023) por sexo (2023)

Variável*	por sexo					
	Frequência Absoluta			Frequência Relativa		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Condição em relação à força de trabalho						
Pessoas na força de trabalho (PEA)	6.588	4.910	11.498	89,5%	73,8%	82,0%
Pessoas fora da força de trabalho	771	1.744	2.515	10,5%	26,2%	17,9%
Condição de ocupação						
Ocupado	6.127	3.821	9.948	93,0%	77,8%	86,5%
Desocupado	461	1.089	1.550	7%	22,2%	13,5%
Suficiência de horas habitualmente trabalhadas						
Suficiente	5.988	3.385	9.373	97,7%	88,6%	94,2%
Insuficiente	139	436	575	2,3%	11,4%	5,8%
Status de desalento						
Desalentados	0	0	0	--	--	--
Proporção da força de trabalho desalentada (taxa)	--	--	--	0%	0%	0%
Proporção da força de trabalho potencial desalentada (proporção)	--	--	--	0%	0%	0%
Força de trabalho potencial						
Pessoas fora da força de trabalho e dentro da força de trabalho potencial	95	607	702	12,3%	34,8%	27,9%
Pessoas fora da força de trabalho e fora da força de trabalho potencial	676	1.137	1.813	87,7%	65,2%	72,1%
Subutilização da força de trabalho						
Força de trabalho subutilizada	695	2.132	2.827	--	--	--
Taxa de subutilização da força de trabalho	--	--	--	9,4%	27,9%	18,8%
Posse de Carteira Assinada						
Sim	3.978	2.952	6.930	85,7%	92,2%	88,4%
Não	661	250	911	14,2%	7,8%	11,6%
Posição na ocupação						
Autônomo/Conta própria	1.451	619	2.070	23,8%	16,2%	20,9%
Empregado do setor privado	4.578	2.953	7.531	75,2%	77,3%	76,0%
Empregado do setor público	0	0	0	0%	0%	0%
Empregador	0	0	0	0%	0%	0%
Militar	61	249	310	1,0%	6,5%	3,1%
Trabalhador doméstico	0	0	0	0%	0%	0%
Trab. não remunerado em ajuda a conta própria ou ...	0	0	0	0%	0%	0%
Negócio/empresa com CNPJ						
Sim	480	148	628	33,1%	23,9%	30,3%
Não	971	471	1442	66,9%	76,1%	69,7%

Variável*	por sexo					
	Frequência Absoluta			Frequência Relativa		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Grau de Informalidade Laboral						
Formais	4.495	3.100	7.595			
Informais	1.632	721	2.353	26,6%	18,9	23,6%
Variável	Masculino		Feminino		Total	
Rendimento Médio Mensal Individual**	R\$ 2.125,80		R\$ 1.459,93		R\$ 1.877,17	
Rendimento Médio Mensal Domiciliar***	R\$ 3.162,51		R\$ 2.277,45		R\$ 2.749,69	
Rendimento Médio Mensal Domiciliar <i>per capita</i>	R\$ 1.034,63		R\$ 598,22		R\$ 831,08	
Tempo Médio sem Trabalhar (em meses)	6,44		4,1777		4,8429	

Fonte: CEDEPLAR/IPEAD, ONU Mulheres, ACNUR e UNFPA, 2023

*Valores referentes à terceira onda de coleta e corrigidos para o plano amostral complexo com pós-estratificação por sexo e grupo etário

**Apenas quem afirmou ter alguma renda respondeu às perguntas relativas à renda individual

***Houve 25 domicílios na amostra que não possuíam renda (valor zero)

Obs. Variáveis de rendimento corrigidas pelos deflatores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para setembro de 2023.

ASPECTOS DA INSERÇÃO LABORAL E DE RENDA DA POPULAÇÃO VENEZUELANA ABRIGADA

Em termos gerais, a população abrigada, e principalmente as mulheres, apresentaram piores resultados se comparados com a onda anterior da pesquisa, e com a população com 18 anos ou mais residente em Roraima. Na população abrigada, apenas 47,1% estão na força de trabalho, embora a taxa de participação no mercado de trabalho feminina seja consideravelmente mais baixa (34,4%) do que a masculina (60,9%) (Tabela 41). Neste indicador, observa-se uma piora com relação aos resultados da onda anterior da pesquisa, quando mais da metade da população abrigada (55,3%, sendo 33,5% das mulheres e 78,1% dos homens) estavam na força de trabalho. O padrão de diferenças por gênero reflete-se também em termos de desemprego: a taxa de desemprego da população venezuelana abrigada em Roraima é de 58,9%, chegando a 69,7% entre as mulheres e 52,3% entre os homens. Estes resultados também são piores se comparados com a onda anterior, quando a taxa de desemprego da população venezuelana abrigada em Roraima era de 30,7% (quase 45% entre as mulheres e 24% entre os homens). Esses resultados são piores se comparados com os da população com 18 anos ou mais residentes em Roraima, que tem taxas de participação significativamente superiores, tanto para o total (65,9%) quanto entre as mulheres (53,5%) e cuja taxa de desocupação (7,4%) é apenas 13% da taxa observada entre pessoas abrigadas (Tabela 43).

As mulheres abrigadas também estão sobrerrepresentadas na população desalentada (16,7%), embora a taxa de desalentados seja em torno de 11% da força de trabalho de pessoas venezuelanas abrigadas. A proporção de mulheres venezuelanas desalentadas é 65% superior à observada na onda anterior da pesquisa (10,2%). Esta taxa de desalento entre a população abrigada é significativamente maior do que a observada para a população com 18 anos ou mais residente em Roraima no terceiro trimestre de 2023, que atingiu apenas 2,2% da

força de trabalho (2,6% entre os homens e 1,9% entre as mulheres) (Tabela 43).

Com relação à subutilização da força de trabalho, a taxa entre a população abrigada é alta, tanto para mulheres (46,2%) quanto para homens (39,3%). Se comparada com a pesquisa anterior, nesta variável, observa-se uma relativa melhora para o conjunto da população venezuelana abrigada (passando de 57,8% para 42,9%), porém houve melhora expressiva para as mulheres, cuja taxa de subutilização era de 78,5% em 2021 e uma leve piora para os homens, cuja taxa era de 37,7%. Isto pode ser explicado pela redução do número de pessoas fora da força de trabalho, mas com potencial para trabalhar. Este padrão difere do observado entre a população com 18 anos ou mais residente em Roraima, cuja taxa de subutilização é mais baixa tanto para homens como para mulheres (15,2%), porém com diferenças maiores entre estes, sendo 10 pontos percentuais superior entre as mulheres (Tabela 43).

O grau de precariedade da inserção laboral da população venezuelana abrigada em Roraima, empregada com 18 anos ou mais, medido pela ausência de carteira de trabalho assinada, é de 61,2%, com sobrerrepresentação das mulheres, cuja taxa é de 100%. Neste indicador, observa-se uma estabilidade para a população feminina, porém uma melhora significativa para a população masculina (cuja taxa caiu de 100% para 53,7%). Em contraste, aproximadamente 50% da população com 18 anos ou mais empregada residente em Roraima não tem carteira assinada (Tabela 43).

Entre a população venezuelana abrigada em Roraima e ocupada, a maioria trabalha como autônoma ou por conta própria (67,8%) e seu grau de informalidade laboral chega a 73,9%. Entre as pessoas que estão na força de trabalho, este indicador apresentou uma melhora expressiva com relação à última onda da pesquisa, quando o grau de informalidade atingiu 89,9%. Porém, as diferenças entre os

sexos se aprofundaram se comparado com a última onda da pesquisa, ainda que de forma favorável às mulheres: o grau de informalidade laboral dos homens (80,1%) é mais de 20 pontos percentuais superior ao das mulheres (57,7%) (esta diferença era de 10 pontos percentuais em 2021, 92,4% contra 82,3% das mulheres). Em contraste, na população com 18 anos ou mais residente em Roraima, o grau de informalidade (54,7%) é 26% inferior ao da população venezuelana abrigada, porém a diferença por gênero é significativamente menor (6,7 pontos percentuais) (Tabela 43). Assim, em comparação com a população residente em Roraima, os indicadores do mercado de trabalho ainda apontam para uma inserção laboral precária da população abrigada, principalmente para as mulheres.

Também se encontraram diferenças importantes por gênero no trabalho não remunerado em ajuda a conta própria, empregador ou empregado - ou seja, nas atividades de apoio: 38,7% para as mulheres e 12,6% para os homens. Se comparado com a onda anterior da pesquisa, este indicador apresentou uma piora significativa, especialmente para as mulheres, aumentando a disparidade entre os sexos.

A população abrigada em Roraima também se encontra em enorme desvantagem em termos do seu rendimento mensal individual e domiciliar *per capita*²⁶. O nível salarial individual da população residente em Roraima (R\$2.870,53) é 3,2 vezes o rendimento da população abrigada (R\$892,44), que equivale a 67% do salário-mínimo vigente no Brasil em 2023 (Tabelas 41 e 43). Essa diferença é ainda mais acentuada quando olhamos para o rendimento domiciliar *per capita*, o qual é 16 vezes o da população abrigada (que é de apenas R\$109,01). Apesar de baixos, se comparado com a onda anterior da pesquisa realizada em 2021, houve uma melhora real tanto no rendimento médio mensal individual, como no rendimento domiciliar *per capita*, com aumento de

aproximadamente 20%. Também se observou uma melhora relativa no tempo médio sem trabalhar da população abrigada desde a chegada ao Brasil, passando de 4,8 meses em 2021 para 4,3 meses em 2023. A melhora deste indicador poderia ter sido ainda maior, considerando o fim das restrições impostas pela pandemia e a melhora geral nos indicadores econômicos no país em 2023.

Em termos de pobreza, medido pela proporção de pessoas cuja renda domiciliar *per capita* encontrava-se abaixo da linha de pobreza no Brasil, correspondente a meio salário-mínimo mensal vigente em 2023 (R\$660,00), o nível estimado para pessoas abrigadas em Roraima foi de 98,9% em 2023, 99,8% para as mulheres e 97,9% para os homens. Estas taxas são muito superiores às observadas entre a população residente em Roraima com 18 anos ou mais, cujo nível estimado foi de 48,2%, 44,6% para os homens e 51,8% para as mulheres²⁷. Estes dados devem ser interpretados com cautela, pois este indicador apenas considera o nível de renda e não leva em consideração o fato de que os abrigos garantem acesso a alguns bens básicos tais como teto, alimentação, água potável, etc.

Esta última onda da pesquisa realça a persistência da dificuldade de acesso a empregos de qualidade pela população abrigada. Presume-se que a espera pela interiorização é um fator que pode prejudicar a busca por emprego, especialmente com registro em carteira, já que há uma predisposição para o processo de interiorização. Associado a isso, a intensificação da estratégia de interiorização no pós-pandemia provavelmente fragilizou a busca e o vínculo das pessoas venezuelanas em Roraima ao mercado de trabalho local. Apesar dessas dificuldades, é importante ressaltar que isso não significa necessariamente uma piora na qualidade de vida dessas pessoas, uma vez que necessidades básicas como moradia e alimentação são ofertadas pela política de abrigamento, garantindo

26 Todas as variáveis de rendimento foram corrigidas pelos deflatores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para setembro de 2023.

27 Devido à ausência de informação sobre rendimento de todas as fontes nas PNADs trimestrais, o dado de renda domiciliar usado no indicador de pobreza inclui apenas o rendimento de todos os trabalhos.

cuidados para pessoas em situação de vulnerabilidade. No entanto, os dados evidenciam a necessidade de utilizar melhor esse período de abrigamento para capacitar essas pessoas em relação ao mercado de trabalho. Isso pode ser feito por meio de cursos de formação ou apoio na obtenção de documentação para processos de revalidação das qualificações desta população, os quais, devido à ampla adoção da plataforma Carolina Bori, deveriam ser iniciados o mais brevemente possível.

Em relação aos diferenciais por raça/cor, observam-se padrões similares em todas as variáveis, com indicadores um pouco melhores para pessoas brancas se comparadas a pessoas pretas, mestiças e indígenas em quase todas as variáveis analisadas (Tabela 42). Por exemplo, a taxa de desocupação entre a população venezuelana branca abrigada em Roraima é de 49,7%, enquanto a taxa chega a 77,3% para a população venezuelana preta abrigada. Também, o grau

de informalidade da população venezuelana branca abrigada em Roraima é de 74,5%, enquanto a taxa atinge 100% para a população venezuelana preta abrigada (Tabela 42). Este padrão é similar ao observado na onda anterior. Porém, deve-se tomar cuidado com a interpretação dos indicadores por cor/raça na pesquisa. Em primeiro lugar, temos uma amostra que não é representativa para as categorias de raça/cor, já que não era possível fazer pós-estratificação por esse atributo tal como foi feito para sexo e idade. Em segundo lugar, tanto as categorias como as definições adotadas nesta pesquisa não são exatamente as mesmas utilizadas pelo IBGE para a população residente no Brasil, dificultando, portanto, a comparabilidade dos dados²⁸. Aqui, vale ressaltar que os dados apresentados neste relatório são derivados de uma amostra já calibrada com seus respectivos pesos amostrais, sendo, portanto, representativo para a população venezuelana abrigada em Roraima.

Tabela 41. Características do mercado de trabalho da população venezuelana abrigada por sexo

Variável*	por sexo					
	Frequência Absoluta			Frequência Relativa		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Condição em relação à força de trabalho						
Pessoas na força de trabalho (PEA)	664	406	1.070	60,9%	34,4%	47,1%
Pessoas fora da força de trabalho	427	773	1.200	39,1%	65,6%	52,9%
Condição de ocupação						
Ocupado	317	123	440	47,7%	30,3%	41,1%
Desocupado	347	283	630	52,3%	69,7%	58,9%
Suficiência de horas habitualmente trabalhadas						
Suficiente	317	123	440	100%	100%	100%
Insuficiente	0	0	0	0%	0%	0%
Status de desalento						
Desalentados	54	68	122	--	--	--
Proporção da força de trabalho desalentada (taxa)	--	--	--	8,1%	16,7%	11,4%
Proporção da força de trabalho potencial desalentada (proporção)	--	--	--	23,2%	14,7%	17,6%

28 Os indicadores do mercado de trabalho da população residente em Roraima com 18 anos ou mais por raça (PNADc 3º trimestre, 2023) são apresentados para fins ilustrativos (Tabela 44).

Variável*	por sexo					
	Frequência Absoluta			Frequência Relativa		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Força de trabalho potencial						
Pessoas fora da força de trabalho e dentro da força de trabalho potencial	233	461	694	54,6%	59,6%	57,8%
Pessoas fora da força de trabalho e fora da força de trabalho potencial	194	312	506	45,4%	40,4%	42,2%
Subutilização da força de trabalho						
Força de trabalho subutilizada	580	744	1324	--	--	--
Taxa de subutilização da força de trabalho	--	--	--	39,3%	46,2%	42,9%--
Posse de Carteira Assinada						
Sim	19	0	19	0%	46,3%	38,8%
Não	22	8	30	100%	53,7%	61,2%
Posição na ocupação						
Autônomo/Conta própria	236	63	299	50,8%	74,4%	67,8%
Empregado do setor privado	33	0	33	0%	10,4%	7,5%
Empregado do setor público	0	0	0	0%	0%	0%
Empregador	0	0	0	0%	0%	0%
Militar	8	8	16	6,4%	2,5%	3,6%
Trabalhador doméstico	40	48	88	38,7%	12,6%	19,9%
Trab. não remunerado em ajuda a conta própria ou ...	0	5	5	4,0%	0%	1,1%
Negócio/empresa com CNPJ						
Sim	4	0	4	0%	1,7%	1,3%
Não	232	63	295	100%	98,3%	98,7%
Grau de Informalidade Laboral						
Formais	63	52	115	19,9%	42,3	26,1%
Informais	254	71	325	80,1%	57,7%	73,9%
Variável	Masculino		Feminino		Total	
Rendimento Médio Mensal Individual**	R\$ 955,64		R\$ 530,14		R\$ 892,44	
Rendimento Médio Mensal Domiciliar***	R\$ 403,93		R\$ 371,55		R\$ 386,73	
Rendimento Médio Mensal Domiciliar per capita	R\$ 127,41		R\$ 92,76		R\$ 109,01	
Tempo Médio sem Trabalhar (em meses)	3,87		4,77		4,30	

Fonte: CEDEPLAR/IPEAD, ONU Mulheres, ACNUR e UNFPA, 2023

* Valores referentes à terceira onda de coleta e corrigidos para o plano amostral complexo com pós-estratificação por sexo, grupo etário e abrigo

**Apenas quem afirmou ter alguma renda respondeu às perguntas relativas à renda individual

***Houve 152 domicílios na amostra que não possuíam renda (valor zero)

Obs. Variáveis de rendimento corrigidas pelos deflatores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para setembro de 2023.

Tabela 42. Características do mercado de trabalho da população venezuelana abrigada por raça

Variável*	por raça											
	Frequência Absoluta						Frequência Relativa					
	Branca	Preta	Parda	Indígena	Amarela	Total	Branca	Preta	Parda	Indígena	Amarela	Total
Condição em relação à força de trabalho												
Pessoas na força de trabalho (PEA)	320	97	577	11	65	1.070	52,8%	61,8%	43,3%	31,4%	46,4%	47,1%
Pessoas fora da força de trabalho	286	60	755	24	75	1.200	47,2%	38,2%	56,7%	68,6%	53,6%	52,9%
Condição de ocupação												
Ocupado	161	22	229	0	27	439	50,3%	22,7%	39,7%	0%	41,5%	41,0%
Desocupado	159	75	348	11	38	631	49,7%	77,3%	60,3%	100%	58,5%	59,0%
Suficiência de horas habitualmente trabalhadas												
Suficiente	161	22	229	0	27	439	100%	100%	100%	--	100%	100%
Insuficiente	0	0	0	0	0	0	0%	0%	0%	--	0%	0%
Status de desalento												
Desalentados	22	0	84	0	15	121	--	--	--	--	--	--
Proporção da força de trabalho desalentada (taxa)	--	--	--	--	--	--	6,9%	0%	14,6%	--	23,1%	11,3%
Proporção da força de trabalho potencial desalentada (proporção)	--	--	--	--	--	--	13,0%	0%	19,5%	0%	41,7%	17,4%
Força de trabalho potencial												
Pessoas fora da força de trabalho e dentro da força de trabalho potencial	169	34	431	24	36	694	59,1%	56,7%	57,1%	100%	48%	57,8%
Pessoas fora da força de trabalho e fora da força de trabalho potencial	117	26	324	0	39	506	40,9%	43,3%	42,9%	0%	52%	42,2%
Subutilização da força de trabalho												
Força de trabalho subutilizada	328	109	779	35	74	1325	328	109	779	35	74	1325
Taxa de subutilização da força de trabalho	--	--	--	--	--	--	40,1%	45,4%	43,6%	50,0%	42,3%	42,9%
Posse de Carteira Assinada												
Sim	13	0	6	0	0	19	50,0%	--	26,1%	--	--	38,8%
Não	13	0	17	0	0	30	50,0%	--	73,9%	--	--	61,2%
Posição na ocupação												
Autônomo/Conta própria	109	22	146	0	20	297	67,7%	100%	63,7%	--	74,1%	67,6%
Empregado do setor privado	13	0	20	0	0	33	8,1%	0%	8,7%	--	0%	7,5%
Empregado do setor público	0	0	0	0	0	0	0%	0%	0%	--	0%	0%
Empregador	0	0	0	0	0	0	0%	0%	0%	--	0%	0%
Militar	13	0	3	0	0	16	8,1%	0%	1,3%	--	0%	3,6%
Trabalhador doméstico	21	0	60	0	7	88	13,0%	0%	26,2%	--	25,9%	20,0%
Trab. não remunerado em ajuda a conta própria ou ...	5	0	0	0	0	5	3,1%	0%	0%	--	0%	1,1%
Negócio/empresa com CNPJ												
Sim	2	0	2	0	0	4	1,8%	0%	1,4%	--	0%	1,3%
Não	107	22	145	0	20	294	98,2%	100%	98,6%	--	100%	98,7%

Variável*	por raça											
	Frequência Absoluta						Frequência Relativa					
	Branca	Preta	Parda	Indígena	Amarela	Total	Branca	Preta	Parda	Indígena	Amarela	Total
Grau de Informalidade Laboral												
Formais	41	0	67	0	7	115	25,5%	0%	29,3%	--	25,9%	26,2%
Informais	120	22	162	0	20	324	74,5%	100%	70,7%	--	74,1%	73,8%
Variável	Branca	Preta	Parda	Indígena	Amarela	Total						
Rendimento Médio Mensal Individual**	R\$ 1.087,42	R\$ 420,52	R\$ 892,80	--	R\$ 254,72	R\$ 892,44						
Rendimento Médio Mensal Domiciliar***	R\$ 418,17	R\$ 229,73	R\$ 404,09	R\$ 578,49	R\$ 258,92	R\$ 386,73						
Rendimento Médio Mensal Domiciliar per capita	R\$ 143,29	R\$ 56,55	R\$ 100,25	R\$ 184,70	R\$ 98,81	R\$ 109,01						
Tempo Médio sem Trabalhar (em meses)	4,63	3,53	4,29	3,63	4,52	4,30						

Fonte: CEDEPLAR/IPEAD, ONU Mulheres, ACNUR e UNFPA, 2023

* Valores referentes à terceira onda de coleta e corrigidos para o plano amostral complexo com pós-estratificação por sexo, grupo etário e abrigo

**Apenas quem afirmou ter alguma renda respondeu às perguntas relativas à renda individual

***Houve 152 domicílios na amostra que não possuíam renda (valor zero)

OBS. Variáveis de rendimento corrigidas pelos deflatores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para setembro de 2023.

Tabela 43. Características do mercado de trabalho da população residente em Roraima com 18 anos ou mais por sexo (PNADc 3º trimestre, 2023)

Variável	Frequência Relativa		
	Masculino	Feminino	Total
Condição em relação à força de trabalho			
Pessoas na força de trabalho (PEA)	78,1%	53,5%	65,9%
Pessoas fora da força de trabalho	21,9%	46,5%	34,1%
Condição de ocupação			
Ocupado	94,3%	89,9%	92,6%
Desocupado	5,6%	10,1%	7,4%
Suficiência de horas habitualmente trabalhadas			
Suficiente	98,3%	98,0%	98,2%
Insuficiente	1,7%	1,9%	1,8%
Status de desalento			
Desalentados	2.830	3.044	5.874
Proporção da força de trabalho desalentada (taxa)	2,6%	1,9%	2,2%
Proporção da força de trabalho potencial desalentada (proporção)	35,7%	55,1%	43,6%
Força de trabalho potencial			
Pessoas fora da força de trabalho e dentro da força de trabalho potencial	12,2%	8,5%	9,7%
Pessoas fora da força de trabalho e fora da força de trabalho potencial	87,8%	91,5%	90,3%
Subutilização da força de trabalho			
Força de trabalho subutilizada	18.032	22.703	40.735
Taxa de subutilização da força de trabalho	11,2%	21,1%	15,2%

Variável	Frequência Relativa		
	Masculino	Feminino	Total
Posse de Carteira Assinada			
Sim	54%	45,6%	50,4%
Não	45,9%	54,4%	49,6%
Posição na ocupação			
Autônomo/Conta própria	33,5%	16,2%	26,8%
Empregado do setor privado	42,6%	35,3%	39,8%
Empregado do setor público	6,4%	14,2%	9,4%
Empregador	2,5%	2,6%	2,5%
Militar	12,6%	18,9%	15,1%
Trabalhador doméstico	2%	11,5%	5,7%
Trab. não remunerado em ajuda a conta própria ou ...	0,3%	1,3%	0,7%
Negócio/empresa com CNPJ			
Sim	13,4%	26,2%	16,6%
Não	86,6%	73,8%	83,4%
Grau de Informalidade Laboral			
	57,3%	50,6%	54,7%
Variável			
	Masculino	Feminino	Total
Rendimento Médio Mensal Individual	R\$ 2.841,55	R\$ 2.916,35	R\$ 2.870,53
Rendimento Médio Mensal Domiciliar*	R\$ 3.983,81	R\$ 3.936,16	R\$ 3.960,62
Rendimento Médio Mensal Domiciliar per capita*	R\$ 2.085,77	R\$ 1.383,75	R\$ 1.738,63

Fonte: Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua) - 3o Trimestre de 2023 (IBGE, 2024)

*Devido à ausência de informação sobre rendimento de todas as fontes nas PNADs trimestrais, este indicador inclui apenas o rendimento de todos os trabalhos.

Tabela 44. Características do mercado de trabalho da população residente em Roraima com 18 anos ou mais por raça (PNADc 3º trimestre, 2023)

Variável	Frequência Relativa					Total
	Branco	Pretos	Pardos	Indígenas	Outros (Am.)	
Condição em relação à força de trabalho						
Pessoas na força de trabalho (PEA)	66,6%	63,5%	66,5%	58,1%	82,4%	65,9%
Pessoas fora da força de trabalho	33,4%	36,5%	33,5%	41,9%	17,6%	34,1%
Condição de ocupação						
Ocupado	94,5%	90,3%	92,4%	91,3%	79,3%	92,6%
Desocupado	5,5%	9,7%	7,6%	8,7%	20,7%	7,4%
Suficiência de horas habitualmente trabalhadas						
Suficiente	98,1%	98,2%	98,4%	96,4%	100%	98,2%
Insuficiente	1,9%	1,8%	1,6%	3,6%	0%	1,8%
Status de desalento						
Desalentados	1.468	0	3.729	677	0	5.874
Proporção da força de trabalho desalentada (taxa)	2,5%	0%	2,1%	5,9%	0%	2,2%
Proporção da força de trabalho potencial desalentada (proporção)	47,5%	0%	42,5%	82,8%	0%	43,6%
Força de trabalho potencial						
Pessoas fora da força de trabalho e dentro da força de trabalho potencial	10,6%	5,6%	10,0%	9,9%	0%	9,7%

Variável	Frequência Relativa					Total
	Branços	Pretos	Pardos	Indígenas	Outros (Am.)	
Pessoas fora da força de trabalho e fora da força de trabalho potencial	89,4%	94,4%	90,0%	90,1%	100%	90,3%
Subutilização da força de trabalho						
Força de trabalho subutilizada	7.983	3.792	26.255	2.511	194	40.735
Taxa de subutilização da força de trabalho	13,7%	15,7%	15,1%	22,0%	20,7%	15,2%
Posse de Carteira Assinada						
Sim	52,4%	46,0%	51,6%	37,1%	0%	50,4%
Não	47,6%	54,0%	48,4%	62,9%	100%	49,6%
Posição na ocupação						
Autônomo/Conta própria	26,6%	34,5%	26,2%	21,9%	0%	26,8%
Empregado do setor privado	34,8%	37,1%	41,9%	39,4%	20,1%	39,8%
Empregado do setor público	11,7%	8,3%	8,7%	8,8%	36,7%	9,4%
Empregador	3,6%	2,3%	2,2%	1,0%	9,7%	2,5%
Militar	18,3%	11,8%	14,7%	9,5%	33,6%	15,1%
Trabalhador doméstico	3,6%	5,2%	5,8%	17,5%	0%	5,7%
Trab. não remunerado em ajuda a conta própria ou ...	1,3%	0,7%	0,4%	1,7%	0%	0,7%
Negócio/empresa com CNPJ						
Sim	25,2%	6,2%	16,1%	0%	100%	16,6%
Não	74,8%	93,8%	83,9%	100%	0%	83,4%
Grau de Informalidade Laboral						
	51,8%	62,6%	54,0%	65,0%	56,7%	54,7%
Variável	Branços	Pretos	Pardos	Indígenas	Outros (Am.)	Total
Rendimento Médio Mensal Individual	R\$ 3.995,05	R\$ 2.163,50	R\$ 2.636,36	R\$ 1.907,47	R\$ 4.997,75	R\$ 2.870,53
Rendimento Médio Mensal Domiciliar*	R\$ 5.582,10	R\$ 3.018,69	R\$ 3.678,22	R\$ 2.455,47	R\$ 5.298,41	R\$ 3.960,62
Rendimento Médio Mensal Domiciliar per capita*	R\$ 2.477,61	R\$ 1.233,03	R\$ 1.613,89	R\$ 994,73	R\$ 3.265,98	R\$ 1.738,63

Fonte: Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua) - 3o Trimestre de 2023 (IBGE, 2024)

* Devido à ausência de informação sobre rendimento de todas as fontes nas PNADs trimestrais, este indicador inclui apenas o rendimento de todos os trabalhos.

DIFICULDADES NO PROCESSO DE INTERIORIZAÇÃO

Assim como nas ondas anteriores da pesquisa, foram realizadas perguntas para a população interiorizada sobre o processo de interiorização. Em termos de acolhimento e moradia, observa-se que, no total, 9,8% das pessoas interiorizadas indicaram alguma dificuldade no destino. Essas dificuldades foram relatadas com maior frequência pelos homens (12,5%) do que pelas mulheres (6,8%) (Tabela 45).

De modo geral, houve uma estabilidade neste indicador se comparado com os dados da pesquisa anterior. Entre as mulheres interiorizadas, houve redução na proporção daquelas que assinalaram algum problema (8,7%, em 2021), e um leve aumento dos homens que declaram dificuldades em termos de acolhida/moradia (10,9% em 2021).

Tabela 45. Pessoas venezuelanas interiorizadas que tiveram alguma dificuldade no destino em termos de acolhimento/moradia por sexo - Brasil, 2023

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Sim	1.362	6,8%	2.863	12,5%	4.225	9,8%
Não	18.680	93,2%	20.069	87,5%	38.749	90,2%
Total	20.042	100%	22.932	100%	42.974	100%

Fonte: CEDEPLAR/IPEAD, ONU Mulheres, ACNUR e UNFPA, 2023

Os dados também apontaram diferenças de acordo com a região de interiorização: as pessoas venezuelanas interiorizadas na região Sudeste relataram a maior proporção de dificuldades de acolhimento e moradia (13,6%), seguido pelo conjunto das demais regiões (Norte, Nordeste e Centro-Oeste, exceto Roraima) (12,8%). O menor percentual de relatos de dificuldades está na

região Sul (7,9%) (Tabela 46). Esta realidade é distinta à observada na pesquisa realizada em 2021, quando a maior proporção de dificuldades em termos de acolhimento e moradia era indicada nas Demais Regiões - Norte, Nordeste e Centro-Oeste, exceto Roraima (11,4%), seguido pelas regiões Sul e Sudeste (9,3%).

Tabela 46. Pessoas venezuelanas interiorizadas que tiveram alguma dificuldade no destino em termos de acolhimento/moradia, segundo região - Brasil, 2023

	Sul (RG1)		Sudeste (RG2)		Demais Regiões (RG3)		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Sim	2.153	7,9%	924	13,6%	1.148	12,8%	4.225	9,8%
Não	25.064	92,1%	5.881	86,4%	7.804	87,2%	38.749	90,2%
Total	27.217	100%	6.805	100%	8.952	100%	42.974	100%

Fonte: CEDEPLAR/IPEAD, ONU Mulheres, ACNUR e UNFPA, 2023

As dificuldades em relação ao acolhimento e moradia foram hierarquizadas em três níveis de ocorrência. No primeiro grupo de dificuldades específicas (Tabela 47), destaca-se a falta de apoio para a obtenção de moradia no local de

destino, apontada por 17,7% das pessoas venezuelanas. Esse tipo de dificuldade é indicado por 19,2% das mulheres e por 16,4% dos homens. Observa-se que a discriminação por ser de origem venezuelana é indicada como a primeira

dificuldade por 6,2% das pessoas interiorizadas. Outras dificuldades diversas como ter muitos filhos, e não ter recursos para pagar o aluguel,

dentre outras, foram apontadas por 62,5% das pessoas interiorizadas.

Tabela 47. Primeira dificuldade encontrada por pessoas venezuelanas interiorizadas no destino em termos de acolhimento/moradia por sexo - Brasil, 2023

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
A estrutura física de acolhimento/moradia foi insatisfatória	113	8,3%	134	4,7%	247	6,0%
Convivência com outros moradores do espaço	121	8,9%	45	1,6%	166	4,0%
Convivência com receptores	47	3,4%	35	1,2%	82	2,0%
Discriminação por ser venezuelano	8	0,6%	247	8,6%	255	6,2%
Não teve apoio de acolhimento para moradia no local de destino	262	19,2%	471	16,4%	733	17,7%
Tempo de acolhimento para moradia no local de destino foi insuficiente	33	2,4%	35	1,2%	68	1,6%
Outros	704	51,7%	1.879	65,6%	2.583	62,5%
Não soube informar	74	5,4%	17	0,6%	91	2,2%
Total	1.362	100%	2.863	100%	4.134	100%

Fonte: CEDEPLAR/IPEAD, ONU Mulheres, ACNUR e UNFPA, 2023

No segundo grupo de dificuldades, em termos de acolhimento/moradia no destino, apontadas pelas pessoas venezuelanas interiorizadas, foram indicadas a “discriminação por ser venezuelano” (35,1%) e a “convivência com outros moradores do espaço” (24,7%). Ao se considerar, a questão da “discriminação por ser venezuelano” por gênero, esta foi relatada como uma segunda dificuldade em importância por 74,5%, das mulheres e por 19,8% dos homens. Em relação à segunda dificuldade apontada nesse quadro – Convivência com outros moradores do espaço – essa situação é relatada somente

pelos homens (34,3%), se configurando como a dificuldade mais importante para esse grupo.

Outro aspecto das dificuldades encontradas pelas pessoas venezuelanas interiorizadas, está relacionada com a inserção no mercado laboral: 20,7% das pessoas venezuelanas interiorizadas - 22,2% dos homens e 18,9% das mulheres - relataram dificuldades no destino em termos de trabalho (Tabela 48). Com relação à onda anterior da pesquisa realizada em 2021, se observou uma redução neste quesito, principalmente entre as mulheres, que registraram redução de 9,9 pontos percentuais (versus apenas 1,7 pontos percentuais entre os homens).

Tabela 48. Pessoas venezuelanas interiorizadas que tiveram alguma dificuldade no destino em termos de trabalho por sexo - Brasil, 2023

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Sim	3.787	18,9%	5.097	22,2%	8.884	20,7%
Não	16.255	81,1%	17.835	77,8%	34.090	79,3%
Total	20.042	100%	22.932	100%	42.974	100%

Fonte: CEDEPLAR/IPEAD, ONU Mulheres, ACNUR e UNFPA, 2023

Ao se considerar as dificuldades encontradas pelas pessoas venezuelanas interiorizadas segundo a região de destino (Tabela 49), observa-se que a maior proporção de pessoas que indicaram dificuldades residia na Região Sudeste (24,9%), seguida por aquelas cujo o destino foi as Demais Regiões (24,1%) e a Região Sul (18,5%). Com relação à pesquisa anterior,

realizada em 2021, houve uma redução das dificuldades em algumas regiões, como o conjunto das Demais Regiões (em torno de 10 pontos percentuais) e na Região Sul (aproximadamente 6 pontos percentuais). No entanto, na Região Sudeste, o índice de dificuldades aumentou aproximadamente 5 pontos percentuais.

Tabela 49. Pessoas venezuelanas interiorizadas que tiveram alguma dificuldade no destino em termos de trabalho, segundo região - Brasil, 2023

	Sul (RG1)		Sudeste (RG2)		Demais Regiões (RG3)		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Sim	5.028	18,5%	1.697	24,9%	2.159	24,1%	8.884	20,7%
Não	22.189	81,5%	5.108	75,1%	6.793	75,9%	34.090	79,3%
Total	27.217	100%	6.805	100%	8.952	100%	42.974	100%

Fonte: CEDEPLAR/IPEAD, ONU Mulheres, ACNUR e UNFPA, 2023

No primeiro nível de dificuldades específicas, a mais importante é a falta de apoio para a inserção laboral (20,5%), com maior prevalência entre os homens (22,7% contra 17,6% das mulheres). Outra dificuldade reportada foi a discriminação por ser de origem venezuelana, indicada em 12,7% dos casos. Nesse aspecto, são

as mulheres que mais indicaram essa dificuldade (14,5%), em comparação com os homens (11,4%). Outras dificuldades diversas relativas ao trabalho como falta de conhecimento da língua portuguesa e falta de creche para as filhas(os), dentre outras, foram apontadas por 37,6% das pessoas interiorizadas (Tabela 50).

Tabela 50. Primeira dificuldade encontrada por pessoas venezuelanas interiorizadas no destino em termos de trabalho por sexo - Brasil, 2023

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. Absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Condições de trabalho não correspondiam às ofertadas antes da viagem	0	0%	154	3,0%	154	1,7%
Dificuldades na relação com colegas de trabalho	27	0,7%	365	7,2%	392	4,4%
Dificuldades na relação com empregador	108	2,8%	261	5,1%	369	4,1%
Discriminação por ser venezuelano	551	14,5%	581	11,4%	1.132	12,7%
Não conseguiu inserção no mercado trabalho	541	14,3%	247	4,8%	788	8,9%
Não tinha documentos necessários para conseguir emprego	10	0,3%	130	2,5%	140	1,6%
Não teve apoio para inserção no mercado de trabalho	665	17,6%	1.155	22,7%	1.820	20,5%
Tive perda de trabalho/demissão	241	6,4%	434	8,5%	675	7,6%
Outros	1.617	42,7%	1.724	33,8%	3.341	37,6%
Não soube informar	27	0,7%	46	0,9%	73	0,8%
Total	3.787	100%	5.097	100%	8.884	100%

Fonte: CEDEPLAR/IPEAD, ONU Mulheres, ACNUR e UNFPA, 2023

A tabela 51 apresenta a segunda maior dificuldade indicada pelas pessoas venezuelanas interiorizadas. Destaca-se a dificuldade de não ter conseguido a inserção no mercado de trabalho (46,7%), com grandes diferenças por gênero: 41,2% entre os homens e 75,6% entre as mulheres. Ainda nesse quadro, a discriminação

por ser venezuelano é citada apenas pelos homens, com 33,3% indicando essa dificuldade. Dificuldades na relação com o empregador é apontada como um empecilho para estar no mercado laboral por 12,1% das pessoas interiorizadas, sendo que somente os homens indicaram essa dificuldade (14,4%).

Tabela 51. Segunda dificuldade encontrada por pessoas venezuelanas interiorizadas no destino em termos de trabalho por sexo - Brasil, 2023

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. Absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Condições de trabalho não correspondiam às ofertadas antes da viagem	0	0%	11	0,7%	11	0,6%
Dificuldades na relação com colegas de trabalho	12	3,9%	0	0%	12	0,6%
Dificuldades na relação com empregador	0	0%	232	14,4%	232	12,1%
Discriminação por ser venezuelano	0	0%	538	33,3%	538	28,0%
Não consegui inserção no mercado trabalho	233	75,6%	664	41,2%	897	46,7%
Não tinha documentos necessários para conseguir emprego	0	0%	35	2,2%	35	1,8%
Tive perda de trabalho/demissão	0	0%	79	4,9%	79	4,1%
Outros	63	20,4%	54	3,3%	117	6,1%
Total	308	100%	1613	100%	1.921	100%

Fonte: CEDEPLAR/IPEAD, ONU Mulheres, ACNUR e UNFPA, 2023

Ao se levantar as informações sobre a terceira dificuldade em termos de trabalho, ganha destaque a discriminação por ser de origem venezuelana, indicada por 67% das pessoas interiorizadas, 67,5% dos homens e 65,7% das mulheres. Na sequência das dificuldades para inserção no mercado laboral, houve um reduzido número de respondentes e foram explicitadas, exclusivamente, a dificuldade de relacionamento com colegas de trabalho, em quarto lugar, as dificuldades na relação com o empregador, como quinta dificuldade. Apesar das dificuldades elencadas, 97% das pessoas venezuelanas interiorizadas desejam permanecer no Brasil.

Conforme pesquisa qualitativa realizada em 2021, estas dificuldades em termos de acolhimento/moradia e trabalho, refletem a necessidade de melhoria das informações sobre o local de destino e acompanhamento mais próximo das pessoas interiorizadas uma vez no destino. Também dizem respeito ao reduzido diálogo, no planejamento e coordenação dos processos de interiorização voluntária entre todos os atores envolvidos, governamentais ou não, em diferentes escalas e níveis (Moverse, 2021).

DIFICULDADES NO ABRIGAMENTO E INTERESSE NA INTERIORIZAÇÃO

Para as pessoas abrigadas em Roraima foram feitos questionamentos sobre vários aspectos relacionados à mobilidade na fronteira entre os dois países, as dificuldades no abrigamento e seu interesse em deixar Roraima e em participar da estratégia de interiorização.

Quanto à mobilidade na fronteira, a grande maioria, 93,8%, afirmou nunca ter retornado à Venezuela após sua chegada no Brasil, enquanto 5,1% relataram ter retornado apenas uma vez. Este dado é ligeiramente distinto ao obtido na pesquisa anterior realizada em 2021, quando 92,2% relataram não ter retornado para a Venezuela. Não há diferença significativa por gênero em relação a esses dados, os quais apontam, considerando a dinâmica histórica da mobilidade entre os dois países, uma tendência cada vez mais presente de que o retorno para a Venezuela, pelo menos a curto prazo, não faz parte da estratégia de deslocamento. Deve-se lembrar que no período retratado pela pesquisa anterior, existiam limitações na circulação pelas fronteiras em virtude da pandemia de Covid-19 e, mesmo assim, o número de pessoas que havia retornado era maior. Isso sugere que as pessoas refugiadas e migrantes venezuelanas no Brasil não têm a expectativa de que as condições em seu local de origem melhorem e/ou que, com a continuidade da crise na Venezuela, a rede migratória / de apoio no Brasil tenha se fortalecido, já que muitas das pessoas que se estabeleceram no país nos últimos sete anos facilitaram o deslocamento das pessoas do seu entorno familiar e social que ainda se encontravam na Venezuela.

Com base nessas hipóteses, observa-se que o potencial dessa população para participar da interiorização é significativo, devido ao menor interesse em retornar ao local de origem e ao grande interesse em deixar Roraima, conforme expresso por 81,3% das pessoas abrigadas. Houve um leve aumento em relação à pesquisa anterior, quando 77% das pessoas manifestaram

esse desejo, sendo predominante entre os homens, com 81,9%, e 72,7% das mulheres. Em 2023, houve uma mudança por gênero, evidenciando um interesse maior das mulheres em deixar Roraima, representando agora 82,6%, em comparação com os 79,8% dos homens. Além disso, a esmagadora maioria das pessoas abrigadas (96,9%) deseja permanecer no Brasil.

Em relação ao cadastramento para participar do programa de interiorização, observou-se uma inversão da tendência por gênero. Embora os números gerais sejam ligeiramente maiores (55,2% em comparação com 52,2% na onda anterior da pesquisa), houve um crescimento da participação das mulheres no cadastramento (de 50,4% em 2021 para 55,4% em 2023). Isso pode ser reflexo do que outras pesquisas apontam como a feminização dos fluxos da Venezuela para o Brasil (Junger et. al., 2023; Nobrega, 2021), bem como da consolidação das redes de apoio (Baeninger, et. al., 2021). Essas últimas características se alinham às duas modalidades de interiorização dominantes: a reunião social e a reunificação familiar. Outra hipótese que pode explicar o aumento do interesse das mulheres na interiorização é que as ações desenvolvidas dentro da política de interiorização estiveram mais atentas a essa população, melhorando suas perspectivas de integração social. Essas informações circulam nas redes das pessoas venezuelanas e atraem mais interessadas em participar dessa política.

Em relação à vivência nos abrigos (Tabela 52), 24,6% das pessoas residentes relataram encontrar dificuldades durante sua estadia, com uma incidência maior entre as mulheres (26,5%) em comparação com os homens (22,5%). Esses números representam um aumento significativo em relação aos reportados em 2021 (17,1%), quando as mulheres também relataram dificuldades em uma proporção maior do que os homens (19,3% contra 14,6%). Uma mudança notável na dinâmica dos abrigos foi a consolidação de unidades com maior capacidade e

concentração espacial em uma área da cidade de Boa Vista, ao contrário da situação imperante

em 2021, quando prevaleciam abrigos menores e mais espalhados pela cidade.

Tabela 52. Pessoas venezuelanas que encontraram dificuldades vivendo em abrigos em Roraima por sexo - Brasil, 2023

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Sim	313	26,5%	245	22,5%	558	24,6%
Não	866	73,4%	846	77,5%	1.712	75,4%
Total	1.179	100%	1091	100%	2.270	100%

Fonte: CEDEPLAR/IPEAD, ONU Mulheres, ACNUR e UNFPA, 2023

Além disso, a grande maioria das pessoas desejavam deixar os abrigos (92,5%), proporção semelhante à reportada na pesquisa anterior. Dentre aqueles que queriam sair dos abrigos, 74,5% tinham tomado alguma providência (Tabelas 53 e 54) - número maior do que o reportado na pesquisa anterior, em que 62% indicaram ter tomado alguma providência para fazê-lo. Este aumento é significativo e suscita duas hipóteses: a primeira é que as condições

nos abrigos pioraram durante este período (parcialmente captado pelo aumento das pessoas venezuelanas reportando dificuldades no abrigo); a segunda é que, no primeiro período, ainda afetado pela COVID-19, as pessoas tinham receio de deixar o local onde residiam, o que impacta na intenção de participarem do programa de interiorização ou de buscarem se mudar na cidade em que residem.

Tabela 53. Pessoas venezuelanas que quiseram deixar seus abrigos em Roraima por sexo - Brasil, 2023

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Sim	1.098	93,1%	1.001	91,7%	2.099	92,5%
Não	81	6,9%	90	8,2%	171	7,5%
Total	1.179	100%	1.091	100%	2.270	100%

Fonte: CEDEPLAR/IPEAD, ONU Mulheres, ACNUR e UNFPA, 2023

Tabela 54. Pessoas venezuelanas que tomaram alguma providência para deixar seus abrigos em Roraima por sexo - Brasil, 2023

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Sim	803	73,1%	760	75,9%	1563	74,5%
Não	295	26,9%	241	24,1%	536	25,5%
Total	1098	100%	1001	100%	2099	100%

Fonte: CEDEPLAR/IPEAD, ONU Mulheres, ACNUR e UNFPA, 2023

Em síntese, os dados confirmam que muitas pessoas anseiam deixar os abrigos e já tomaram providências para tanto, mas, por algum motivo, não conseguiram concretizar esse objetivo. Recomenda-se investigar de forma mais

aprofundada quais tipos de problemas e dificuldades as pessoas residentes enfrentam nos abrigos da Operação Acolhida e os motivos e condições que impedem que as pessoas abrigadas saiam dos abrigos, se assim desejarem.

SEGURANÇA ALIMENTAR, DISCRIMINAÇÃO E SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA

Esta pesquisa também buscou avaliar as situações de vulnerabilidade da população-alvo, adotando sempre que possível, uma perspectiva de gênero. Foi perguntado se, em algum momento após a interiorização, a pessoa ou membro de sua família tinha passado por situação de insegurança alimentar. Entre pessoas interiorizadas, 36,0% indicaram

ter vivido situação de insegurança alimentar após a interiorização: 36,5% dos homens e 35,5% das mulheres (Tabela 55). Observa-se que houve uma ampliação dessa situação de vulnerabilidade tanto para homens como para mulheres, com relação à pesquisa anterior, visto que em 2021, 32,2% das pessoas indicaram ter passado por uma situação de penúria alimentar.

Tabela 55. Pessoas venezuelanas interiorizadas que não tiveram o que comer após interiorização por sexo - Brasil, 2023

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Sim	7.112	35,5%	8.369	36,5%	15.481	36,0%
Não	12.930	64,5%	14.563	63,5%	27.493	64,0%
Total	20.042	100%	22.932	100%	42.974	100%

Fonte: CEDEPLAR/IPEAD, ONU Mulheres, ACNUR e UNFPA, 2023

Ainda em relação à segurança alimentar, os dados revelam que 39,7% das pessoas venezuelanas abrigadas manifestaram ter passado por momentos de escassez alimentar após ingressarem no território brasileiro (Tabela 56), um dado semelhante ao observado na pesquisa anterior (40,6%). Entretanto, houve uma alteração da predominância por gênero, visto que, em 2021, 43,8% dos homens e 37,7% das mulheres reportaram ter passado por situação

de precariedade alimentar após chegada ao Brasil. Importante frisar que, provavelmente, isto tenha acontecido antes da entrada nos abrigos, pois nesses locais há a garantia de alimentação. Esses dados para pessoas interiorizadas e abrigadas apontam uma **piora da situação das mulheres venezuelanas no que toca à insegurança alimentar** em contexto de mobilidade no Brasil.

Tabela 56. Pessoas venezuelanas abrigadas em Roraima que não tiveram o que comer após a chegada ao país por sexo - Brasil, 2023

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Sim	502	42,6%	399	36,6%	901	39,7%
Não	677	57,4%	692	63,4%	1369	60,3%
Total	1179	100%	1091	100%	2270	100%

Fonte: CEDEPLAR/IPEAD, ONU Mulheres, ACNUR e UNFPA, 2023

Além disso, 29,3% das pessoas interiorizadas indicaram que, em algum momento, se sentiram discriminadas pelo fato de serem da Venezuela (Tabela 57). Há diferença entre essa percepção de discriminação entre os homens (32,4%) e as mulheres (25,7%). Em comparação

com a pesquisa anterior, houve um aumento geral na percepção de discriminação, que em 2021, foi relatado por 26,2% das pessoas interiorizadas (27,9% entre os homens e 24,3% entre as mulheres). Informação qualitativa recolhida em 2021 sugere, por exemplo, que há situações de

discriminação ou *bullying* escolar por falta de conhecimento dos agentes públicos da

legislação e/ou no correto equacionamento de ações de acolhida nas escolas (Moverse, 2021).

Tabela 57. Pessoas venezuelanas interiorizadas que sofreram discriminação por serem venezuelanas - Brasil, 2023

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Sim	5.155	25,7%	7.440	32,4%	12.595	29,3%
Não	14.887	74,3%	15.492	67,6%	30.379	70,7%
Total	20.042	100%	22.932	100%	42.974	100%

Fonte: CEDEPLAR/IPEAD, ONU Mulheres, ACNUR e UNFPA, 2023

Já em relação às pessoas abrigadas, esses dados são inferiores, com 18,1% relatando terem sofrido discriminação por ser de origem venezuelana, com predomínio, mais uma vez dos homens com 21,3%, frente a 15,3% das mulheres (Tabela 58). Os dados são próximos aos da pesquisa realizada em 2021, quando 20,1% das pessoas abrigadas afirmaram ter sofrido

discriminação por serem venezuelanas, sem distinção significativa por gênero. Os dados apontam que os homens estão mais sujeitos a e/ou sentem mais claramente esse tipo de discriminação. A diferença do resultado por gênero poderia, à guisa de hipótese, se dar em virtude da vivência fora dos espaços dos abrigos, tema que merece aprofundamento.

Tabela 58. Pessoas venezuelanas abrigadas em Roraima que sofreram discriminação por serem venezuelanas - Brasil, 2023

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Sim	180	15,3%	232	21,3%	412	18,1%
Não	999	84,7%	859	78,7%	1858	81,8%
Total	1.179	100%	1091	100%	2270	100%

Fonte: CEDEPLAR/IPEAD, ONU Mulheres, ACNUR e UNFPA, 2023

As questões relativas à saúde abarcam informações sobre a cobertura vacinal contra a Covid-19 e aspectos relacionados à saúde sexual e reprodutiva. Em relação à cobertura vacinal contra o Covid-19 (cujos dados foram coletados apenas em 2023), 95,2% das pessoas venezuelanas interiorizadas declararam ter tomado pelo menos uma dose de vacina, não havendo diferença significativa entre as mulheres (95,3%) e os homens (95%). Das pessoas imunizadas, 65,5% tomaram três ou mais doses da vacina. Em relação às pessoas em situação de abrigamento, é importante ressaltar que o controle vacinal foi uma das medidas implementadas nas ações na fronteira e no processo de regularização migratória em Roraima desenvolvidas no âmbito da Operação Acolhida. Quanto à vacinação contra

a Covid-19, observou-se uma prática entre o final de 2022 e o início de 2023, na qual a vacinação não era obrigatória para aqueles que buscavam ingressar e regularizar sua situação no Brasil. No entanto, sem receber a dose da vacina, os documentos não eram entregues para essas pessoas, o que levava a vacinação de praticamente todas as pessoas que desejavam permanecer no país.

Em relação ao acesso das pessoas venezuelanas interiorizadas aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, aqueles relacionados ao parto – pré-natal, parto e pós-parto – foram buscados por 19,3% das mulheres venezuelanas interiorizadas - valor bem próximo ao observado em 2021 (19,9%). Ao se tratar da utilização de métodos contraceptivos, as questões foram colocadas para todas as pessoas

venezuelanas interiorizadas, incluindo assim à(o)s respondentes e suas/seus parceiras(o)s no momento da entrevista. 34,6% das pessoas interiorizadas procuraram serviços de saúde nesta área (Tabela 59). Tanto as mulheres quanto os homens procuraram esses serviços em proporção similar. Em comparação com a

pesquisa anterior, houve um aumento na procura desse serviço, uma vez que, em 2021, 24,8% das pessoas interiorizadas (21,2% dos homens e 28,7% das mulheres) buscaram serviços na área de saúde reprodutiva. Essa ampliação da busca pelo serviço em quase 10 pontos percentuais teve forte participação dos homens.

Tabela 59. Pessoas venezuelanas interiorizadas que procuraram serviços de saúde na área anticoncepcional, por sexo - Brasil, 2023

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Sim	7.007	35,0%	7.875	34,3%	14.882	34,6%
Não	13.035	65,0%	15.057	65,7%	28.092	65,4%
Total	20.042	100%	22.932	100%	42.974	100%

Fonte: CEDEPLAR/IPEAD, ONU Mulheres, ACNUR e UNFPA, 2023

Ao indagar sobre a contracepção, foi apresentado às pessoas venezuelanas interiorizadas um conjunto de questões sobre o uso de métodos contraceptivos, incluindo o tipo de método contraceptivo adotado. As questões foram colocadas indistintamente para homens e mulheres que responderam sobre os métodos que eles ou elas utilizavam, assim como de suas/seus parceiras(o)s. Quando perguntados sobre o uso de algum

tipo de método, 54,4% das pessoas venezuelanas interiorizadas responderam que faziam uso, sendo esse percentual ligeiramente mais elevado entre os homens (54,9%) do que entre as mulheres (53,9%) (Tabela 60). Neste quesito também se observou um aumento de pouco mais de 8 pontos percentuais em comparação com a pesquisa anterior, que era de 45,9% (43,2% para os homens e 47,1% para as mulheres).

Tabela 60. Pessoas venezuelanas interiorizadas que atualmente usam métodos para adiar/evitar gravidez, por sexo - Brasil, 2023

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Sim	10.804	53,9%	12.595	54,9%	23.399	54,4%
Não	9.238	46,1%	10.337	45,1%	19.575	45,5%
Total	20.042	100%	22.932	100%	42.974	100%

Fonte: CEDEPLAR/IPEAD, ONU Mulheres, ACNUR e UNFPA, 2023

Na tabela 61 são apresentados os métodos mais utilizados. Dentre o total das pessoas venezuelanas interiorizadas que indicaram utilizar algum método, quatro tipos são os que mais se destacam (Tabela 61): o uso da laqueadura (31,5%), injeções contraceptivas (20,1%), pílula (17,7%) e o uso de camisinha masculina (15,1%). Quando esses resultados são analisados sob a ótica do gênero, destaca-se entre as mulheres, o uso da laqueadura (32,1%) como o método mais empregado, seguido por injeções contraceptivas (23,3%),

pílula (18,5%), e DIU (12%). Em relação aos homens que declararam utilizar algum método, o mais indicado foi a laqueadura (31,0%), seguido pela camisinha (22,8%), injeção contraceptiva (17,4%), e pílula (17,0%). A vasectomia foi mencionada por apenas 0,4% dos homens e por 1,2% das mulheres que indicaram utilizar métodos contraceptivos. Como segundo método utilizado foram indicados principalmente cinco métodos, a saber: creme/óvulo (35,3%), DIU (27,8%), pílula emergencial (15,0%), pílula (14,8%), e a vasectomia (7,0%).

Tabela 61. 1º método contraceptivo utilizado por pessoas venezuelanas interiorizadas, por sexo - Brasil, 2023

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Camisinha Feminina/Interna/Vaginal	21	0,2%	0	0%	21	0,1%
Camisinha Masculina/Externa/Peniana	654	6,0%	2869	22,8%	3523	15,1%
Coito Interrompido/Ejacular Fora	0	0%	26	0,2%	26	0,1%
DIU (dispositivo intrauterino)	1.292	12,0%	776	6,2%	2.068	8,8%
Injeções Contraceptivas	2.514	23,3%	2.198	17,4%	4.712	20,1%
Laqueadura/Esterilização Feminina	3.471	32,1%	3.909	31,0%	7.380	31,5%
Norplant/Implantes	692	6,4%	518	4,1%	1.210	5,2%
Pílula	1.997	18,5%	2.141	17,0%	4.138	17,7%
Pílula de Emergência (Dia Seguinte)	32	0,3%	106	0,8%	138	0,6%
Vasectomia	131	1,2%	52	0,4%	183	0,8%
Total	10.804	100%	12.595	100%	23.399	100%

Fonte: CEDEPLAR/IPEAD, ONU Mulheres, ACNUR e UNFPA, 2023

Por sua vez, os serviços de saúde na área de doenças sexualmente transmissíveis e AIDS foram procurados por 10,2% das pessoas venezuelanas interiorizadas, sendo 11,2% das mulheres e 9,3% dos homens (Tabela 62). Esses

valores são menores aos reportados em 2021, que foram, respectivamente, 16,2% para o total da população interiorizada, 17,7% para as mulheres e 14,8% para os homens.

Tabela 62. Pessoas venezuelanas interiorizadas que procuraram serviços de saúde na área DST/AIDS, por sexo - Brasil, 2023

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Sim	2.239	11,2%	2.126	9,3%	4.365	10,2%
Não	17.803	88,8%	20.806	90,7%	38.609	89,8%
Total	20.042	100%	22.932	100%	42.974	100%

Fonte: CEDEPLAR/IPEAD, ONU Mulheres, ACNUR e UNFPA, 2023

Já os serviços relativos a exames preventivos de câncer de colo de útero e mama foram procurados por 41,7% das mulheres venezuelanas

interiorizadas (Tabela 63). Esse valor foi maior do que o reportado na pesquisa anterior (33,7%).

Tabela 63. Pessoas venezuelanas interiorizadas que precisaram de serviços de saúde na área preventiva ginecológica, por sexo - Brasil, 2023

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Sim	8.367	41,7%	--	--	8.367	41,7%
Não	11.675	58,2%	--	--	11.675	58,2%
Total	20.042	100%	--	--	20.042	100%

Fonte: CEDEPLAR/IPEAD, ONU Mulheres, ACNUR e UNFPA, 2023

Nesta onda da pesquisa, também foi abordada a busca por outros serviços de saúde: 56,5% das pessoas interiorizadas buscaram outros serviços como pediatra, cardiologista, dentista

e clínico geral, dentre outros (Tabela 64). Dentre os homens, 63,5% procuraram os serviços, enquanto 48,59% das mulheres o fizeram.

Tabela 64. Pessoas venezuelanas interiorizadas que precisaram de outros serviços de saúde, por sexo - Brasil, 2023

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Sim	9.738	48,6%	14.558	63,5%	24.296	56,5%
Não	10.304	51,4%	8.374	36,5%	18.678	43,5%
Total	20.042	100%	22.932	100%	42.974	100%

Fonte: CEDEPLAR/IPEAD, ONU Mulheres, ACNUR e UNFPA, 2023

Durante o levantamento também buscou-se conhecer se as pessoas venezuelanas interiorizadas tiveram dificuldade em acessar os serviços de saúde. Como indicado na tabela 65, essa dificuldade foi apontada por 16,5% das pessoas, sendo o percentual maior entre os homens (20%) do que entre as mulheres (12,7%). Esse resultado é superior ao reportado na pesquisa anterior realizada em 2021, quando 9,5% das pessoas interiorizadas indicaram que tiveram dificuldade de acesso aos serviços de saúde.

Naquela ocasião, 11,2% das mulheres e 7,5% dos homens reportaram essa dificuldade. Uma hipótese para esse aumento é que em 2021 a maioria das pessoas buscava o serviço de saúde em função da Covid-19, quando boa parte das intervenções eletivas deixaram de ocorrer ao longo do sistema. Com a retomada da dinâmica de atendimento tradicional no período pós-pandemia, os problemas estruturais do sistema, tais como dificuldades de conseguir consulta, falta de médicos, etc., se tornaram mais evidentes.

Tabela 65. Pessoas venezuelanas interiorizadas que tiveram dificuldade para conseguir/acessar serviços de saúde, por sexo - Brasil, 2023

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Sim	2.103	12,7%	3.475	20,0%	5.578	16,5%
Não	14.409	87,3%	13.859	79,9%	28.268	83,5%
Total	16.512	100%	17.334	100%	33.846	100%

Fonte: CEDEPLAR/IPEAD, ONU Mulheres, ACNUR e UNFPA, 2023

Às pessoas interiorizadas que tiveram dificuldades no acesso aos serviços de saúde, foi solicitada a indicação do tipo de dificuldade. Às pessoas que tiveram mais de uma dificuldade foi pedido que as ordenassem como a primeira, segunda ou terceira dificuldade. Considerando a primeira dificuldade em acessar os serviços de saúde (Tabela 66), duas situações se sobressaíram: a ausência de profissionais de saúde, indicada por 30,7% das pessoas interiorizadas, e a dificuldade de agendamento, apontada por 18,3%. Ao se considerar essas dificuldades por

gênero, para as mulheres, o maior problema é o horário de atendimento (33,4%), seguido pela ausência de profissionais de saúde (24%) e pela dificuldade de agendamento (20,2%). Em relação aos homens, a maior dificuldade está relacionada à ausência de profissionais de saúde (34,7%), seguida da dificuldade de agendamento (17,1%) e da percepção de discriminação e preconceito (14,2%). Como segunda dificuldade no acesso aos serviços de saúde, ganham destaque o horário de atendimento (39,9%) e a dificuldade de agendamento (27,8%).

Tabela 66. 1ª dificuldade encontrada por pessoas venezuelanas interiorizadas para conseguir/acessar serviços de saúde, por sexo - Brasil, 2023

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Ausência de Profissionais de Saúde	504	24,0%	1.206	34,7%	1.710	30,7%
Discriminação/Preconceito	33	1,6%	494	14,2%	527	9,4%
Disponibilidade/Ausência de Medicamentos	46	2,2%	161	4,6%	207	3,7%
Estrutura Física dos Hospitais e Unidades	24	1,1%	0	0%	24	0,4%
Gratuidade/Preço	12	0,6%	0	0%	12	0,2%
Horários de Atendimento	702	33,4%	263	7,6%	965	17,3%
Lotação/Dificuldade no Agendamento	425	20,2%	594	17,1%	1.019	18,3%
Não Sabia onde Procurar/Não Tinha Informação	23	1,1%	123	3,5%	146	2,6%
Teve Problemas Relacionados ao Idioma	4	0,2%	151	4,3%	155	2,8%
Outros	330	15,7%	483	13,9%	813	14,6%
Total	2.103	100%	3.475	100%	5.578	100%

Fonte: CEDEPLAR/IPEAD, ONU Mulheres, ACNUR e UNFPA, 2023

Questões relativas ao **acesso a serviços de saúde** também foram realizadas junto à **população abrigada em Roraima**: 48,8% destacaram que já precisaram de serviços de saúde não relacionados a métodos contraceptivos ou de DST/AIDS no Brasil. Estes incluem serviços de pediatra, cardiologista, clínico geral, e tratamento de doenças crônicas, dentre outros. Os homens tiveram participação maior com 56,2% reportando que utilizam esses serviços frente a 42,1% das mulheres. Há que se investigar os motivos pelos quais as mulheres buscam menos os serviços de saúde, pois podem ser causas relacionadas a sua dinâmica de vida familiar, dificuldade de informação e comunicação, custos relacionados ao transporte, entre outros, dificuldades de circulação fora dos abrigos para as mulheres, hipóteses essas que devem ser aprofundadas em outros estudos.

Além disso, os dados confirmam a necessidade de preparar e planejar as estratégias de atendimento em saúde em Roraima observando aspectos da dinâmica de deslocamento das pessoas venezuelanas em sua integralidade - isso envolve tanto as pessoas que planejam permanecer em Roraima, como aquelas que, em trânsito, fazem uso dos serviços de saúde.

A mobilidade humana é, por essa razão, um elemento fundamental no dimensionamento do atendimento na região.

Quando se considera o atendimento de serviços de saúde na área contraceptiva, 33,7% das pessoas abrigadas relataram ter utilizado esses serviços, não tendo sido identificada diferença significativa entre homens e mulheres. Esses dados são consistentes com a pesquisa anterior, com a única alteração sendo que, em 2021, as mulheres haviam acessado mais os serviços do que os homens (39% em comparação com 28,2% dos homens). Na área de DST/AIDS, 15% das pessoas abrigadas relataram já ter precisado desses serviços, com predominância de mulheres (17% em comparação com 12,9% dos homens). Quanto à necessidade de atendimento em saúde na área de DST/AIDS após a chegada ao Brasil, observou-se uma queda significativa em comparação com os dados de 2021, quando 25,1% das pessoas abrigadas precisaram desses serviços. Naquele momento não houve diferença significativa entre homens e mulheres.

Além disso, 45,6% das pessoas venezuelanas abrigadas em Roraima responderam positivamente sobre o uso de métodos contraceptivos (Tabela 67), em proporção semelhante à

identificada na pesquisa em 2021. A proporção de mulheres utilizando algum método (52%)

continua a ser maior do que a encontrada entre os homens (38,7%).

Tabela 67. Pessoas venezuelanas abrigadas em Roraima que atualmente usam métodos para adiar/evitar gravidez por sexo - Brasil, 2023

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Sim	613	52,0%	422	38,7%	1035	45,6%
Não	566	48,0%	669	61,3%	1.235	54,4%
Total	1.179	100%	1.091	100%	2.270	100%

Fonte: CEDEPLAR/IPEAD, ONU Mulheres, ACNUR e UNFPA, 2023

Em relação aos tipos de métodos utilizados, quatro se destacam (Tabela 68): a laqueadura (28,8%), uso de implantes (26%), uso de preservativos (15,6%) e DIU (13,5%). Entre as mulheres, o principal método é a laqueadura (31%), seguido dos implantes (25,3%). Entre os homens que usam algum método, os implantes têm uma ligeira vantagem sobre a laqueadura (27,1% e 25,7%, respectivamente). A vasectomia foi mencionada apenas por 1,4% dos respondentes.

Em comparação com a pesquisa de 2021, observa-se uma mudança significativa, já que o uso de preservativos masculinos era predominante entre os homens abrigados (44,6%) e as injeções contraceptivas eram mais comuns entre as mulheres (52,6%). É importante notar que o uso de preservativos não é apenas um método contraceptivo, mas também oferece proteção contra DSTs.

Tabela 68. Métodos contraceptivos utilizados por pessoas venezuelanas abrigadas em Roraima, por sexo - Brasil, 2023

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Camis. Masculina/Externa/Pen.	86	13,4%	82	19,0%	168	15,6%
Creme/Óvulo	11	1,7%	0	0%	11	1%
DIU (dispositivo intrauterino)	93	14,5%	52	12,0%	145	13,5%
Injeções contraceptivas	47	7,3%	32	7,4%	79	7,3%
Laqueadura/Esterilização feminina	199	30,9%	111	25,7%	310	28,8%
Norplant/Implantes	163	25,3%	117	27,1%	280	26,0%
Pílula	44	6,8%	32	7,4%	76	7,1%
Vasectomia	0	0%	6	1,4%	6	0,6%
Total	643	100%	432	100%	1.075	100%

Fonte: CEDEPLAR/IPEAD, ONU Mulheres, ACNUR e UNFPA, 2023

Também se questionou as pessoas abrigadas sobre as dificuldades enfrentadas para acessar os serviços de saúde, revelando que apenas 13,8% delas relataram encontrar obstáculos - a participação de mulheres respondendo que encontraram dificuldades (14,6%) foi maior que a dos homens (12,9%). Em relação à pesquisa realizada em 2021, houve uma diminuição do

número de pessoas que apontaram ter enfrentado dificuldades (16,5%), quando verificou-se significativa diferença nas respostas entre homens e mulheres, 10,6% frente a 20,9% das mulheres abrigadas.

Para as pessoas abrigadas que tiveram dificuldade para acessar os serviços de saúde foi solicitado que identificassem quais eram essas

dificuldades, permitindo até três respostas para qualificar os dados. A Tabela 69 aponta que os principais desafios enfrentados estão ligados a questões estruturais, como a escassez de profissionais de saúde, falta de medicamentos e lotação/dificuldade para agendamento.

Além disso, algumas pessoas mencionaram enfrentar preconceito e dificuldades de comunicação devido a barreiras linguísticas. Por fim, destaca-se o quesito lotação/dificuldade no agendamento (19,6%), que também foi bastante apontado em 2021 (30,5%).

Tabela 69. Dificuldades encontradas por pessoas venezuelanas abrigadas em Roraima para conseguir/acessar serviços de saúde, por sexo - Brasil, 2023

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Ausência de Profissionais de Saúde	42	28,8%	46	34,3%	88	31,4%
Discriminação/Preconceito	10	6,8%	10	7,5%	20	7,1%
Disponibilidade/Ausência de Medicamentos	20	13,7%	12	9,0%	32	11,4%
Estrutura Física dos Hospitais e Unidades	0	0%	1	0,7%	1	0,4%
Horários de Atendimento	0	0%	23	17,2%	23	8,2%
Lotação/Dificuldade no Agendamento	38	26,0%	17	12,7%	55	19,6%
Teve Problemas Relacionados ao Idioma	7	5,0%	7	5,2%	14	5,0%
Outro	29	19,9%	18	13,4%	47	16,8%
Total	146	100%	134	100%	280	100%

Fonte: CEDEPLAR/IPEAD, ONU Mulheres, ACNUR e UNFPA, 2023

PERSPECTIVAS E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados da pesquisa apontam para algumas tendências persistentes referentes ao perfil sociodemográfico e à realidade de integração de pessoas venezuelanas abrigadas em Roraima e interiorizadas no Brasil. Há relativo equilíbrio na distribuição da população venezuelana por sexo e forte participação de pessoas que se declaram morenas. Notam-se as características de um deslocamento familiar, com presença importante de filhos menores no processo de chegada e de interiorização voluntária das pessoas venezuelanas no país. A proporção de mulheres, tanto interiorizadas, quanto abrigadas, com filhos(as) é superior à dos homens em ambos os contextos. Esses dados apontam para sobrecarga do trabalho de cuidado com filhos(as) sobre as mulheres e tem impacto direto no desenho e nas demandas das políticas públicas para esse público. Os dados relativos à educação indicam que as tendências se mantiveram similares às observadas em 2021. Em geral, a população venezuelana interiorizada no Brasil tem mais anos de estudo que a média da população brasileira e que a população venezuelana abrigada em Roraima. A análise temporal em dois momentos do tempo, 2021 e 2023, para a mesma população (pessoas interiorizadas entre março de 2020 e agosto de 2021), sugere que houve um leve incremento das pessoas venezuelanas com ensino superior, apontando para melhora da inserção desse grupo no parque universitário brasileiro no contexto da interiorização. Os dados de matrícula de crianças venezuelanas interiorizadas em escolas e creches também indicam melhora entre 2021 e 2023, refletindo assim a concomitante retomada das rotinas escolares no pós-pandemia e impacto positivo do próprio processo de interiorização na inserção escolar infantil, tais como melhor conhecimento do sistema educacional brasileiro, derivada do maior tempo de vivência no país, atuação de setores públicos envolvidos no cuidado das crianças e adolescentes como os Conselhos Tutelares etc.

Em relação às pessoas abrigadas, os dados indicam um perfil sociodemográfico de maior vulnerabilidade, com especial impacto sobre mulheres, crianças e jovens menores de dezoito anos. Chama a atenção o incremento da participação de famílias monoparentais, usualmente chefiadas por mulheres, nos abrigos, e o importante gargalo em relação à integração de crianças em escolas e creches, apontando para a centralidade de apoio às dinâmicas de cuidado de filhos menores desde a chegada ao Brasil. Ressalta-se também, a maior participação de pessoas que relatam dificuldade com o português, com aumento expressivo na proporção de pessoas abrigadas que não compreendem o português (eram 10,8% em 2021 e passaram para 40% em 2023), indicando necessidade de reforço das estratégias de ensino e aprendizagem do português durante o período de abrigamento. Presume-se, dos dados reportados, que a redução do tempo médio de permanência nos abrigos, em comparação com a primeira onda da pesquisa em 2021, combinada à maior taxa de interiorização voluntária e à mudança de perfil sociodemográfico, ajudem a explicar as variações observadas no período sob análise junto à esta população. O tempo médio de permanência nos abrigos - de mais de cinco meses em 2023 - seria suficiente para minimizar vulnerabilidades significativas da população abrigada, por exemplo, em relação ao conhecimento da língua portuguesa, meios de inserção socioeconômica e acesso a serviços e direitos. Ainda que os abrigos proporcionem segurança e acesso a alguns bens básicos como teto, alimentação, e atividades de socialização, dentre outros; a dinâmica nesses espaços acaba restringindo as possibilidades de convivência com a sociedade de acolhida e concentrando as trocas entre a própria população venezuelana com impactos sobre processos de integração social.

Apesar deste contexto desafiador, é importante ressaltar a centralidade da interiorização para as estratégias de deslocamento da

população abrigada. Os dados reforçam o grande potencial de expansão da estratégia de interiorização junto à população abrigada em Roraima. Em articulação com demais variáveis agregadas, reitera-se que a grande maioria das pessoas abrigadas tem interesse em deixar Roraima (81,3%), 55,2% já se cadastrou para participar da estratégia de interiorização e 96,9% deseja permanecer no Brasil. Além disso, poucos retornaram em alguma oportunidade ao seu país de origem, mesmo estando próximos à fronteira com a Venezuela. Isso sugere que as pessoas refugiadas e migrantes venezuelanas no Brasil não têm a expectativa de que as condições em seu local de origem melhorem e/ou que, com a continuidade da crise na Venezuela, a rede migratória / de apoio no Brasil tenha se fortalecido, já que muitas das pessoas que se estabeleceram no país nos últimos sete anos facilitaram o deslocamento das pessoas do seu entorno familiar e social que ainda se encontravam na Venezuela.

No entanto, para que essa participação na interiorização ocorra de forma eficaz, é crucial manter uma abordagem cuidadosa e adaptada às necessidades específicas desse grupo, tanto nos abrigos quanto no processo de interiorização. Os resultados apontam a necessidade de planejamento de políticas públicas de médio e longo prazo que apoiem o processo de integração social e econômica contínua da população venezuelana no Brasil, bem como de estratégias locais e regionais que possam fortalecer os vínculos, no tempo, entre a comunidade de acolhida e as pessoas venezuelanas interiorizadas. Reitera-se, na esteira das informações qualitativas levantadas na etapa anterior, a necessidade de melhor articulação entre gestores e atores envolvidos na interiorização e beneficiários, vista como fundamental para melhorar a capacidade operacional e de atendimento, com maior equilíbrio e clareza sobre as responsabilidades e funções de cada instituição e com possibilidade de demanda estratégica mais adequada junto aos órgãos governamentais, incluindo o aprimoramento do marco normativo em estados e municípios (Moverse, 2021).

No entanto, também é fundamental fortalecer as estratégias de apoio e acesso a

serviços em Roraima, bem como articular, de forma mais robusta, processos de integração desde o acolhimento nos abrigos. Nesse ponto, cumpre salientar a importância da articulação, por exemplo, do aprendizado da língua portuguesa e de políticas educacionais em sentido lato desde a entrada nos abrigos (incluídos aqui o reconhecimento e revalidação de diplomas e certificados educacionais) que poderiam facilitar o processo de integração nos locais de destino após a interiorização. Considerando que uma parcela da população abrigada que deseja permanecer no estado (em torno de 19%), a estratégia de interiorização deve ser acompanhada de políticas de integração local também em Roraima, com ampliação das possibilidades de socialização, convívio e acesso a direitos para além dos espaços de abrigo e de forma mais autônoma em relação às estruturas institucionais que os gerenciam (Moverse, 2021).

Os dados gerais consolidam a **importância da dimensão de gênero como estruturante das desigualdades vividas por pessoas de origem venezuelana** no Brasil. A tabela 70 apresenta uma síntese dos resultados do mercado de trabalho da população interiorizada, abrigada e da população residente no Brasil com 18 anos ou mais. Por tanto, é fundamental que as estratégias de acolhimento e de interiorização levem em consideração as diferenças de gênero nos seus diversos programas como condição fundamental para melhora dos indicadores e da qualidade de integração de pessoas venezuelanas no país. Apesar da população venezuelana interiorizada ser relativamente homogênea do ponto de vista da sua documentação legal no país, salientam-se importantes variações na dimensão de gênero quanto às suas experiências de inserção no mercado de trabalho. Em 2023, as mulheres interiorizadas tinham: (1) uma taxa de atividade laboral consideravelmente mais baixa (70,6%) do que a masculina (92,1%); (2) uma participação maior entre as pessoas desocupadas, entre aquelas cuja força de trabalho é subutilizada (27,9% vs. 12,7% dos homens) e entre as pessoas empregadas sem posse de carteira de trabalho assinada (19,6% vs. 9,1% da população masculina).

Além disso, a informalidade laboral das mulheres (28,7%) era quase 30% superior à dos homens (22,3%). Em termos de rendimento médio individual, a população interiorizada ganha 35% a mais que o salário-mínimo vigente no Brasil em 2023 (R\$1.320). Porém, as diferenças por gênero são mais pronunciadas entre a população interiorizada (R\$1.953,20 para homens e R\$1.463,93 para mulheres), se comparada à população residente (R\$3.294,65 para homens e R\$2.619,72 para mulheres).

Se comparado com a onda anterior da pesquisa realizada em 2021, houve uma melhora real tanto no rendimento médio mensal individual, de 12%, como no rendimento domiciliar *per capita*, de aproximadamente 8%. Além disso, o tempo médio sem trabalhar da população interiorizada passou de 6,7 meses em 2021 para 4,7 meses em 2023; porém os diferenciais por gênero se mantiveram (em torno de 2 meses a mais para as mulheres). Estes resultados podem estar sendo impactados pela seletividade gerada pelo programa de interiorização: maior formalização gerada pela adesão voluntária dos municípios ao programa, a existência da modalidade de interiorização por Vaga de Emprego Sinalizada (VES) e a predominância da interiorização para estados com baixas taxas relativas de informalidade laboral. Também podem ser parcialmente atribuídos à melhora generalizada nos indicadores econômicos no Brasil no período pós-pandemia, especialmente em termos de ocupação, formalização do emprego e rendimento (DIEESE, 2023; IPEA, 2023). Porém, os ganhos da população interiorizada foram muito inferiores aos auferidos pela população residente no Brasil (exceto Roraima) com 18 anos ou mais, cujo rendimento médio mensal individual e domiciliar *per capita*, aumentou em 41,2% e 32,9%, respectivamente.

As diferenças regionais no mercado de trabalho variam segundo o indicador analisado. As regiões Sul e Sudeste têm indicadores similares, se comparado com as Demais Regiões (Norte, Nordeste e Centro-Oeste, exceto Roraima), com menor insuficiência de horas trabalhadas, menor participação de trabalhadores autônomos ou

por conta própria, melhores indicadores de rendimento, menor grau de informalidade laboral e tempo médio sem trabalhar e maior posse de carteira assinada. Comparado com a região Sul, o Sudeste e as demais regiões são similares nos seguintes indicadores: maiores taxas de desocupação, maiores taxas de subutilização da força de trabalho, menor participação de pessoas empregadas no setor privado e maior proporção de trabalhadores domésticos. Se comparado com a região Sudeste, o Sul e as demais regiões apresentam as maiores taxas de atividade laboral. O único indicador que difere entre as três regiões é a proporção de empresas formais (com CNPJ), a qual é maior na região Sudeste, seguidas da região Sul e Demais Regiões. Em termos gerais, as pessoas venezuelanas posicionadas no mercado de trabalho nas regiões Sul e Sudeste desfrutam de condições laborais relativamente melhores às demais regiões, padrão similar ao observado entre a população residente e que se manteve inalterado entre as ondas.

Os resultados para o mercado de trabalho também apresentam diferenças acentuadas de acordo com a modalidade de interiorização: os melhores resultados em termos de inserção laboral encontram-se entre as pessoas interiorizadas na modalidade VES, com a maior taxa de participação laboral, menor taxa de desocupação, menor proporção de pessoas trabalhando horas insuficientes, a menor taxa de subutilização da força de trabalho, a maior proporção de trabalhadores com carteira assinada, o menor grau de informalidade e os maiores rendimentos. Em contraste, os resultados menos satisfatórios foram observados entre as pessoas interiorizadas na modalidade institucional. De modo geral, as pessoas interiorizadas nesta modalidade já demonstravam, desde o abrigo, condições de maior dificuldade para a interiorização. Apesar das ações que vêm sendo desenvolvidas para auxiliá-las a superarem suas dificuldades, os resultados apontam que estas não vem sendo suficientes para que elas alcancem as mesmas condições de inserção social e laboral das demais modalidades de interiorização. Portanto, há a

necessidade de estudos mais aprofundados para avaliar a eficácia das ações em curso. Cumpre também explorar em pesquisas futuras a seletividade da estratégia de interiorização para homens sem filhos (as) e a necessidade de pensar mecanismos para incorporação de famílias numerosas, em especial famílias monoparentais chefiadas por mulheres, nas políticas de realocação.

A comparação dos resultados do mercado de trabalho de uma mesma população, aquela interiorizada entre março de 2020 e agosto de 2021, no período pandêmico (2021) e pós-pandêmico (2023), revela uma melhora expressiva na maioria dos indicadores entre as ondas da pesquisa. Houve um aumento na proporção de trabalhadores com horas suficientes trabalhadas e na proporção de trabalhadores com posse de carteira assinada; e uma redução na taxa de subutilização da força de trabalho, no grau de informalidade laboral e no tempo médio sem trabalhar. Além disso, houve um ganho real - descontado o efeito da inflação - no rendimento médio mensal individual de 18,1% e de 7,7% no rendimento médio mensal domiciliar *per capita*. No entanto, dois indicadores mostram piora: (1) a taxa de atividade, que apresentou queda de 2,5 pontos percentuais, e (2) a taxa de desocupação, que aumentou em 2,5 pontos percentuais. Apesar desta piora, observou-se uma leve redução nas disparidades de gênero em vários indicadores. A taxa de atividade feminina, por exemplo, subiu de 75% para 82,4% da taxa masculina. Não houve mudança importante entre os sexos para a taxa de desocupação, com a taxa feminina representando aproximadamente 3 vezes a masculina em ambos os anos. Para esta mesma população, também houve uma inversão da tendência observada na pesquisa anterior com relação à precariedade da inserção laboral, medida pela ausência de posse de carteira de trabalho assinada e pela informalidade laboral: enquanto a proporção da população masculina sem carteira era menor em 2021 (59% da feminina), a proporção da população masculina sem carteira passou a ser 83% superior à feminina em 2023. Na mesma direção, em 2023, o grau de informalidade laboral das mulheres

passou de ser 27% superior ao dos homens para 41% inferior. Porém, em termos de rendimento, as mulheres obtiveram um ganho real de 13% contra 20% entre os homens, aumentando as disparidades de gênero, tanto para rendimento individual quanto para o rendimento domiciliar *per capita*.

Estes resultados sugerem que o maior tempo de exposição ou permanência da população interiorizada no mercado de trabalho brasileiro tem um impacto positivo nas suas dinâmicas de inserção laboral, principalmente para as mulheres. Além disso, em 2023, apenas 36,6% das pessoas que foram interiorizadas pela modalidade de Vaga de Emprego Sinalizada (VES) e 43,4% das que foram interiorizadas pela modalidade institucional continuavam, respectivamente, trabalhando ou residindo no mesmo local de quando se interiorizaram em 2020/2021. Isto pode indicar um movimento da população interiorizada em busca de melhores condições de trabalho e de rendimento à medida que vão ganhando familiaridade e experiência no mercado de trabalho brasileiro. Vale ressaltar que os ganhos observados entre a população interiorizada acompanharam a melhora generalizada nos indicadores econômicos no país no período pós-pandemia, com queda da desocupação, informalidade e subutilização da força laboral, dentre outros (DIEESE, 2023; IPEA, 2023). Por exemplo, entre o terceiro trimestre de 2021 e o terceiro trimestre de 2023, a taxa de desocupação passou de 12,6% para 7,7%; a taxa de informalidade laboral no país diminuiu de 40,6% para 39,10%, sendo menor para as mulheres (37,40%); e a taxa de subutilização da força laboral diminuiu de 26,5% para 17,6%, sendo também menor para as mulheres (21,8%) (IPEA DATA, 2024).

A despeito das melhorias observadas em termos de inserção socioeconômica, a pesquisa aponta que após a interiorização muitas pessoas venezuelanas enfrentam dificuldades persistentes, desde aspectos que impactam essas pessoas em seu íntimo, como o de ser alvo de práticas xenofóbicas, até dificuldades de caráter social, como a insegurança alimentar, o acesso limitado à moradia e saúde e a necessidade de

deslocamento interno em busca de melhores condições de vida. Estas dificuldades evidenciam a ausência de uma política nacional sobre refugiados e migração e que, ao mesmo tempo, dialogue com as especificidades da população venezuelana no Brasil. Em consonância com os dados qualitativos levantados na pesquisa anterior, persiste a necessidade de articulação entre a estratégia de interiorização e outras políticas socioeconômicas nos diferentes níveis de governo. Entre elas, destacam-se a importância de um melhor planejamento para ‘mapear’ a situação e oportunidades de inserção nos municípios receptores, o fortalecimento da rede de acolhida por parte do Ministério da Cidadania, da Força Tarefa, e outras instituições envolvidas na estratégia, e a necessidade de um diálogo mais próximo com os poderes públicos locais (Moverse, 2021). A relação entre União, estados e municípios na temática deve ser foco do debate da construção da nova política para pessoas refugiadas e migrantes que terá na Segunda Comigrar uma oportunidade ímpar para apresentar melhorias. A interiorização evidencia que hoje a mobilidade humana é um tema importante ao longo de todo o território brasileiro. Reforçamos a necessidade de uma abordagem mais integrada e contínua para apoiar a população venezuelana durante todo o processo de interiorização, com acompanhamento/monitoramento da situação das pessoas uma vez interiorizadas, garantindo que políticas de habitação, trabalho e combate à xenofobia, acesso à educação, entre outras, sejam eficazes e sustentáveis.

Em relação à população abrigada em Roraima, esta última onda da pesquisa realça a persistência da dificuldade de acesso a empregos de qualidade pela população abrigada. Em termos gerais, a população abrigada, e principalmente as mulheres, apresentaram resultados menos satisfatórios se comparados com a onda anterior da pesquisa e com a população com 18 anos ou mais residente em Roraima. Nota-se que as mulheres têm uma participação maior entre

as pessoas desocupadas, desalentadas e entre aquelas cuja força de trabalho é subutilizada. A população abrigada em Roraima também se encontra em enorme desvantagem em termos do seu rendimento mensal individual e domiciliar *per capita*. O nível salarial individual da população residente em Roraima (R\$2.870,53) é 3,2 vezes o rendimento da população abrigada (R\$892,44), que equivale a 67% do salário-mínimo vigente no Brasil em 2023. Essa diferença é ainda mais acentuada para o rendimento domiciliar *per capita*, o qual é 16 vezes o da população abrigada (que é de apenas R\$109,01). Apesar de baixos, se comparado com a onda anterior da pesquisa realizada em 2021, houve uma melhora real - descontado o efeito da inflação - tanto no rendimento médio mensal individual, como no rendimento domiciliar *per capita*, com aumento de aproximadamente 20%. Também se observou uma melhora relativa no tempo médio sem trabalhar da população abrigada desde a chegada ao Brasil, passando de 4,8 meses em 2021 para 4,3 meses em 2023. A melhora deste indicador poderia ter sido ainda maior, considerando o fim das restrições impostas pela pandemia e a melhora geral nos indicadores econômicos no país em 2023. Vale pontuar que Roraima não seguiu a tendência nacional e registrou aumento no índice de desemprego, o qual pode estar associado ao fato de que a mobilidade humana nesse estado tem provocado um aumento da oferta de mão-de-obra. No entanto, houve um aumento na geração de empregos formais, os quais, segundo dados da Secretaria de Planejamento e Orçamento do Governo de Roraima (SEPLAN) foi de 23.239 novos empregos formais entre janeiro de 2019 e outubro de 2023²⁹.

Em relação ao tempo de vivência nos abrigos, presume-se que a espera pela interiorização é um fator que pode prejudicar a busca por emprego, especialmente com registro em carteira, já que há uma predisposição para o processo de interiorização. Associado a isso, a intensificação do programa de interiorização

29 Roraima tem o maior crescimento de empregos formais do país. Disponível em: <https://seplan.rr.gov.br/roraima-tem-o-maior-crescimento-de-empregos-formais-do-pais/>

no pós-pandemia provavelmente fragilizou a busca e o vínculo das pessoas venezuelanas em Roraima ao mercado de trabalho local. Apesar dessas dificuldades, é importante ressaltar que isso não significa necessariamente uma piora na qualidade de vida dessas pessoas, uma vez que necessidades básicas como moradia e alimentação são ofertadas pela política de abrigo, garantindo cuidados para pessoas em situação de vulnerabilidade. No entanto, os dados evidenciam a necessidade de utilizar melhor esse período de abrigo para capacitar essas pessoas em relação ao mercado de trabalho e melhorar suas perspectivas de integração no médio e longo prazo. Isso pode ser feito por meio de cursos de formação, ensino do português ou apoio na obtenção de documentação para processos de revalidação das qualificações desta população, os quais, devido à ampla adoção da plataforma Carolina Bori, deveriam ser iniciados o mais brevemente possível.

Ainda em relação ao tema educacional, a pesquisa destacou a persistência de obstáculos no acesso de crianças e adolescentes abrigados ao ambiente escolar, gerando distorções de idade/série e limitações no domínio do português para esses jovens em mobilidade. Além disso, devido à destacada presença de famílias monoparentais, principalmente chefiadas por

mulheres, o fato de as crianças e adolescentes não estarem matriculadas em creches e escolas dificulta as possibilidades de participação de suas mães em capacitações ou outras atividades, as quais são fundamentais tanto para suas perspectivas de integração, como com o cuidado próprio dessas mulheres. Portanto, é importante considerar mecanismos de inserção escolar que levem em conta a natureza itinerante dessas populações, bem como assistência específica às estruturas de apoio das regiões dos abrigos.

Em suma, os dados apontam para alguns desafios a serem superados, especialmente no que se refere à melhora da inserção laboral, a atenção às especificidades regionais, o acesso à moradia, saúde e educação, à melhor articulação entre as diferentes etapas da acolhida e interiorização e à dimensão do gênero como constitutiva e determinante da integralidade da experiência de deslocamento da população venezuelana no Brasil. Espera-se que a pesquisa possa apoiar o planejamento estratégico e monitoramento de indicadores das estratégias de acolhimento e interiorização, bem como a formulação e execução de políticas públicas mais adequadas ao perfil da população venezuelana no Brasil, em particular daquelas relativas à dimensão de gênero.

Tabela 70. Comparação de dados sobre ocupação e renda entre pessoas venezuelanas interiorizadas e abrigadas com dados da PNADc - Brasil, 2023

Variável	Pessoas Interiorizadas*	PNAD (BR exceto RR)**	Mulheres Interiorizadas*	PNAD Mulheres (BR exceto RR)**	Pessoas abrigadas em Roraima*	PNAD (RR)**	Mulheres abrigadas em Roraima*	PNAD Mulheres (RR)**
Pessoas desocupadas	12,8%	7,3%	18,3%	8,9%	58,9%	7,4%	69,8%	10,1%
Proporção da força de trabalho desalentada	0%	3,0%	0%	3,8%	11,4%	2,2%	16,7%	1,9%
Taxa de subutilização da força de trabalho	20,0%	16,6%	27,9%	20,8%	42,9%	15,2%	46,2%	21,1%
Grau de informalidade laboral	24,7%	47,4%	28,7%	46,7%	73,9%	54,7%	57,7%	50,6%
Rendimento médio mensal individual	R\$ 1.778,80	R\$ 3.006,88	R\$ 1.463,93	R\$ 2.619,72	R\$ 892,44	R\$ 2.870,53	R\$ 530,14	R\$ 2.916,35
Rendimento médio mensal domiciliar	R\$ 2.721,38	R\$ 3.758,33	R\$ 2.452,56	R\$ 3.197,25	R\$ 386,73	R\$ 3.960,62	R\$ 371,55	R\$ 3.936,16
Rendimento médio mensal domiciliar per capita	R\$ 832,15	R\$ 1.791,86	R\$ 664,03	R\$ 1.282,85	R\$ 109,01	R\$ 1.738,63	R\$ 92,76	R\$ 1.383,75

*Fonte: CEDEPLAR/IPEAD, ONU Mulheres, ACNUR e UNFPA, 2023

** Fonte: Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua) - 3o Trimestre de 2023 (IBGE, 2024)

REFERÊNCIAS

Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e Ministério da Cidadania. Painel da Interiorização – Operação Acolhida. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/painel-interiorizacao>>. Acesso em: 14 de maio de 2024.

ACNUR e REACH (2019). Situation Overview: Profiles of Venezuelan Persons of Concern in Boa Vista, Roraima State. Disponível em: <https://reliefweb.int/report/brazil/situation-overview-profiles-venezuelan-persons-concern-bo-a-vista-roraima-state-july>

Baeninger, R.; Jarochinski Silva, J. C. (Orgs) (2018). Migrações Venezuelanas. Campinas: NEPO/UNICAMP.

Baeninger, R.; Demétrio, N. B.; Domeniconi, J. (2021). Migrações dirigidas: estado e migrações venezuelanas no Brasil. Revista Latinoamericana de Población, 16, e202113. DOI: <https://doi.org/10.31406/relap2022.v16.e202113>

DIEESE (2023). Boletim de Conjuntura Número 41, dezembro de 2023. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). <https://www.dieese.org.br/boletimdeconjuntura/2023/boletimconjuntura41.html>

Fernandes, D.; Baeninger, R.; Demétrio, N. B. (2020). Impacto da pandemia de Covid-19 nas migrações internacionais no Brasil. In: Duval Fernandes; Rosana Baeninger. Impacto da pandemia de Covid-19 nas migrações internacionais no Brasil. 1ed. Campinas: Núcleo de Estudos Populacionais Elza Berquó (NEPO), v. 1, p. 35-79

Guia de Interiorização (2021). Sucomitê Federal para Interiorização. Deslocamento voluntário de refugiados e migrantes. Operação Acolhida. <https://www.r4v.info/sites/default/files/2021-06/GUIA%20DE%20INTERIORIZA%C3%87%C3%83O-arquivo-final-grafica-16042021-r4v.pdf>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2024). Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA DATA (2024). Dados macroeconômicos e regionais. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em 11 de julho de 2024.

Klugman, J. (2022). The Gender Dimensions of Forced Displacement: A Synthesis of New Research. Gender Dimensions of Forced Displacement Washington, D.C.: World Bank Group. <http://documents.worldbank.org/curated/en/895601643214591612/The-Gender-Dimensions-of-Forced-Displacement-A-Synthesis-of-New-Research>

IPEA (2023). Carta de Conjuntura Número 61, 4 ° trimestre de 2023. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/wp-content/uploads/2023/12/231220_cc_61_nota_27_visao_geral.pdf

Junger da Silva, G. et. al. (2023). Refúgio em Números, 8ª Ed. Brasília, DF: OBMigra.

Maciel, F.T. & Oliveira, A.M.H. (2018). Informalidade e segmentação do mercado de trabalho brasileiro nos anos 2000: uma decomposição quantílica de diferenciais de rendimentos. Revista de Economia Contemporânea, v. 22.

Moulin, C. & Magalhães, B. (2020). Operation shelter as humanitarian infrastructure: material and normative renderings of Venezuelan migration in Brazil, *Citizenship Studies*, 24:5, 642-662, DOI: 10.1080/13621025.2020.1784643

MOVESE (2021). Oportunidades e desafios à integração local de pessoas de origem venezuelana interiorizadas no Brasil durante a pandemia de Covid-19. ACNUR / ONU Mulheres / UNFPA Brasil. https://www.onumulheres.org.br/pesquisa-move-se/relatorio_completo.pdf

Nobrega, D. (2021). *Feminização das Migrações e Violência Contra as Mulheres em Roraima*. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Fronteiras) - Orientadora Marcia Maria de Oliveira - Universidade Federal de Roraima.

ONU Mulheres (2022). *Transversalização de gênero: uma questão de direitos humanos*. Disponível em:

<https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2022/12/moverse-cartilha-transversalizacao-genero.pdf>

Shamsuddin, Mrittika et. al. (2021). *Integration of Venezuelan Refugees and Migrants in Brazil*, Policy Research working paper WPS 9605 Washington, D.C.: World Bank Group. <http://documents.worldbank.org/curated/en/498351617118028819/Integration-of-Venezuelan-Refugees-and-Migrants-in-Brazil>

Subcomitê Federal para Recepção, Identificação e Triagem dos Imigrantes (SUFAI) / OIM (2024). *Migração Venezuelana, Janeiro 2017 - Março 2024*. Organização Internacional para as Migrações (OIM) / Operação Acolhida.

https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbd11496/files/documents/2024-05/informe_migracao-venezuelana_jan17-mar24.pdf

R4V (2024). *Inter-Agency Coordination Platform for Refugees and Migrants from Venezuela / Brazil*. Disponível em: <https://www.r4v.info/en/brazil>. Acesso em 13 de maio de 2024.

UN Women (2016). *Promoting the rights, needs and agency of women and girls in humanitarian action*. Disponível em:

<https://www.unwomen.org/sites/default/files/Headquarters/Attachments/Sections/Library/Publications/2016/World-humanitarian-summit-EN.pdf>

UN Women (2020). *Leaving no-one behind: access to social protection for all migrant women*. Policy Brief No. 14. Disponível em:

https://www.unwomen.org/sites/default/files/Headquarters/Attachments/Sections/Library/Publications/2020/Policy%20Brief%2014_Migration%20and%20social%20protection_RND3_WEB_011320.pdf

Prieto Rosas, V. & Zapata, G.P. (2024). "Unequal Origins to Unequal Destinations: Trends and Characteristics of Migrants' Social and Economic Inclusion in South America" In: Crawley, H. & Teye, J.K. (Eds), *The Palgrave Handbook of South-South Migration and Inequality*, London: Palgrave Macmillan.

Zapata, G. P. & Tapia Wenderoth, V. (2021). *Progressive Legislation but Lukewarm Policies: The Brazilian Response to Venezuelan Displacement*. *International Migration*, 60 (1), 132-151.